



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DOUGLAS ALEXANDRE BOSCHINI

**IGREJA CATÓLICA E ESTADO NO BRASIL:
A CONSTRUÇÃO DO *HABITUS* E DAS IDENTIDADES
POLÍTICAS**

Londrina
2021

DOUGLAS ALEXANDRE BOSCHINI

**IGREJA CATÓLICA E ESTADO NO BRASIL:
A CONSTRUÇÃO DO *HABITUS* E DAS IDENTIDADES
POLÍTICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social e Política Social.

Orientador: Profa. Cláudia Neves da Silva

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Boschini, Douglas Alexandre.

Igreja Católica e Estado no Brasil : A Construção do Habitus e das Identidades Políticas / Douglas Alexandre Boschini. - Londrina, 2021.
151 f.

Orientador: Cláudia Neves da Silva.

Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Estado - Tese. 2. Igreja Católica - Tese. 3. Habitus - Tese. 4. Conservadorismo - Tese. I. Silva, Cláudia Neves da. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

DOUGLAS ALEXANDRE BOSCHINI

**IGREJA CATÓLICA E ESTADO NO BRASIL:
A CONSTRUÇÃO DO *HABITUS* E DAS IDENTIDADES
POLÍTICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social e Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Orientadora Cláudia Neves da Silva
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Andréa Pires Rocha
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Maria Luiza Amaral Rizzotti
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. Dr. Fabio Lanza
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Francesco Romizi
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
- UFMS

Londrina, 11 de agosto de 2021.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, companheira da vida privada e acadêmica, por todo o apoio, incentivo, paciência e pelos debates que muito auxiliam no meu crescimento acadêmico.

Ao meus pais, por todo o suporte oferecido e todos os acessos que me possibilitaram a dedicação à vida acadêmica.

À professora Cláudia Neves minha orientadora, pelas contribuições, por acreditar nesta pesquisa e pela paciência.

Aos meus amigos, pelo acolhimento, incentivo, discussões teóricas e pela convivência, que tornou este processo muito mais leve e feliz.

Às professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, por me receberem no programa e pelas contribuições teóricas.

Aos membros da banca de qualificação, pelos apontamentos e críticas que muito acresceram no desenvolvimento desta pesquisa

À CAPES e à Fundação Araucária pela Bolsa de Doutorado.

BOSCHINI, Douglas Alexandre. **Igreja Católica e Estado no Brasil: a construção do habitus e das identidades políticas**. 2021. 151 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

A Igreja Católica se faz presente no Brasil em todos os momentos da história do país, pelos aproximadamente primeiros quatro séculos, esteve atrelada ao Estado servindo enquanto instituição normatizadora da vida social, passando a utilizar de sua capacidade de socialização para firmar alianças com os governos e as elites dominantes após a separação oficial do Estado. Devido ao seu poder de significação da realidade, de naturalização da estrutura social, a Igreja participou ativamente do desenvolvimento da sociedade brasileira. Este trabalho buscou compreender os significados dos discursos católicos, enquanto conteúdos arbitrários, que impõem uma visão de mundo, e suas consequências para a população e a formação da identidade do brasileiro em seus múltiplos aspectos, especialmente o político. Portanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental buscando levantar os conteúdos dos discursos oficiais da Igreja, por meio da análise de encíclicas papais e através da utilização pesquisas científicas que versam sobre a história da Igreja Católica no Brasil, constatar e analisar as maneiras pelas quais as relações entre esta instituição religiosa e o Estado atuaram na formação do habitus da população brasileira, impregnado de elementos conservadores que promovem a manutenção da estrutura de dominação da nossa sociedade.

Palavras-chave: igreja católica; estado; habitus; conservadorismo.

BOSCHINI, Douglas Alexandre. **Catholic Church and State: the construction of habitus and political identities.** 2021. 151 p. Thesis (Doctorate in Social Service and Social Policy) – State University of Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

The Catholic Church is present in Brazil at all times in the country's history, for approximately the first four centuries, it was attached to the State, serving as a normative institution of social life, starting to use its capacity for socialization to establish alliances with governments and the ruling elites after the establishment of the Secular State. Due to its power to signify reality, to naturalize the social structure, the Church actively participated in the development of Brazilian society. This research sought to understand the meanings of Catholic discourses, filled with arbitrary contents, which impose a worldview, and its impacts on the population and the Brazilian identity construction in its multiple aspects, especially the political one. Therefore, a bibliographical and documentary research was carried out seeking to raise the contents of the official discourses of the Church, through the analysis of papal encyclicals and through the use of scientific researches that deal with the history of the Catholic Church in Brazil, to verify and analyze the ways in which the relationship between this religious institution and the State impacted the formation of the habitus of the Brazilian population, impregnated with conservative elements that promote the maintenance of the structure of domination in our society.

Key words: catholic church; state; habitus; conservatism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| AI-5 | Ato Institucional número 5 |
| AP | Ação Popular |
| CBJP | Comissão Brasileira Justiça e Paz |
| CEB | Comunidade Eclesial de Base |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| DOI-CODI | Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna |
| ICAR | Igreja Católica Apostólica Romana |
| JAC | Juventude Agrária Católica |
| JEC | Juventude Estudantil Católica |
| JIC | Juventude Independente Católica |
| JOC | Juventude Operária Católica |
| JUC | Juventude Universitária Católica |
| LAC | Liga Agrária Católica |
| LEC | Liga Eleitoral Católica |
| MEB | Movimento Educação de Base |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| OPENE | Operação Nordeste |
| RCC | Renovação Carismática Católica |
| RENEC | Rede Nacional de Emissoras Católicas |
| SUDENE | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste |
| TFP | Tradição Família e Propriedade |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |

SUMÁRIO

| | | |
|---|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 08 |
| 2 | A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL COLÔNIA | 17 |
| 3 | A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL IMPÉRIO | 35 |
| 4 | A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL REPÚBLICA | 50 |
| 5 | A IGREJA CATÓLICA NA ERA VARGAS | 65 |
| 6 | A IGREJA CATÓLICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX | 92 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 138 |
| | REFERÊNCIAS | 148 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a discutir as relações entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, para compreender de que modo esta instituição atuou e ainda atua politicamente no Brasil. Considerando que a Igreja se instalou no país desde seu descobrimento, falar da história brasileira implica em falar da história da Igreja. O país passou ao longo dos anos por diversas transformações, tanto no cenário político quanto social, e a Igreja Católica acompanhou cada mudança participando ativamente destes processos, se encontrando em posições às vezes contraditórias, sendo utilizada muitas vezes como ferramenta do Estado para criação de consenso, domesticação da população e atuando em certos momentos como agente de transformação.

Para tanto, este trabalho parte de um estudo histórico do Estado brasileiro analisando os vínculos e as relações que foram estabelecidas com a Igreja Católica, buscando contextualizar os períodos e as realidades para compreender as mudanças e as atitudes assumidas por esta instituição e, conseqüentemente, de quais maneiras a Igreja forjou as relações políticas entre a população e o Estado. Assim, serão analisados os sentidos dos ensinamentos católicos e suas influências na cultura para esclarecer de quais formas se deu a formação de uma identidade brasileira de aversão e apatia ao público e de uma não-cidadania.

Da colonização à Proclamação da República a Igreja Católica não somente acompanhou, mas foi agente atuante na história do Brasil, de religião oficial do Estado ao Estado Laico, a Igreja possuiu diversos papéis e formas de atuação no desenvolvimento da população brasileira. Considerando a sua capacidade de adaptação para se manter atuante, optou-se por demonstrar de forma analítica estes papéis e suas conseqüências para a nossa história, portanto procurou-se demonstrar cronologicamente as suas impressões, marcadas no desenvolvimento do Estado brasileiro e de sua população.

A Igreja Católica, enquanto instituição, não escapa à lógica dos corpos sociais, buscando constantemente a sua sobrevivência e preservação, sua doutrina está assentada nos dogmas repassados, por meio dos quais seus ensinamentos e estruturas de interpretação do mundo social adentram ao cotidiano dos fiéis e conseqüentemente à sociedade civil.

É importante considerarmos que ainda que a Igreja seja uma

instituição localizada no campo religioso, os indivíduos que a integram não realizam um processo de compartimentalização dos seus ensinamentos e, por se tratar de uma instituição socializadora, nos termos durkheimianos, é responsável por transmitir alguns códigos de decifração do mundo, algo que vai além do âmbito místico e que acabam sendo aplicados nos demais espaços sociais habitados pelos indivíduos. Portanto, sendo o campo religioso um dos diversos campos sociais e que estes se constituem enquanto tipos ideais, ou seja, são construções mentais de um tipo puro que servem somente enquanto ferramentas teóricas de análise, que não existem em tais moldes na realidade e que não são reflexos da mesma, logo os diferentes campos que os indivíduos participam não são espaços fechados e impermeáveis onde se utilizam somente ensinamentos exclusivos a eles. Sendo assim, torna-se inconcebível assumir que os códigos repassados nas igrejas não sejam aplicados à vida cotidiana nos mais variados espaços, já que seus dogmas e suas normas são carregados junto aos fiéis onde quer que estejam.

A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário. Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que se faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (BOURDIEU, 1989, p. 69).

Portanto para compreender algum campo, como por exemplo o campo religioso, há que se entender não somente as dinâmicas internas, mas também as relações deste com os demais campos e ainda, há que se considerar as diferentes posições que os sujeitos ocupam simultaneamente nos diferentes campos que compõem seu universo.

As religiões possuem a capacidade de significar o universo ao nosso redor, dando sentido e direção aos que compartilham suas crenças, dessa forma ao pensarmos e analisarmos os ensinamentos religiosos é possível enxergarmos as relações que estes possuem com os projetos de sociedade onde se encontram. A crença monoteísta serviu de apoio e reforço à lógica de dominação de um monarca,

a exclusividade de um deus facilita a compreensão de uma figura única no controle, logo a noção da obediência a um imperador é mais facilmente assimilada. Dessa forma a Igreja ganha força quando se alia ao projeto das conquistas, a ideia de um único império é reforçada quando se ensina a existência de um único deus que governa a todos. Ainda, a própria imagem renascentista de ícones religiosos – como Jesus – reforça a dominação exercida pelos impérios europeus ao redor do globo, ao dizer que Deus fez o ser humano à sua imagem e semelhança e que Jesus é seu filho, a Igreja está reafirmando um papel de superioridade forçada pelos invasores, pois ao materializar uma divindade em uma imagem que se assemelha à aparência de um determinado povo está promovendo uma transferência de capitais simbólicos.

Não é por acaso que após a invasão de uma nação uma das primeiras ações tomadas é a imposição de um conjunto de ensinamentos visando promover uma hegemonia cultural. Ao disseminarem suas crenças os dominantes estão criando uma comunicação necessária para a dominação, é a partir do reconhecimento dos espaços ocupados dentro da estrutura social e da conformação dos dominados que se é possível manter o domínio e o controle da população. Sendo assim, ao ensinarem que a verdadeira religiosidade é a católica e que só existe um deus e este é semelhante aos dominantes, estes estão pegando todos os atributos, sentimentos e capitais e transfigurando-os em si.

Nesse sentido, ao apreender ferramentas de interpretação da realidade, os fiéis as utilizam em múltiplos momentos de suas vidas, pautando suas decisões e comportamentos nas mesmas. Dessa forma, a Igreja é capaz de expandir o alcance de suas perspectivas a toda a sociedade, uma vez que fornece a seus fiéis as lentes de análise do mundo, formas de compreender as realidades e ações e reações esperadas perante as mais diversas situações.

Considerando o que foi apresentado acima, este trabalho tem por objetivo compreender de quais formas a Igreja Católica atuou influenciando as ações do Estado brasileiro, para tanto, esta pesquisa se inicia buscando analisar historicamente as relações estabelecidas entre a Igreja e o Estado, procurando demonstrar os meios de atuação pelos quais esta instituição religiosa foi capaz de atuar no desenvolvimento do Estado brasileiro e, conseqüentemente, nas relações que a população estabelece com ele.

A Igreja Católica se faz presente na história desde os primórdios da sociedade ocidental, sendo a denominação religiosa mais antiga organizada

institucionalmente, de religião perseguida pelo Império Romano passou ao posto de religião oficial em diversos Estados, tornando-se um elemento indissociável destes na execução do poder. A relação de apoio e sustentação com os Estados é um elemento marcante do modo de atuação da Igreja Católica, seu desenvolvimento e crescimento foram favorecidos pela aliança formal com os governantes, e ter alcançado a posição de religião oficial de alguns Estados possibilitou sua expansão para além das fronteiras do continente europeu. Ivan Aparecido Manoel (2011) afirma que a Igreja exerceu até o século XIX funções, tanto de uma instituição religiosa quanto de um Estado Nacional, o poder a ela reconhecido a possibilitava intervir diretamente em quase todos os espaços sociais dos locais em que se encontrava.

É importante ressaltar que durante, aproximadamente, os dez séculos que abrangeram a Idade Média, a Igreja Católica foi, predominantemente, a guia moral e legal da sociedade, construindo de forma hegemônica a sociedade ocidental (SOFFIATTI, 2012, p. 13).

Dentro da lógica social medieval a Igreja possuía seu poder legitimado pela ideia de que este era concedido por Deus, mas a Igreja também legitimava toda a estrutura social vigente, a sociedade estamental típica do sistema feudal, e justificava sua estratificação social na vontade divina, o poder dos monarcas era validado pela Igreja que se dizia transmissora das palavras e vontades divinas.

As novas ideias advindas da Revolução Francesa de secularização do Estado punham em risco pilares elementares de sustentação da Igreja na época, a vinculação dos Estados com a Igreja, que obviamente facilitava a interferência na política, mas também, o modo de compreensão da realidade. Se a razão toma espaço prioritário na concepção do indivíduo o grande trunfo da Igreja então a salvação da alma e a vida eterna no pós-morte deixam de serem ofertas tão desejáveis. O fim das monarquias e a separação com o Estado representava para a Igreja o surgimento de uma necessidade de lutar para alcançar a população, já que o pertencimento a ela não seria mais imposto pela força do Estado.

Com os avanços do liberalismo e as mudanças nas estruturas sociais, a Igreja com explicações pautadas em uma lógica estamental de servidão à nobreza não era mais capaz de oferecer explicações e confortos necessários aos

indivíduos, uma vez que as realidades sociais estavam sendo alteradas. A relação da Igreja Católica com o liberalismo não ocorreu de forma amena, muito menos amigável. Assentada em um pensamento conservador a Igreja adotou uma postura contrária a todo e qualquer projeto de mudança da estrutura social, entretanto travar uma luta contra as transformações ocorridas nos Estados resultaria obviamente em sua derrota. Dessa forma a Igreja Católica, tentando fugir da possibilidade de ser reduzida a simplesmente uma denominação religiosa e não mais um elemento ativo da estrutura de poder político, adota uma postura de naturalização das desigualdades sociais, denominando as ideias socialistas como o “demônio” a ser combatido na terra.

Ivan Aparecido Manoel (2008) pontua que com o avanço das ideias liberais ocorreu um processo de laicização dos serviços públicos, antes administrados pela Igreja, dessa forma ela perde, até certo ponto, alguns espaços de atuação que possibilitavam um maior contato com a população, assim como o poder de gerir diretamente algumas áreas agora administradas pelo Estado. Tanto a laicização dos serviços públicos quanto as mudanças nas realidades e cotidianos não passaram despercebidas pela Igreja, na carta encíclica *Inscrutabili Dei Consílio*, o então Papa Leão XIII demonstra os problemas encontrados – na visão da Igreja – com as transformações na sociedade, destacando a diminuição do reconhecimento de autoridade da Igreja e do Papa, assim como a retirada da direção da Igreja Católica de instituições públicas.

Ora, havemo-Nos convencido de que esses males têm a sua principal causa no desprezo e na rejeição dessa santa e augustíssima Autoridade da Igreja que governa o gênero humano em nome de Deus, e que é a salvaguarda e o apoio de toda autoridade legítima. Os inimigos da ordem pública, que perfeitamente o têm compreendido, pensaram que nada era mais próprio para subverter os fundamentos da sociedade do que atacar sem trégua a Igreja de Deus, do que torná-la odiosa e odiável por meio de vergonhosas calúnias, representando-a como inimiga da verdadeira civilização, do que enfraquecer-lhe a autoridade e a força por meio de feridas incessantemente renovadas, e do que derrubar o poder supremo do Pontífice romano, que é neste mundo o guarda e o defensor das regras eternas e imutáveis do bem e do justo. Daí, pois, saíram essas leis subversivas da divina constituição da Igreja Católica, leis cuja promulgação na maioria dos países temos de deplorar; daí promanaram o desprezo do poder espiritual, e os entraves opostos ao exercício do ministério eclesiástico, e a dispersão das Ordens religiosas, e o confisco dos bens que serviam para sustentar os ministros da Igreja e os pobres; daí, ainda, o resultado de haverem

sido subtraídas à salutar direção da Igreja as instituições públicas consagradas à caridade e à beneficência; daí essa liberdade desenfreada de ensinar e de publicar tudo o que é mal, ao passo que, contrariamente, de toda maneira se viola e se oprime o direito da Igreja à instrução e à educação da juventude. E outro não foi o fim que os homens se propuseram apoderando-se do Principado temporal que a Divina Providência havia longos séculos concedera ao Pontífice romano para que este livremente e sem peias pudesse, para a salvação eterna dos povos, usar do poder que Jesus Cristo lhe conferiu. (LEÃO XIII, 1878, n.p).

Com a unificação italiana - de 1815 a 1870 - a Igreja Católica perdeu o domínio dos territórios pontifícios, encontrando nas alianças e negociações com outros Estados a possibilidade de sua sobrevivência, até o ano de 1929 o Papa perdeu sua centralidade devido às disputas de poder entre os membros do clero, período no qual as lideranças locais firmavam alianças políticas independentes de Roma.

O processo de romanização que avançava para além da centralização da Igreja no Vaticano possui consequências políticas, a fim de reconquistar os espaços perdidos a Igreja adotou uma postura de neutralidade política que se demonstrou no decorrer da história de compactuar com os processos políticos locais, em específico com as posturas adotadas com o avanço dos Estados liberais.

A romanização, na Europa, representa também um aumento na arrecadação de capital simbólico e material do Vaticano, significando a possibilidade de sobrevivência da instituição, uma vez que volta a ideia de unidade rompendo com o afastamento das igrejas locais que estavam muito mais aliadas aos interesses dos Estados, onde se encontravam, do que com a Santa Sé.

E nesse processo de burocratização da administração religiosa foram prevalecendo algumas características determinantes para a sobrevivência da Igreja universal, apostólica e romana, e que vão configurar a visão de mundo católica no planeta durante um longo tempo. Entre as mais, importantes, cabe ressaltar a hierarquia na organização do mundo religioso, necessária para a manutenção da universalidade pretendida pela Santa Sé; a centralização de poder para que esta universalidade estivesse assegurada; o conservadorismo necessário para que o poder do catolicismo romano pudesse sobreviver e se expandir; e o restabelecimento da visão cósmica do mundo para a ideia de salvação religiosa do católico. Trocando em miúdos, há um distanciamento progressivo das coisas mundanas e a ênfase da salvação é colocada na mediação do clero e pensada para uma vida após a morte. Essa concepção religiosa, que resulta ser centralizadora, hierárquica, autoritária e formal,

permite ainda que se expliquem as relações sociais de forma naturalizada, tornando a ideia de salvação descolada da vida mundana. (PAIVA, 2010, p. 19).

De certa forma a Igreja Católica foi apresentada, e se apresenta, enquanto uma unidade capaz de oferecer a salvação eterna, apesar de ao longo da história se reafirmar constantemente enquanto instituição una, para compreendê-la de maneira mais qualitativa faz-se necessário reconhecer que ela de fato não é somente um aglomerado de fiéis que compartilham um mesmo sistema de crenças, sua estrutura é formada por um aglomerado de grupos tão plurais quanto seus fiéis. A afirmação de unidade é algo de extrema importância para a Igreja, por se estender por diversos territórios ao redor do mundo e por encontrar em sua composição uma grande diversidade de grupos, o reforço à ideia de centralidade é um esforço para manter a coesão entre seus membros e demonstrar o poderio e a universalidade enquanto instituição.

O discurso universalista da mensagem cristã tem como implicação o esforço, por subordinar, sobre a sua égide, não somente a salvação dos homens, mas igualmente toda a realidade, sob aquela vontade providente de Deus, à qual os homens, os povos e as instituições (políticas) devem estar sujeitos. (SOFFIATTI, 2016, p. 21).

Por se tratar de uma instituição transnacional, composta por múltiplos grupos, enfrentou diversos processos internos de disputa de poder. Uma das maiores características da Igreja Católica é sua luta constante pela preservação, resultando disso o processo de romanização, o retorno da centralidade da estrutura na figura do Papa, no Vaticano, conseguindo demarcar em 1929 o Estado da Cidade do Vaticano por meio do Tratado de Latrão, firmado com Mussolini, onde se tornava, também, a religião oficial da Itália.

Ainda, o Tratado de Latrão representou um importante fator, pois é a partir dele que a Igreja Católica passou a se apresentar para o mundo em duas esferas, se caracterizando enquanto uma instituição religiosa formada pela comunhão de fiéis ao redor de suas crenças, que sobrevive através da reprodução de seus rituais e ideais, mas também enquanto um Estado, sendo dessa forma capaz de produzir e executar políticas internas e externas, entre elas ações na área social.

Buscando compreender as influências da Igreja Católica no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira este trabalho analisou as

relações entre a instituição religiosa com o Estado, analisando também, as formas de atuação dela no processo de socialização do *habitus* da população brasileira.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Optou-se pela pesquisa em trabalhos científicos que contemplam a trajetória da Igreja Católica no Brasil, utilizando-se dos dados levantados e das formulações dos pesquisadores, visando não desconstruir ou invalidar as produções, mas se apoiar em todo o conteúdo já produzido e, a partir das análises destes trabalhos, agregar novas perspectivas para este campo da ciência, produzindo um conhecimento científico cumulativo.

Ainda, foram produzidas análises de documentos institucionais da Igreja Católica, em especial as encíclicas papais, para assim poder alcançar o discurso oficial da Igreja e melhor compreender as diretrizes emanadas da Santa Sé que nortearam as ações da Igreja no Brasil e as suas consequências no processo de socialização da população brasileira, assim como compreender as dinâmicas internas da instituição.

Como referencial teórico das análises optou-se pela utilização do pensamento de Pierre Bourdieu, buscando através da aplicação de conceitos desenvolvidos pelo autor apreender os conteúdos significantes produzidos pela Igreja e assim, analisar as implicações da interiorização dos mesmos pela população brasileira e as maneiras pelas quais o processo de socialização produzido pela Igreja atuou na formação do *habitus* do brasileiro e as suas consequências para o desenvolvimento das relações com o Estado.

Buscando uma compreensão mais ampla da participação da Igreja na formação da sociedade brasileira, este trabalho demarcou, enquanto recorte temporal, o período que vai da colonização do Brasil até a construção da Constituição de 1988. Deste modo o trabalho foi dividido pelos períodos históricos estudados, sendo os capítulos estruturados em dois momentos, primeiramente apresenta-se uma construção histórica das questões relevantes que envolveram a Igreja em cada período e em um segundo momento o aprofundamento das análises sinalizadas ao longo do texto.

O trabalho foi estruturado de tal forma visando construir uma análise das relações e dos impactos da Igreja Católica na sociedade brasileira em cada período da história estudado, objetivando possibilitar a compreensão das particularidades de cada momento, para que assim se possa, por meio da análise

das permanências e transformações, compreender o desenvolvimento das relações construídas pela Igreja e as maneira pelas quais ela auxiliou no processo de formação da identidade da população e de suas relações com o Estado e com a política.

O recorte temporal limita-se até 1988, pois a partir da década de 1990, as transformações sociais que começam a se manifestar e em especial o acentuado trânsito religioso impuseram à Igreja Católica uma mudança na dinâmica de sua atuação na sociedade. Em especial a perda de fiéis fez com que as atuações da Igreja Católica se concentrassem mais em aspectos religiosos e teológicos, somado ao crescimento dos movimentos pentecostais e neopentecostais, quando novos agentes adentram ao campo de disputa pelo monopólio do poder de imposição de uma visão de mundo arbitrária, criou-se uma nova dinâmica onde a Igreja não deixou de exercer a sua capacidade de socialização em favor do Estado, porém a sobrevivência da instituição e o controle do esvaziamento dos fiéis se tornaram questões prioritárias para ela.

2 A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL COLÔNIA

Com o descobrimento do território brasileiro tornou-se fundamental a participação da Igreja Católica, uma vez que esta assumiu a responsabilidade da Educação, ficando em suas mãos o controle da normatização da vida cotidiana dos cidadãos. Enquanto território anexado ao Reino de Portugal, o Brasil possuía as mesmas leis vigentes da metrópole, portanto, com a vinda dos colonizadores foi estabelecido o regime do Padroado, que se manteve até a Proclamação da República.

Nesse período da história da sociedade brasileira vigorava o Regime do Padroado, pelo qual os reis de Portugal detinham o direito de criar cargos eclesiásticos, nomear seus titulares, arrecadar o dízimo nos cultos e autorizar a publicação das atas pontifícias. Em contrapartida, os reis de Portugal facilitavam a difusão da religião católica nas novas terras e se responsabilizavam pela construção de igrejas, mosteiros etc., e velavam pela atuação dos agentes religiosos no Brasil Colônia. (EMMERICK, 2010, p. 147).

O regime do Padroado permitiu uma justaposição entre as funções da Igreja e do Estado, ao mesmo tempo em que legitimava a existência de ambos. Portanto, desde a descoberta do Brasil até a Proclamação da República, a população foi governada e gerida por um amálgama entre as instituições religiosa e estatal.

A sociedade brasileira durante a colônia era organizada com base na concepção filosófico-teológica do Estado Cristão, logo, o poder da monarquia portuguesa era validado pela vontade divina. Servir a coroa lusitana se constituía nessa forma como uma manifestação da devoção ao Deus cristão, ao mesmo tempo recaía sobre o monarca uma missão sagrada de preservar e proteger a fé católica e conseqüentemente a Igreja. Se seu poder era cedido por Deus, cabia ao rei a tarefa de conservar e fortalecer o reino dos céus na terra. Podia o monarca enquanto representante de Deus presentear os súditos da coroa com favores e benefícios, colocando-o em um lugar de generosidade e bondade.

O discurso da cristandade foi utilizado como forma de violência simbólica (BOURDIEU, 1989) para validar um diálogo de dominação da coroa portuguesa, desta forma o respaldo do pensamento católico ajudava a corroborar a estrutura social estabelecida no Brasil colônia. Ao se afirmar a validade do poder da monarquia como um reino sagrado fundado por Deus, questionar o domínio da

metrópole era, ao mesmo tempo, questionar a vontade divina.

Ainda, o pensamento católico se apresentava de forma coerente com a estrutura social da época, logo de fácil aceitação, pensando a terminologia utilizada “pirâmide social” temos um desenho claro da ordenação do mundo. A pirâmide é o símbolo escolhido, pois contempla de forma adequada tanto as dimensões quanto o volume de cada camada que a compõem. Dessa forma a maioria da população ocupa a base que é maior, para dar sustentação, enquanto os altos níveis sociais vão se estreitando. E pensando esta hierarquia com base no comprimento, o topo da figura – a realeza – está localizado muito acima da base, mais perto do céu, mais perto de Deus.

A distância acima mencionada reforça a lógica da diferenciação entre as camadas sociais de uma forma muito visual, enquanto a população se encontra na base, perto da terra e das questões mundanas, a realeza se encontra em um local altivo, que reitera a divindade reconhecida aos soberanos, reforçando ainda mais a sua sujeição. É a sustentação fornecida pela base da pirâmide social que possibilita o equilíbrio e a manutenção da própria sociedade, cumprir seu papel social e obedecer à coroa significava obedecer às vontades divinas.

Uma das finalidades básicas da formação religiosa é, pois, inocular na juventude o espírito de submissão e obediência aos governantes, e uma perfeita integração na estrutura social dominante do país. A doutrina da Igreja Católica serve assim de valiosa colaboração para a manutenção da ordem social e do poder constituído, vinculando os súditos através da obrigação de consciência. (AZZI, 1991, p. 177).

Por meio da concessão de honrarias e cargos públicos a monarquia outorgava privilégios, concedia benefícios, este é um ponto de extrema importância para o desenvolvimento da relação da população brasileira com seus governantes. Historicamente qualquer projeto, política ou ação que beneficie a população é interpretado enquanto uma boa ação. A coroa portuguesa ao se utilizar do Estado para beneficiar os seletos súditos de forma rotineira acabou por sufocar o desenvolvimento de uma noção de direito adquirido.

Considerando que de formal geral as transformações na esfera política brasileira foram realizadas de cima para baixo, não foi desenvolvida na população uma consciência de cidadão pertencente à nação com direitos, o hábito da coroa se estendeu após a independência e de certa maneira ainda está presente nos dias atuais. A justificativa religiosa utilizada durante o período colonial, ainda

que em desuso, se faz presente na realidade contemporânea, Políticas Públicas Sociais são recebidas pela população como uma boa ação do Estado, o que antes conotava uma bondade do rei agora se transfigura em uma boa vontade dos representantes políticos.

A ausência da compreensão de direitos dos cidadãos se caracteriza enquanto elemento extremamente problemático da relação entre a nação e o Estado, pois se o povo não se entende enquanto detentor de direitos e ainda, se não entende os mesmos como tais, mas sim como benefícios, como privilégios, qualquer projeto político com caráter social ou até mesmo as Políticas Públicas estão alicerçados em uma base absolutamente frágil, se os direitos sociais são compreendidos enquanto atos de bondade podem ser e são retirados e destruídos com muita facilidade. A não compreensão de si enquanto cidadão é o que possibilita o desmonte das Políticas sem causar estranhamento ou revolta, uma vez que foram dados e não conquistados.

Bourdieu (1996) explora extensamente a respeito dos processos de formação ou socialização dos indivíduos, afirmando que a interiorização das estruturas sociais é responsável pela manutenção das relações de poder e dominação na sociedade. Bourdieu acredita que as relações de dominação, e conseqüentemente toda a lógica social, não sejam reproduzidas tendo como base a violência física, encontra nos capitais simbólicos as ferramentas necessárias para a reprodução e até mesmo para o desvio. Dessa forma, algumas instituições sociais atuam fortemente no processo de socialização dos indivíduos produzindo a formação de *habitus* que garante a manutenção da estrutura social.

Defendendo a eficácia do *habitus*, Bourdieu se esforça para conceituar que apesar de se constituir enquanto um sistema simbólico não se trata de subjetividade, o *habitus* produz determinações objetivas na vida dos indivíduos, orientando suas perspectivas de vida que pautam e direcionam suas ações. O *habitus* se constitui enquanto uma estrutura estruturante que é estruturada, sendo assim fornece os elementos necessários para a interpretação da realidade, pautado em uma gama de ensinamentos socialmente construídos que acaba por determinar, os gostos, as vontades e as ações dos indivíduos. É justamente por ser um sistema simbólico de significação estruturado de forma arbitrária que o *habitus* é capaz de se tornar estruturante, pois significa o mundo e legitima a dominação.

Para Bourdieu todas as relações de dominação são relações de

comunicação que por sua vez são relações de poder que requerem um acúmulo de capital, material ou simbólico, e são justamente os sistemas simbólicos que legitimam a dominação, considerando que as diferentes classes e frações de classes se encontram em uma constante luta pelo monopólio da violência simbólica legítima para imporem suas definições do mundo social. Dessa forma, as ideologias devem a sua estrutura e função às condições sociais em que foram criadas, sendo elas duplamente determinadas, em um momento pelos interesses da classe que servem e, em outro, pelos seus criadores. Neste contexto Bourdieu (1989) faz uma separação entre a classe beneficiada pelas ideologias e seus criadores, esta relação entre o campo de produção ideológico e o campo de luta de classes acaba por produzir uma forma eufemizada das lutas econômicas e sociais.

A coroa portuguesa se valeu do respaldo da Igreja para justificar e validar suas ações e a construção arbitrária de uma estrutura social exploratória e excludente. É justamente por meio do discurso teológico que se instaura o modo de produção pautado em um regime escravista, assim como a conversão em massa e compulsória dos povos nativos. Portanto é por meio do discurso católico que se demoniza e criminaliza qualquer prática cultural e religiosa da população negra, sequestrada e escravizada.

O discurso católico auxiliava na sustentação da estrutura social brasileira para além da subserviência da população livre ao monarca, validava por meio de argumentos teológicos o sistema escravista implantado no Brasil. A lógica da submissão à coroa era aplicada à utilização de mão de obra escrava, da mesma forma que para evitar o caos social os indivíduos livres deveriam servir ao rei, o trabalho escravo era interpretado enquanto elemento essencial para o funcionamento da sociedade.

Ainda, alguns religiosos - como é o caso de Dom Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco - revestiam o injusto e cruel sistema escravocrata com uma aparência de bondade cristã, argumentando que era melhor oferecer a oportunidade de resgatar a população negra – que foi sequestrada, escravizada e torturada – de uma vida pagã permitindo-a viver próxima da religião católica. Em *Análise sobre a justiça do comércio e do resgate dos escravos da costa da África*, publicada em 1808, o bispo ainda argumenta que nos textos bíblicos não há evidências de que nem Jesus nem os apóstolos se opunham fortemente à escravidão.

É importante ressaltar que Dom Azeredo Coutinho era filho de

senhores de engenho, portanto seu posicionamento era profundamente marcado pelo constante diálogo com as demandas senhoriais. Em outra obra sua de 1808: *Concordancia das leis de Portugal, e das bullas pontificias, das quaes humas permitem a escravidão dos pretos d’Africa, e outras prohibem a escravidão dos indios do Brazil*, o que faz é validar o elemento que dava sustentação tanto à monarquia portuguesa quanto à brasileira, posteriormente, portanto ao apresentar a escravização da população negra como uma atitude cristã estava tentando retirar a evidente injustiça deste sistema enquanto elevava a imagem dos senhores de escravos.

Os Portuguezes, que primeiro descobrirão a Costa de Guiné, já acharão muitas Nações com algum genero de Governos, obediencia, e subordinação, commercio, e agricultura; entre as quaes já também se achava indroduzida a escravidão, ou dos vencidos na guerra, ou dos réos de certos crimes capitaes; de tal sorte, que querendo elles comprar aos Portuguezes alguns generos, de que elles necessitavão, offerecerão em troca, e permutação alguns dos seus escravos, que vindo para Portugal forão comprados por aquelles, que de seus serviços precisavão[...]. Este commercio foi approvedo por Bullas do Papa Nicoláo V. de 6 de Janeiro de 1454, de Calisto III. de 3 de Março de 1455, de Xisto IV. de 21 de Junho de 1481, e de Leão X. de 3 de Novembro de 1514 por se-achar ser este commercio o meio de se-introduzir a nossa Santa Religião entre aquellas Nações barbaras, ou ao menos salvar muitas almas, que aliàs serião perdidas no centro do Gentilismo. (AZEREDO, 1808a, p. 8-9).

O fato de a Igreja apresentar o sistema escravista enquanto algo natural ou como uma injustiça necessária marcou de forma profunda a cultura brasileira, ainda que a escravidão tenha sido abolida oficialmente em 1888 é mais do que evidente que encontramos enraizados na consciência coletiva brasileira, diversos elementos do pensamento que justificou, validou e apoiou este sistema utilizado por aproximadamente setenta e cinco por cento da história do Brasil. Mascaram a escravidão, como uma possibilidade de salvação de almas que estavam condenadas pelo paganismo, se enquadra perfeitamente no preceito católico de evangelização, sendo assim a Igreja ajudou a criar uma falsa compreensão da realidade capaz de retirar o peso real da escravidão, dessa forma a população católica brasileira nunca passou por um processo de resignificação e reinterpretção da realidade, sendo este um elemento que possibilita a incapacidade de responsabilização ou a compreensão da dívida histórica que o Brasil tem com a população negra.

Os sistemas simbólicos se tornam eficazes, justamente por não serem perceptíveis as relações de força que os criam, pois atuam enquanto uma forma de comunicação em que seus significados são compreendidos e reconhecidos pelos indivíduos, mas sua arbitrariedade é ignorada.

A monarquia portuguesa encontrava, como um dos pilares de sustentação da sua estrutura social, na ideia da autoridade sagrada do rei, sendo ele o responsável por governar e proteger seus súditos em nome de Deus, mas com o decorrer dos anos e o crescimento da colônia, a imagem do monarca enquanto representante divino começa a perder força e ser questionada.

A partir de meados do século XVIII, porém, cada vez mais era difundida entre as camadas letradas urbanas a consciência de que, ao invés de proteção, a Coroa lusitana exercia uma verdadeira função opressora sobre a população residente no território brasileiro. Dessa forma, gerava-se um descrédito progressivo com relação à origem divina da monarquia [...] (AZZI, 1991, p. 6).

O descrédito apontado por Riolando Azzi estava fundado muito mais profundamente na ideia e no projeto de independência do Brasil, e no descontentamento com os caminhos escolhidos pela metrópole, do que no questionamento à autoridade da Igreja ou de seus ensinamentos. O crescimento da colônia vem acompanhado de um sentimento nativista ao reconhecer a capacidade econômica da colônia, começou a se espalhar a ideia de que o Brasil já tinha condições de “caminhar com as próprias pernas”. É válido ressaltar que Azzi está se referindo à população urbana letrada, camada que no início do século XIX não era representativa numericamente, sendo assim, para a maioria da população brasileira o discurso religioso ainda possuía grande impacto.

Dessa forma, o questionamento da real divindade da coroa portuguesa não chegou a se constituir enquanto substância para o enfraquecimento do poder da Igreja Católica no Brasil, como é apontado pelo autor. As interrogações levantadas traziam o debate da independência da colônia. Com a percepção das mudanças em andamento os membros da Igreja começaram a se articular visando manter seu espaço.

À medida que os clérigos se envolviam com esse projeto político, começaram também a pensar num modelo de Igreja que melhor sintonizasse com essas aspirações, ou seja, numa forma de aliança entre os interesses da pátria livre e da Igreja do Brasil. (AZZI, 1991, p. 7).

Ao se referir à Igreja como Igreja do Brasil o autor traz à luz um elemento importante, as lideranças religiosas presentes no território estavam muito mais alinhadas aos projetos locais. O contato de integrantes do clero com o pensamento liberal produziu reações, levando ao questionamento do tradicionalismo católico que sustentava e incentivava a estrutura colonialista por parte de seus integrantes e, conseqüentemente, a aproximação com o projeto político de independência do Brasil.

É uma mudança que traria implicações sociais profundas para a esfera religiosa durante todo o século seguinte, pois a esfera religiosa perdeu o caráter missionário que era marca registrada das ordens mais autônomas, prevalecendo uma prática religiosa descolada da realidade e com o clero subjugado, cujas práticas eram formais e dependentes, ou do Imperador, ou diretamente dos grandes proprietários de terra. Dessa forma, ficava eliminado o grau de tensão que poderia, inclusive, levar a algum tipo de ação mais específica na esfera social. A partir da reforma pombalina, passa a prevalecer o regalismo na esfera religiosa brasileira, quando a vinculação do clero brasileiro ao poder civil torna-se mais patente, dependência que fica mais acirrada com o início do processo de formação do Estado-nação, com a Proclamação da Independência. E nada ilustra melhor esse período de regalismo do que a ação de vários eclesiásticos, entre eles Feijó na década de 1820, quando se alinha com o Império, numa linha liberal, tentando impor limites à autoridade do papa. E a ação de D. Pedro II é sempre no sentido de manter a briga de forças entre a Coroa e a Santa Sé para mostrar o poder político da Coroa. (PAIVA, 2010, p. 46).

A aproximação com pensamentos diferentes das posições oficiais da Igreja aconteceu em concordância com uma transformação na sociedade brasileira gerada pelo ciclo do ouro, a mineração – ainda que tenha enriquecido e favorecido a coroa – possibilitou a emersão de uma nova elite, com nomes não tradicionais. Azzi (1991) afirma que, justamente por não estar tão vinculada à estrutura latifundiária escravocrata, a elite da mineração empreendeu uma tarefa de se diferenciar das elites tradicionais, enquanto os filhos dos proprietários de terra viajam à Portugal para estudar, os seus se dirigiam à França, fato que possibilitou o contato com as ideias iluministas utilizando-as como aporte para a compreensão da realidade brasileira.

Os agentes e os grupos são definidos de acordo com as suas posições relativas nos espaços, e a partir do momento em que os elementos que constroem os espaços, os diferentes tipos de capitais, são propriedades atuantes,

eles se tornam um campo de forças, um conjunto de relações de forças imposto a todos que os adentrem. O campo social se constitui em um espaço de posições em que os agentes são distribuídos em duas dimensões, primeiramente pelo volume do capital global que possuem e, em uma segunda dimensão, pela valoração do tipo de capital que melhor o define.

Sendo assim, a classe pode ser entendida enquanto um conjunto de indivíduos em condições similares, que por compartilharem um *habitus* parecido, tendem a produzir práticas semelhantes. Por ser uma construção teórica utilizada na análise ela, a classe, não chega a se constituir enquanto uma classe real com agentes conscientes e integrados, o que existe de fato é um espaço de relações no qual a mudança de posição é condicionada pelo trabalho. Portanto a possibilidade de mobilização é maior de acordo com a proximidade dos sujeitos entre si, o que não impossibilita a aproximação de sujeitos mais distantes, os elementos de aglutinação de pessoas são múltiplos, o que possibilita a formação de grupos por sujeitos que não estejam relacionados diretamente por questões econômicas.

Para compreender as ações e práticas de um indivíduo na sociedade é necessário que sejam levadas em consideração as representações que eles possuem do mundo social e qual o seu grau de contribuição para a construção da visão deste mundo. Sendo que a visão do mundo social é produto de uma dupla estruturação social, objetiva, que abarca as possibilidades abertas pelos acúmulos dos capitais, e subjetiva, que engloba os esquemas de apreensão e interpretação da realidade, que por sua vez são resultados das lutas simbólicas.

A percepção do mundo social é realizada a partir da incorporação das estruturas objetivas do espaço social, e a interiorização destas estruturas produz a naturalização das mesmas, sendo que quanto mais severas as condições de existência maior a naturalização das estruturas, as perspectivas de vida acabam sendo delimitadas pelos possíveis espaços de ocupação dados aos sujeitos de acordo com a sua posição na estrutura social. Deste modo, as relações de força atuam na visão de mundo visando a manutenção das relações, pois formam categorias de percepção, e o conhecimento das categorias que tornam possíveis o mundo social é o objeto de disputa nas lutas políticas, pois nas sociedades modernas a produção e a imposição dos sentidos são realizados no seio do campo das lutas de produção cultural.

O mundo social se constitui enquanto um sistema simbólico que

produz normas de conduta, assim como os desvios, onde as relações de forças objetivas tendem a se reproduzir na relação de forças simbólicas que atingem as visões de mundo de modo a garantir a sua reprodução, dentro desta luta pelo poder de imposição da visão legítima do mundo social, os agentes possuem um poder proporcional ao capital reconhecido pelo grupo.

Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, idios logos pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a nomeação oficial, acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum porque ela é operada por um mandatário do Estado detentor do monopólio da violência simbólica legítima. (BOURDIEU, 1989, p. 146).

Deve-se destacar neste momento, que apesar da influência iluminista na interpretação do Brasil e no desenvolvimento de um projeto de independência, a questão do anticlericalismo não teve força no país, muito pelo contrário, o movimento de independência manteve a relação de apoio com a Igreja.

O racionalismo francês incentivou o desenvolvimento de um sentimento nativista, que adentrando ao clero local aprofundou as relações de pertencimento e conseqüentemente instigou a luta por direitos dos religiosos brasileiros.

O sentimento nativista começa a tomar forma já em meados do século XVIII, e durante o século seguinte cresceu bastante em diversas regiões do país. Era mais forte nas camadas urbanas da população, sobretudo entre os intelectuais. Entre os clérigos, de fato, a consciência nacional estava bastante desenvolvida. (AZZI, 1991, p. 101).

O autor ainda aponta que a demanda por maior reconhecimento e participação dos religiosos brasileiros, resultou na criação da lei das alternativas, que determinava o revezamento entre portugueses e brasileiros nos cargos de superiores. Ainda, o sentimento nativista desenvolve um olhar mais próximo da realidade do povo brasileiro e mais distante dos interesses da coroa, trazendo à tona uma preocupação pelo desenvolvimento de uma ordem social mais justa.

A absorção e utilização das ideias liberais não ocorreram de forma ortodoxa entre os clérigos, que utilizavam e proferiam os aspectos que lhes pareciam mais coerentes e pertinentes à realidade brasileira, especificamente

referente à autonomia e à independência do Brasil. O questionamento quanto a origem do poder monárquico é o ponto central do debate, crença oriunda do período medieval que já vinha se desgastando com o passar do tempo, o contato com as ideias liberais respaldou e alimentou as insatisfações com a lógica vigente.

Uma questão que o pensamento liberal traz à tona é o local onde reside o poder, até então o pensamento teológico corroborava o domínio monárquico enquanto manifestação do querer divino, uma vez posta em cheque a origem do direito de exercer a dominação o lócus de validação é transferido para o povo, mas sem perder de vista a vontade divina, que agora passar a ser conhecida e exercida pela concretização da decisão popular. O conceito de representatividade não contemplava e nem pretendia abarcar toda a população, mas já começou a reconhecer a necessidade da validação do governo por parte da população, mesmo que de poucos integrantes.

O reconhecimento do poder do povo ganha destaque com a Revolução Francesa que promulgou o sufrágio universal, entretanto, em terras brasileiras os discursos se apresentavam de forma mais moderada, apesar de visualizarem a necessidade do apoio popular para o projeto de independência, os integrantes tinham consciência da importância do apoio dos senhores de engenho, logo, em um país de regime escravocrata, que era apoiado e legitimado pela Igreja, nem a abolição da escravatura e muito menos o reconhecimento da população negra escravizada faziam parte do debate.

Mesmo sendo o Brasil território pertencente a Portugal, a distância da metrópole permitiu a criação de um microcosmo com estruturas e relações de poder próprias, dessa forma as lideranças religiosas estabelecidas na colônia desenvolveram articulações com as elites locais. Mesmo com a vinda da coroa essas relações não foram desfeitas, possibilitando o compartilhamento das insatisfações com o sistema colonialista. Considerando que os integrantes da Igreja faziam parte da camada social com maior nível de estudos, o surgimento e a disseminação dos ideais da Revolução Francesa e o pensamento liberal dentro do campo intelectual causaram impactos profundos nas relações entre o clero brasileiro e a coroa portuguesa.

Considerando tudo o que foi apresentado, neste momento partiremos para uma análise mais específica dos significados do período histórico trabalhado, apontando mais profundamente as formas pelas quais se davam as

relações entre a Igreja e o Estado e as consequências desta relação na formação da população, desde a colonização até a Independência do Brasil.

O Padroado Régio concedia à Igreja Católica um reconhecimento social de que lhe permitia que todos os seus discursos e posicionamentos fossem caracterizados enquanto posições oficiais do Estado, suas vozes se misturavam, proporcionando um acúmulo de capital social que legitimava a função de agente normatizador da vida cotidiana. Com o regime do Padroado a Igreja ficava constituída enquanto uma agência administrativa do Estado. Neste processo há uma troca de capitais simbólicos de dominação, ao se pensar o Governo se pensava ao mesmo tempo a Igreja, dessa forma quando a instituição religiosa apresentava aos fiéis suas interpretações da realidade, elas eram assumidas enquanto normas e verdades absolutas.

Neste período tanto o Estado quanto a Igreja se encontravam em uma relação em que ambos validavam sua existência e se conferiam os capitais simbólicos que legitimavam sua dominação. Era a Igreja que por meio da concepção religiosa validava o Estado, a sua forma de governo e principalmente os seus governantes, por meio do discurso religioso, em uma sociedade profundamente religiosa, a interpretação de que a monarquia era a forma escolhida por Deus para governar seu reino na terra e de que a família real era a escolhida por ele a Igreja conferia à coroa um capital inquestionável de legitimação.

Como foi afirmado, havia uma concepção filosófico-teológica de um Estado cristão, o que significa que toda a sociedade era concebida e interpretada com base no pensamento religioso, este fato não só explicava a existência de um governo monárquico, como também, lhe garantia obediência. O amálgama criado pela Igreja entre a figura do monarca e os anseios de um ser celestial transferia para o rei todo o capital religioso, era ele interpretado e reconhecido enquanto mensageiro das vontades divinas, questionar sua autoridade representava para os cristãos uma heresia pois se constituía em uma ação de questionar o próprio Criador.

Ao mesmo tempo esta ação era possibilitada pelo fato da sociedade ser regida por um Estado cristão, o monarca transferia para a Igreja, ou de certa forma devolvia, os capitais de dominação, ao reconhecer a Igreja Católica enquanto a única forma oficial de religião e afirmava a seus súditos que esta era a religião verdadeira, logo suas análises e interpretações da realidade não poderiam ser

senão igualmente verdadeiras, desta maneira criou-se uma relação retroalimentar onde os capitais simbólicos de um validavam a existência do outro e lhes conferiam legitimidade e poder de dominação.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <<sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <<domesticação dos dominados>>. (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Bourdieu concebe que toda forma de dominação é também, uma forma de comunicação, pois requer a troca de conhecimentos entre os sujeitos envolvidos, para que haja uma relação de dominação – que não seja imposta pela violência física – há a necessidade de haver um reconhecimento das posições ocupadas por cada um dentro da estrutura social. Esta comunicação se dava com base nos ensinamentos ou conhecimentos fornecidos à população pela Igreja, ao ensinar as ferramentas de análise da realidade as quais os fiéis deveriam utilizar, ela produzia uma inculcação dos papéis sociais e uma interiorização das posições desiguais dentro da estrutura social de dominação. Do mesmo modo que o Estado transferia a ela, por meio do reconhecimento e imposição da legitimidade enquanto religião, os capitais necessários para a eficácia de seu processo educativo.

Por se tratar o Brasil, naquele momento, de uma colônia, território anexado a outra nação, não houve em nossas terras o desenvolvimento gradual de uma sociedade organizada e unificada no território, pelo contrário, com a chegada dos portugueses o que ocorreu foi a dominação por meio da utilização da força física dos povos indígenas, dizimados pelos colonizadores, dessa forma houve uma importação da estrutura social portuguesa, imposta pela coroa e validada pela Igreja, as normas sociais, as legislações e até os hábitos culturais foram trazidos de Portugal e instaurados no Brasil. Destaca-se este fato para melhor compreendermos a eficácia e facilidade do processo de construção da estrutura social no território brasileiro.

Pelo fato de toda a organização da sociedade ter sido importada de uma nação já estabelecida, a Igreja alcançou mais efetividade em seu trabalho de normatização e naturalização das estruturas sociais de dominação, seu discurso e

seus ensinamentos se apresentavam de forma coerente à realidade, não somente pelo fato desta instituição produzir os capitais simbólicos que validavam a estrutura social, mas também, pelo fato de que suas ferramentas de análise da realidade já haviam sido desenvolvidas e testadas na trajetória histórica do Estado português, sendo assim a comunicação dos papéis sociais já haviam sido estabelecidos e coadunavam com toda a lógica social encontrada, não requerendo muito esforço para a interiorização da estrutura.

Com um regime monárquico controlando o Estado, todo o poder político estava concentrado nas mãos do rei, logo as decisões e as ações do governo eram tomadas por uma figura individual, cabia a ele conceder os títulos de nobreza, distribuir a posse de territórios além de nomear arbitrariamente os ocupantes de cargos públicos. Como já foi falado, toda esta estrutura política se validava na explicação religiosa da vontade de Deus exercida pelo monarca, portanto, quando a Igreja inculcava a estrutura social ela estava naturalizando a sua lógica, ensinando à população que as ações da realeza eram ações divinas. Todo este argumento serviu para interiorizar nos indivíduos, e conseqüentemente na cultura, a divindade dos sujeitos detentores do poder, o que ao mesmo tempo ensinava a inferioridade do sujeito comum e justificava a utilização de mão de obra escravizada.

Todo este cenário ainda estava composto por outros significados, a coroa representava o poder político ao justificar e corroborar as ações arbitrárias de favorecimento a Igreja, justificava e corroborava toda a lógica exploratória presente na sociedade, assim como a prática de se utilizar de cargos públicos como moeda de troca ou de compra de favores, ainda naturalizava no *habitus* da população que o Estado pertencia a poucos e que as benesses provenientes do acesso ao poder se constituíam enquanto privilégios de uma pequena camada da população, sendo o Estado um espaço restrito àqueles que eram compreendidos enquanto superiores dentro das relações sociais.

Esta é uma questão considerada de suma importância neste trabalho, mesmo que neste momento estejamos pensando o Brasil Colônia, não podemos nos esquecer que nos referimos a um período que pode ser chamado de embrionário para o Brasil enquanto país independente. No processo de desenvolvimento de nossa nação a estrutura que alicerçava o campo político, e conseqüentemente determinava as relações sociais, estava construída com base em

diferenciações muito bem demarcadas ao se pensar a sociedade e os campos que a compunham havia uma clara separação entre a população comum e outros grupos sociais posicionados de maneira desigual quanto ao acúmulo de poder, essa separação determinava as possibilidades e os acessos dentro da sociedade.

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro. (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Ainda que se referindo a um período histórico futuro ao que estamos trabalhando neste momento a compreensão do *habitus* enquanto “princípios geradores de práticas distintas e distintivas” se faz de grande importância para a compreensão do argumento que estamos defendendo. O *habitus* é formado pelos diversos processos de socialização aos quais os indivíduos são sujeitos ao longo de suas vidas, quando compreendemos a Igreja Católica enquanto uma instituição educativa nos referimos a ela enquanto uma instituição produtora de *habitus*, com a capacidade de ensinar as ferramentas pelas quais a população irá interpretar a realidade e é pautado nestes ensinamentos que cada indivíduo assume posições e decide suas ações.

Dentro de um Estado confessional, a Igreja se constituía enquanto principal instituição socializadora, era ela quem ensinava à população os meios pelos quais a sociedade deveria ser analisada, este processo se insere nas relações de comunicação que constituem as relações de dominação, era por meio da formação do *habitus* da população que a Igreja conseguia validar os papéis sociais e garantir a reprodução da estrutura social, estes princípios geradores significados e significantes determinavam as ações da população, principalmente no tocante às suas limitações, do mesmo modo que traduziam enquanto verdades as diferenciações dos grupos dominantes, justificavam a concentração do poder ao mesmo tempo que marcavam que o Estado não se consistia em um espaço social

comum, mas que este era reservado aos poucos considerados verdadeiramente dignos.

Ao mesmo tempo que o *habitus* construído validava as relações de dominação por parte da realeza, da nobreza e do clero, naturalizava a condição de subalternidade da população, ao delimitar quem eram os dignos e merecedores das bênçãos e privilégios e determinava os que não eram. Dessa forma, a normatização da vida social por parte da Igreja inculcava nos indivíduos sua posição de inferioridade dentro da estrutura social, ensinando os papéis sociais a serem exercidos e produzindo uma conformação quanto às realidades em que se encontravam. Foi por meio desta mesma lógica que a Igreja Católica validou e amparou o sistema escravocrata desenvolvido no Brasil, por meio do discurso religioso a instituição animalizava e coisificava a população negra, justificando a tortura e o trabalho forçado.

O discurso religioso não somente naturalizava a escravidão em questões da manutenção da ordem e do desenvolvimento, mas também ao se utilizar de aspectos místicos religiosos produzia uma conformação com a estrutura social e garantia a sua reprodução, ao demonizar a população negra e todos os elementos culturais relacionados a ela, por meio de um discurso bíblicamente embasado, a Igreja inculcava na população um medo e uma repulsa, capazes de fortalecer o apoio ao sistema escravocrata pela antagonização da população negra, por sentimentos com bases religiosas que mantinham a população afastada de qualquer perspectiva minimamente humana que permitisse o reconhecimento do horror deste sistema. Ainda, os discursos proferidos por lideranças católicas ressignificavam a realidade da escravidão, conferindo a ela um caráter cristão e de bondade, pois construía uma retórica onde o sequestro e a tortura da população negra eram definidos enquanto uma possibilidade de trabalho cristão, de aproximá-la de Deus.

Se faz importante destacar que todos estes sistemas simbólicos de dominação somente alcançam a sua efetividade quando as relações de força que os criam não são perceptíveis. São capazes de criar uma comunicação onde os papéis sociais são interiorizados produzindo ações específicas de acordo com a posição ocupada dentro da estrutura social pela compreensão e reconhecimento dos significados contidos nesta comunicação, mas são ignoradas as arbitrariedades.

O poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, desse modo, a acção sobre o mundo, portanto o próprio mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p. 14, grifo do autor).

É justamente no ato de ignorar a arbitrariedade que se encontra o papel de agente naturalizador da realidade social exercido pela Igreja Católica, por meio da inculcação da ordem, das relações sociais e das desigualdades, questões socialmente construídas foram explicadas pelo discurso religioso como naturais, da vontade divina. Sendo assim não cabia à população questionar a realidade, pois esta existia exatamente da forma como deveria existir, ao significar o monarca como representante das vontades divinas a Igreja afirmava que toda a estrutura social havia se desenvolvido de acordo com os planos de Deus, não podendo ser alterados.

Com o crescimento econômico do Brasil, começou a se difundir entre as camadas urbanas letradas um sentimento de rejeição à coroa lusitana, com o crescimento de pensamentos separatistas as lideranças religiosas passaram a se aliar aos poderes locais participando do processo de idealização da independência. O discurso religioso sustentava o poder da monarquia portuguesa ao sacralizar a autoridade real justificando esta forma de governo, com o decorrer do processo de colonização e com a vinda da família real e da corte portuguesa a colônia passa a ser reconhecida enquanto reino, estes fatos proporcionaram o desenvolvimento de uma sociedade pertencente ao território. Diferentemente do início da colonização quando os nobres que receberam os títulos das capitânicas hereditárias sequer vieram ao território, nos períodos prévios à Proclamação da República já havia uma sociedade estabelecida e fixada.

Considerando que as sociedades se organizam em campos sociais hierarquicamente alinhados e que estes são habitados por grupos e indivíduos posicionados de acordo com o seu capital, as mudanças econômicas pelas quais o Brasil passou, possibilitou o rearranjo de posições nos campos pelas alterações na valoração dos capitais, permitindo aos grupos que emergiam nas posições do campo pelo crescimento do acúmulo de capital maior acesso à definição da visão de mundo, dessa forma, os novos grupos que cresciam financeiramente em razão da

valorização da importância de seus produtos econômicos possaram a alcançar maior espaço de influência na ação de definição da visão de mundo ensinada à população.

Se as relações de força objectivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações, é porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objectivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações. Mas a parte de indeterminação e de vago que os objectos do mundo social comportam é, com o carácter prático, pré-reflexivo e implícito dos esquemas de percepção e de representação que lhes são aplicados, o ponto arquimédico que se oferece objectivamente à acção propriamente política. O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo. (BOURDIEU, 1989, p. 142).

As transformações nos ciclos econômicos do Brasil propiciaram o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento, além de gerar um questionamento da condição de reino pertencente aos reinos de Portugal, principalmente pela questão de que sem a independência o Brasil e sua população continuariam sob o comando de outra nação. Com as mudanças nas posições relativas no interior do campo social se abriu a possibilidade de mudança da aliança política firmada com a coroa, a Igreja Católica encontrava neste momento a oportunidade de se fortalecer enquanto Igreja Brasileira.

Todo este cenário analisado acima, fez com que as lideranças religiosas locais rompessem com a defesa irrestrita ao direito divino da coroa, passando a utilizar de sua capacidade educativa de formação de *habitus* para desenvolver na população comum um sentimento de pertencimento ao território. Esta empreitada garantia respaldo popular aos objetivos das elites econômicas, colocando a população em defesa do projeto de Independência, aqui surgiu, pela primeira vez na história da relação entre Igreja e Estado no Brasil, o reconhecimento da população enquanto ferramenta de apoio aos projetos políticos, até este momento a Igreja se limitava em naturalizar a estrutura social e a ordem política importadas de Portugal, portanto seu trabalho consistia em garantir a obediência inquestionada da população.

Com a aliança com o projeto separatista a Igreja começou, ainda que muito limitadamente, a reconhecer a população enquanto agente político, aqui

se destaca que a limitação apontada se refere ao fato de que não se trata de um debate político de participação popular, continua-se o processo de inculcação da obediência e subalternidade na população, mas se tem pela primeira vez a utilização do povo enquanto mobilização popular, não tanto no sentido de pressão política, como veremos nos anos futuros, mas de reconhecer uma certa visibilidade àqueles que não possuíam voz alguma nos processos políticos.

Dessa forma a Igreja ajudou a escrever mais um capítulo da história brasileira, a instituição que trabalhou arduamente na formação do *habitus* do colono brasileiro enquanto ser subalterno e subserviente à coroa portuguesa, agora mudava – mas não drasticamente - a sua ação na formação de um *habitus* da população brasileira subalterna e subserviente ao imperador do Brasil e às elites econômicas. Ao mesmo tempo em que se fortalecia enquanto Igreja Brasileira, se empenhando em alcançar maior autonomia e poder de decisão em relação à instituição religiosa internacional.

3 A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL IMPÉRIO

Considerando que durante séculos a Igreja Católica foi responsável por justificar e validar o poder dos monarcas, sacralizando e coibindo qualquer forma de questionamento, parece incoerente ou pelo menos arriscada a mudança da lógica de dominação. Se o poder do rei vem da vontade divina e é a Igreja a porta voz oficial de Deus, mudar o discurso teológico poderia levar a questionamentos da validade desta instituição, entretanto é exatamente neste ponto que se cristaliza o poder de formação que possui a religião.

Vinculados a um pensamento de independência, que já havia ganhado força entre membros das elites locais, os líderes religiosos foram capazes de desconstruir do imaginário popular boa parte do que haviam ensinado aos fiéis até então e ressignificar a explicação religiosa. Ainda que de forma gradual, parte do clero empreendeu com sucesso uma revolução na retórica da Igreja, sendo capaz de mudar os sujeitos de lugar sem que ela sofresse com isso. A significação das relações de poder foi alterada no tocante à coroa, mas foram capazes de manter intacta a sua posição dentro da sociedade, continuando a produzir explicações e determinações da realidade, ou seja, o clero brasileiro conseguiu questionar seus próprios ensinamentos quanto à dominação, sem que sua capacidade de ensinar fosse questionada.

A independência do Brasil não surtiu efeitos na relação entre o Estado e a Igreja, a Constituição Política do Império do Brasil de 1824, outorgada por D. Pedro I, em seu artigo quinto determina que “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo” e ainda, em seu artigo noventa e cinco, item terceiro, estabelece que ficam impossibilitados de serem nomeados deputados “Os que não professarem a Religião do Estado” (BRASIL, 1824).

A referida Constituição ainda proíbe a perseguição de cidadãos por crença religiosa desde que os mesmos respeitassem o Estado e a moral pública, considerando que a Igreja Católica ditava as regras sociais é possível visualizar que mesmo permitindo a liberdade de culto – em partes – e proibindo perseguições por motivos religiosos os cidadãos não católicos ainda eram obrigados a viver sob as normas que a mesma impunha.

Se a primeira Constituição brasileira viabilizou alterar, ao menos no plano jurídico, o cenário religioso brasileiro, com a possibilidade da existência de outras religiões, na prática, porém, não oferecia condições jurídicas semelhantes aos não católicos, tendo em vista que as celebrações religiosas não poderiam ser exercidas publicamente e os templos não poderiam ter ornamentos externos, ainda que o Artigo 179 garantisse. (SILVA, LANZA, 2019, p. 104).

No ano de 1827 a Santa Sé reconheceu o Brasil como sede de nunciatura de primeira classe e publicou a bula de concessão do Padroado, portanto, enquanto país independente o Brasil manteve as relações, pelo menos legalmente, com a Igreja Católica que eram mantidas pela coroa portuguesa.

Após a Proclamação da Independência o clero brasileiro assumiu para si uma tarefa de extrema importância, se durante o movimento de independência trabalharam na construção de um sentimento de pertença ao território, ao se constituir como um país coube a responsabilidade de formação de um sentimento de nacionalismo. Tal tarefa produziu posicionamentos contraditórios, ao mesmo tempo em que questionavam a monarquia para afastar a nação do domínio lusitano, precisaram se unir ao imperador contra os inimigos da pátria que questionavam o poder do novo chefe na nação.

Parte da ação de consolidar o novo Estado consistia em proteger a nação contra movimentos favoráveis ao retorno da monarquia portuguesa. Uma vez empenhados em desenhar a pátria independente de Portugal os clérigos tiveram que ficar atentos a todos os movimentos internos da Igreja para evitar a disseminação de ideias contrárias à independência.

Se havia pouca simpatia por parte dos clérigos liberais com relação às antigas ordens monásticas, maiores eram ainda as restrições que eles faziam quanto ao ingresso de religiosos estrangeiros no país. Aqui não pesava o possível aspecto de sua inutilidade econômica, mas muito mais o perigo político que sua atuação podia constituir para o país. De fato, não poucos desses religiosos vinham imbuídos do espírito reacionário que tomara conta da Igreja nas primeiras décadas do século XIX, e isso podia trazer dificuldades para a consolidação da pátria brasileira. (AZZI, 1991, p. 133).

A postura acima citada pode ser interpretada não somente como um medo da infiltração de grupos contrários à independência, mas também a consciência de que a instalação de novas ordens religiosas poderia abalar as relações já estabelecidas entre os religiosos e as lideranças locais. Ainda que as

ideias da Revolução Francesa e do liberalismo abarcassem o papel da população, e este elemento estava presente nos discursos dos religiosos, a abertura do território para novas ordens significaria o risco da diminuição ou perda do domínio sobre os fiéis e possivelmente uma sujeição maior às estruturas internacionais da Igreja Católica, este medo era compartilhado pelo monarca brasileiro, que ao longo do seu reinado procurou proteger ao máximo o Brasil de qualquer influência ultramontana (BRUNEAU, 1974).

O posicionamento dos clérigos brasileiros também é coerente com o de religiosos espalhados pela Europa, desde o século XIV o velho continente viu a emergência de diversos movimentos nacionalistas relacionados com críticas à interferência da Santa Sé nos Estados que se formavam. A lógica do galicanismo francês foi abraçada por religiosos que temiam a alienação das relações com os poderes locais frente às ingerências da Cúria Romana. Ainda, visando melhorar as relações com Portugal a Santa Sé reconheceu, somente um ano e meio depois, a independência do Brasil.

Ainda que os ideais iluministas tenham ganhado espaço dentro do corpo clerical da Igreja Católica, a alta hierarquia composta pelos bispos manteve seu posicionamento de fidelidade à ordem política vigente, portanto, estava aliada à Coroa durante o regime colonial e aderiram ao Trono brasileiro após a Independência, dessa forma continuava a ocupar um lugar privilegiado dentro do Estado e da estrutura social manifestando apoio e solidariedade ao poder político.

Paiva (2010, p. 46) ressalta que diferentemente da Europa, o que se viu no Brasil foi um “liberalismo conservador” desenvolvendo um “iluminismo oligárquico”, ou seja, as elites brasileiras cooptaram para si os elementos do discurso iluminista que lhes agradavam, excluindo qualquer posição que pudesse ser considerada radical, principalmente nas questões referentes às liberdades individuais.

Como durante o período colonial a maior parte do quadro de bispos era composta por religiosos portugueses, após a Independência o novo governo cuidadosamente promoveu a substituição por nomes brasileiros. O reconhecimento da necessidade de substituição dos bispos se constitui ao mesmo tempo enquanto reconhecimento do poder de influência das lideranças religiosas, sendo assim o governo imperial estava eliminando o risco da formação de uma oposição enquanto criava um grupo de apoio para a nova ordem estabelecida.

Segundo D. Romualdo, a fé católica deve levar os súditos a aceitar a ordem social estabelecida e prestar obediência ao imperador. Negar essa ordem social é não apenas atentado político, como violação dos princípios religiosos. Desse modo o Trono e o Altar permanecem intimamente ligados entre si, e os ministros da religião se constituem em defensores do poder imperial. (AZZI, 1991, p. 163).

Após a Independência do Brasil os atores foram relativamente alterados, mas o roteiro continuou o mesmo, a Igreja continuou a reproduzir o mesmo discurso, que agora se referia a agentes diferentes, a importância do monarca português foi transferida para a monarquia brasileira. Dessa forma, as lideranças religiosas puderam promover a manutenção dos ensinamentos proferidos até o momento com uma leve reforma, que não alterou o conteúdo. Ainda, foram capazes de conservar suas relações com os dirigentes da nação, sem cair em contradição com os fiéis, “agradando” ambos os lados.

Azzi (1991) chama a atenção para um elemento muito interessante que apareceu concomitante ao debate da Independência e que em alguns aspectos se relacionava com o mesmo, ao final do século XVIII e início do século XIX ganhou espaço entre os sacerdotes brasileiros a discussão sobre o celibato clerical, ainda que o assunto em si não esteja diretamente vinculado à temática da independência, os desdobramentos dos argumentos favoráveis nos revelam uma abordagem política relevante.

Dentre os diversos posicionamentos ecoava entre os defensores do fim do celibato o argumento de que caberia somente ao Estado legislar e decidir sobre as normas do matrimônio e não à Igreja, ainda que isto pareça inicialmente como uma incoerência quando proferido por religiosos se analisarmos o pano de fundo é possível compreender tal argumento como um movimento político de aproximação com a coroa. Como já foi dito antes, as lideranças católicas nacionais estavam muito mais alinhadas aos poderes locais do que com a cúpula da Igreja, dessa forma ao validarem o Estado enquanto detentor único do poder de normatização do casamento estavam ao mesmo tempo procurando uma maior independência do Papa, uma maior participação dentro das decisões da Igreja e se aproximando ainda mais do poder local.

No período dos dois reinados, justamente pela submissão ao poder civil, o clero brasileiro atuou na manutenção do poder das elites dominantes, mantendo um conservadorismo religioso o qual serviu para justificar as

desigualdades sociais e acalantar os ânimos da população dominada. Viver a religiosidade católica significava viver em conformidade com o sistema social estabelecido, dessa forma a Igreja inculca ainda mais os papéis sociais de subalternidade, reforçando a aceitação e interiorização das relações de dominação.

A atuação da Igreja Católica foi fundamental no processo de formação do Brasil independente, sua proximidade com Estado permitiu a ocorrência de uma alienação do poder papal o que possibilitou a formação de vínculos locais e o desenvolvimento de um pertencimento ao território nos líderes religiosos e conseqüentemente a construção de um nacionalismo na população. Mesmo com a Independência as relações com Estado se preservaram.

Em relação à ingerência do poder público na Igreja Católica, a situação do Brasil Império era idêntica à do Brasil Colônia. Todos os documentos pontifícios dependiam de avaliação e aprovação do poder secular, e entre as atribuições do Imperador estava a de nomear bispos e controlar os benefícios eclesiásticos. (EMMERICK, 2010, p. 149).

Ainda que o Padroado tenha sido de imensa utilidade na propagação do catolicismo pelo ocidente, ganhando local prioritário na sociedade, acabou por dar demasiado espaço de interferência ao monarca sobre questões religiosas.

No que se refere ao grau de autonomia, o que mais sobressai nessa relação originada com o padroado é o grau de compromisso da esfera religiosa com a esfera política. Os monarcas portugueses assumem o governo civil e religioso, principalmente nas colônias. E o que vai ser visto nessa relação no Brasil colônia é um crescente controle do Monarca sobre o clero em detrimento de sua autonomia, que fica ainda mais evidente no período da monarquia. É nesse período que se assiste ao enfraquecimento da esfera religiosa brasileira: o clero secular vai depender de maneira mais acentuada do Imperador para a sua sobrevivência, e as ordens mais independentes tiveram sua esfera de atuação sensivelmente diminuída durante os dois reinados. Na relação promovida pelo padroado havia obrigações e deveres e não havia qualquer possibilidade de espaço para os direitos individuais. Apenas cabia o direito cristão. (PAIVA, 2010, p. 44-45).

Sendo assim, o regime do Padroado ainda que tenha proporcionado uma autonomia da Igreja em relação a Roma, causou de certa forma um sufocamento do poder de atuação dos membros do clero no território brasileiro, já que eram administrados pelo poder civil.

Nada caracteriza melhor os graus de dependência e centralização da

esfera religiosa brasileira do que o regime do padroado. O padroado, implantado aqui desde os primeiros séculos de colonização do Brasil no espírito da Cristandade, vai perdurar até a Proclamação da República. Num primeiro momento, seguindo a tradição católica do padroado em outras regiões do planeta, foi um regime dos mais convenientes para Roma, pois garantia a evangelização das terras descobertas e a certeza de que estas terras seriam católicas. Apesar de a Santa Sé ter de ceder parte de seu poder centralizador para o monarca de Portugal, estava assegurada a propagação do catolicismo em território tão amplo e de difícil evangelização. Esta situação fica inalterada com a Declaração de Independência, quando passa a prevalecer o padroado régio e o Imperador detém a prerrogativa de decisão a respeito das orientações vindas de Roma. Mas a Santa Sé paga um preço alto pelos serviços da monarquia: há uma tensão crescente entre o Império e Roma que vai culminar com a Questão Religiosa de 1872. (PAIVA, 2010, p. 44).

A Questão Religiosa apontada pela autora no trecho acima refere-se justamente aos atritos gerados entre o ultramontanismo e o regime do Padroado, como a Igreja, até certo ponto, estava submetida ao imperador brasileiro a Santa Sé possuía enfraquecido poder de interferência entre os agentes religiosos oficiais no Brasil. Bruneau (1974) retrata a vigilância de Dom Pedro II em relação as influências da Cúria Romana no país.

Pedro utilized his legal powers of patronage and the accrued powers of recourse and placet fully, for he was extremely concerned with the threat of ultramontanism and suspected that the Holy See might try to interfere in internal state matters; these matters, of course, concerned Church policy as well. He turned down the prestigious offer of a cardinalate in Brazil, the first in Latin America, 1847, so as 'To avoid subtleties which constantly prevail in the Roman Curia. During his fifty year reign, he founded only three dioceses, all within the first fifteen years. Again Pedro was worried about involvement with Rome. In referring to the creation of more dioceses, the Emperor was reported to have exclaimed, 'Create another bishopric! Augment the number of these combatants in favor of the ambitions of the Roman Curia!'. (BRUNEAU, 1974, p. 23).

O autor conta que durante seu reinado de cinquenta anos o imperador fundou somente três dioceses e chegou a recusar a oferta de um cardeal no Brasil, o primeiro da América Latina, afim de evitar uma abertura às interferências da Santa Sé nos assuntos do Estado. Ainda afirma que Dom Pedro II tratando do assunto de criar novas dioceses teria dito, em tradução livre, "Crie outro bispado! Aumente o número desses combatentes em favor das ambições da Cúria Romana".

O que a história nos demonstra é que os esforços de Dom Pedro II não foram suficientes para distanciar o Brasil do poder da Santa Sé, crescia entre as

elites políticas brasileiras um forte sentimento anticlerical, mais especificamente, aversos ao *modus operandi* dos clérigos brasileiros que tentavam manter a todo custo a tendência conservadora do Papa Pio IX. A Questão Religiosa ainda nos mostra que dentro do corpo oficial da Igreja Católica no Brasil não havia uma unidade quanto aos posicionamentos políticos, Dom Macedo Costa e Dom Vital foram condenados pelo Estado por desobediência civil, uma vez que seguiam as orientações papais mesmo quando não aprovadas pelo imperador.

O que vale ressaltar é que o movimento anticlerical estava sendo alimentado por um sentimento contra a própria monarquia que ganhava força entre as elites brasileiras, dessa forma não se constituiu enquanto um movimento contra a Igreja Católica e sua religiosidade, mas contra o regime do Padroado. Tendo isto em vista é possível compreendermos a adesão de lideranças religiosas, uma vez que o combate ao regime estabelecido não significava um combate à Igreja, pelo contrário, o momento abria a possibilidade para uma maior vinculação dos religiosos brasileiros à Santa Sé livrando a Igreja da sujeição e subordinação à coroa brasileira e suas ingerências, ainda que isto culminasse na separação oficial entre o Estado e a Igreja.

A Proclamação da República em 1889, que possibilitou a formação de um Estado Laico, pelo menos no texto da lei, nos revela ainda a inteligência adaptativa da Igreja Católica, com tudo que foi demonstrado até agora podemos analisar que a Igreja sempre soube como atuar na história para se manter ativa, o regime do Padroado pode ser lido como uma concessão de poder, já que se submetia ao Estado, visando a ampliação de seu alcance territorial e até mesmo a sua fixação no novo mundo. Enquanto o Brasil se encontrava no processo de colonização a Igreja estava coalizada à coroa portuguesa, uma vez que o sentimento nacionalista crescia no país, seus líderes religiosos foram capazes de manter a posição privilegiada que se encontrava, na nova nação, após os desgastes causados pela subordinação ao imperador, esta mesma Igreja soube se aliar ao movimento que buscava derrubar a monarquia.

Ainda, é possível afirmar com o que foi demonstrado, que o apoio da Igreja sempre foi fundamental em todas as transformações políticas ocorridas no Brasil até o momento estudado. Foi a Igreja Católica a responsável pela educação e conformação da população perante o regime colonial, ela também auxiliou no processo de formação de um sentimento nacionalista no processo de

independência, assim como atuou diretamente na instauração e manutenção do regime monárquico, até o momento em que se viu estrangulada pelo acordo que até então lhe possibilitou alcançar novos territórios e soube, neste momento se aliar e dar voz aos argumentos contrários ao império. Dessa forma é possível analisarmos mais claramente o papel fundamental desenvolvido por esta instituição religiosa no que se trata da formação de um consciente coletivo, de opiniões e conseqüentemente de atuações políticas, mas devemos ressaltar, como aponta Paiva (2010) que ainda que envolvida com a população, não havia espaço dentro da Igreja para qualquer debate sobre direitos individuais ou questões sociais.

A mudança do projeto político de Brasil endossado pela Igreja buscava na realidade uma maior autonomia em relação ao Estado e uma maior aproximação com as diretrizes advindas de Roma, passando longe de questões de emancipação da população, muito pelo contrário, durante grande parte do século seguinte, a Igreja e suas lideranças estiveram muito próximas e alinhadas às elites brasileiras e seus projetos.

Durante os períodos imperiais e do Brasil Colônia o Estado possuía uma posição superior na relação de dominação dentro do campo político-religioso. O regime do padroado colocava a Igreja brasileira como um órgão da administração pública, mas concedia ao imperador o poder moderador sobre a Igreja no Brasil, sendo ele o responsável pela nomeação dos Bispos. Com a Questão Religiosa há uma busca por um fortalecimento entre a Igreja brasileira e a Santa Sé, no sentido de se opor ao Governo e alcançar uma liberdade no território, compreende-se aqui a mudança de posição quanto à forma de governo, antes defensora e validadora da monarquia, a Igreja buscando maior autonomia se alia agora ao movimento republicano.

Tendo em vista tudo o que foi trabalhado acima, neste momento partiremos para o aprofundamento das análises no tocantes às relações entre a Igreja Católica e o Estado durante o período imperial.

Como já foi expresso em diversos momentos deste trabalho, foi a Igreja Católica a instituição responsável pela validação do sistema monárquico por meio da produção de uma validação pautada em discursos religiosos, durante aproximadamente três séculos a Igreja enquanto tradutora das vontades divinas sacralizou a monarquia portuguesa, mas foi esta mesma instituição religiosa quem auxiliou no processo de fortalecimento de um pensamento nativista que propiciou o

processo de Independência.

Enquanto membros oficiais de uma instituição socializadora, produtora de *habitus*, os integrantes do clero que haviam se aproximado em demasia das elites locais e conseqüentemente de seus anseios separatista, mantiveram seu *modus operandi* de atuação, trabalhando na formação do consenso em defesa dos interesses políticos das elites com quem estavam aliançados. Há que se destacar a grande capacidade que esta instituição possuía na tarefa de inculcação de uma visão de mundo, a Igreja que defendeu a coroa portuguesa por meio de seus discursos religiosos foi a mesma que facilitou o processo de independência e validou o poder do imperador do Brasil.

Todo este processo foi facilitado pela relação simbiótica entre o Estado e a Igreja, pois um encontrava no outro o suporte necessário para manter o seu poder de dominação, o Estado que se tornava independente ao manter as alianças com esta instituição religiosa conseguiu trazer para si todo o capital simbólico que amparava a dominação da coroa portuguesa, enquanto a Igreja ao apoiar o movimento separatista, socializando um sentimento de pertencimento na população que justificava a independência, conseguiu se manter na mesma posição que ocupava na sociedade durante o governo português.

Com a Independência do Brasil a Constituição Política do Império do Brasil de 1824 mantinha o catolicismo enquanto religião oficial do Império, no ano de 1827 a Santa Sé publicou a bula de concessão do Padroado, garantindo à Igreja Católica a mesma posição que ocupava durante o período colonial, porém com o país independente a Igreja encontrava um cenário mais agitado havendo a necessidade de desempenhar com mais força o seu papel educativo. O processo de independência não foi um projeto acolhido com unanimidade, entre as elites e até mesmo no interior do clero havia aqueles que ainda se encontravam muito vinculados ao governo português, portanto os clérigos liberais, como se refere Azzi (1991), que apoiaram o movimento de independência trabalharam arduamente na formação de um sentimento nacionalista na população e no enfrentamento às antigas ordens monásticas e à vinda de ordens religiosas estrangeiras.

Este enfrentamento foi empreendido justamente para manter o controle discursivo da Igreja no Brasil, as ordens monásticas mais antigas nutriam boas relações com Portugal além de manter o discurso em defesa do direito divino da coroa que validou o seu reinado sobre o Brasil, já as ordens religiosas

estrangeiras se apresentavam enquanto um perigo no fortalecimento da Igreja brasileira, uma vez que elas traziam um discurso europeizado e relações mais próximas com os antigos governantes, o clero brasileiro já estava aliado com as elites locais e lutava para se fortalecer enquanto um corpo próprio da Igreja Católica não uma mera extensão, as novas ordens religiosas colocavam em risco as relações de poder já estruturadas no território assim como ameaçavam a autonomia buscada pelo clero local.

Como já foi trabalhado neste capítulo, o posicionamento político do clero brasileiro em relação a vinda de religiosos estrangeiros não foi um evento único na Igreja Católica, Bruneau (1974) aponta que em diversos países europeus as relações desenvolvidas pelas Igrejas em seus territórios proporcionaram atritos com a Santa Sé, no sentido de que em cada local a Igreja procurava se desenvolver enquanto um corpo próprio dotado de certa autonomia, as interferências da Santa Sé ameaçavam o controle sobre as ações das Igrejas e conseqüentemente de sua autonomia.

Considerando o que foi exposto acima, a vinda de ordens religiosas estrangeiras poderia gerar uma alienação da Igreja brasileira com os poderes locais, situação que resultaria no clero do Brasil ser colocado enquanto agente subordinado em absoluto ao Estado e à Santa Sé. Por se tratar de uma instituição religiosa transnacional foi possível às suas lideranças estabelecerem relações próprias com os governantes dos locais onde se encontravam, se submeter à Santa Sé significaria perder a autonomia de decisão das atuações do clero em seus territórios, sem esta autonomia talvez não teria sido possível à Igreja apoiar o movimento de independência, uma vez que o regime do padroado colocava a Igreja local a serviço da coroa portuguesa, estas relações entre a Igreja e os poderes locais geravam ações de mútuo beneficiamento o que não seria de interesse da Santa Sé.

Após a Independência do Brasil o governo passou a realizar uma substituição dos integrantes do quadro de bispos, com o estabelecimento do regime do Padroado na a nova nação, o imperador do Brasil possuía o poder de nomeação dos bispos, agindo em coerência com as preocupações do clero brasileiro, a troca de bispos portugueses por bispos brasileiros fortalecia ainda mais as relações próprias entre o Estado e a Igreja no Brasil, dessa forma o imperador auxiliou no processo de reforma do alto clero nomeando aqueles que haviam trabalhado em favor da independência e que por meio de suas atuações favoreceriam o

estabelecimento do novo governo. Como já foi dito, a independência não foi um projeto acolhido com unanimidade, sendo a Igreja a agência do Estado responsável pela socialização e formação do *habitus* da população, o imperador procurou eliminar as lideranças que pudessem oferecer risco ao seu governo e nomear bispos que estavam comprometidos com a formação de um sentimento de nacionalismo e de defesa do império.

Há que se destacar aqui, que as posições das lideranças religiosas não se encontravam somente nesta relação dicotômica quanto à independência, grande parte da base do discurso católico que naturalizava e inculcava a subalternidade na população se consistia na manutenção da ordem social e no respeito à autoridade do Estado, portanto esta parte do discurso não foi alterada, muitos integrantes do clero mantiveram uma posição política de neutralidade, ensinando a obediência ao poder fosse ele ocupado pela coroa portuguesa ou pelo trono brasileiro. Esta prática de neutralidade, em que na realidade não há nada de neutro, em momentos históricos de mudança de poder se revelou uma escolha de ação utilizada diversas vezes na história do Brasil, ao agir desta maneira a Igreja conseguiu manter a sua posição de influência dentro do Estado, mas este posicionamento se revela coerente com o discurso formativo que ela ensinava à população, a manutenção da ordem social, logo, independentemente do governo que controlava o Estado a Igreja se mantinha firme no papel de reprodutora da estrutura social, pregando a obediência às autoridades e o cumprimento dos papéis sociais.

Dessa forma, a Igreja Católica manteve o seu roteiro de formação educativo quanto à estrutura social para a população, toda a violência simbólica que validava, justificava e conformava a dominação da coroa portuguesa foi transferida para o trono brasileiro, agora o imperador do Brasil acumulava os capitais simbólicos de dominação, além de estreitar ainda mais as relações com as elites locais, auxiliando no processo de reprodução da estrutura social que validava sua autoridade e justificava as desigualdades sociais.

A religião exerce um efeito de consagração sob duas modalidades: 1) através de suas sanções santificantes, converte em limites legais os limites e as barreiras econômicas e políticas efetivas e, em particular, contribui para a *manipulação simbólica das aspirações* que tende a assegurar o ajustamento das esperanças vividas às oportunidades objetivas; 2) inculca um sistema de práticas e de

representações consagradas cuja estrutura (estruturada) reproduz sob uma forma transfigurada, e portanto irreconhecível, a estrutura das relações econômicas e sociais vigentes em uma determinada formação social e que só consegue produzir a objetividade que produz (enquanto estrutura estruturante) ao produzir um *desconhecimento dos limites* do conhecimento que torna possível, e ao contribuir para o reforço simbólico de suas sanções aos limites e às barreiras lógicas e gnosiológicas impostas por um tipo determinado de condições materiais de existência (efeito de conhecimento-desconhecimento). (BOURDIEU, 2015, p. 46, grifo do autor).

O discurso religioso de manutenção da ordem social possuía tamanha força justamente por não consistir somente em afirmar a importância da ordem para a sociedade, mas por naturalizar a significação de ordem, em uma sociedade aristocrática a nobreza e o imperador se encontravam em posições de superioridade justificada pelas bênçãos divinas, enquanto a pobreza seria um fardo que os fiéis eram capazes de sustentar, havendo a necessidade da sua existência. Todo este pensamento significava o que era viver a religiosidade católica, ao destacar a importância de todos os papéis sociais para evitar o caos a Igreja ensinava que as desigualdades sociais, os sofrimentos individuais existiam para garantir a vida em sociedade, o Reino dos céus na terra, inculcando a ordem social e naturalizando as desigualdades, pregando a obediência, pois se a sociedade se organiza de acordo com as vontades e os planos divinos, as diferentes posições dentro das relações de dominação eram significadas enquanto planos e vontades divinas, logo questionar a estrutura desigual da sociedade seria questionar o próprio Deus.

Como vimos até aqui, após a Independência do Brasil a Igreja manteve com o Estado as mesmas relações, sendo beneficiada pela separação de Portugal, pois com as mudanças promovidas pelo imperador dentro do quadro dos bispos brasileiros a Igreja alcançou uma maior autonomia em relação à Santa Sé, se fortalecendo enquanto Igreja brasileira, contudo o regime do Padroado mesmo tendo fortalecido a Igreja local em relação às interferências advindas da Europa, acabou ao longo dos dois reinados criando entre o clero brasileiro uma situação de sufocamento gerada pelo controle das ações exercido pelo poder civil, principalmente durante o reinado de Dom Pedro II.

Bruneau (1974) discorre sobre o posicionamento de Dom Pedro II em relação à Roma como sendo o de preocupação com a tentativa de influenciar em

assuntos internos do Estados, por isso em seus cinquenta anos de reinado fundou somente três dioceses, todas nos primeiros quinze anos de governo, assim como recusou a oferta de um cardinalato no Brasil que seria o primeiro da América Latina, segundo o autor o imperador do Brasil enxergava o clero enquanto combatentes que defendiam os interesses da Cúria Romana. Estas questões começaram a estremecer as relações da Igreja com o imperador, o autor aponta ainda, que havia uma tentativa de alienar a relação da Igreja brasileira com a Santa Sé.

Neste ponto faz-se necessário explicarmos um pouco mais as relações entre estes dois agentes religiosos que integram o campo político religioso, a relação entre Igreja brasileira e Santa Sé se caracteriza por conflitos no tocante à autonomia de decisão e coordenação das ações, em diversos momentos da história encontramos embates internos, contudo esta autonomia buscada nunca significou uma independência, a Igreja brasileira não buscava se desligar do poder central, mas sim ser reconhecida enquanto um corpo da Igreja forte o suficiente para poder planejar suas ações, com base nas realidades encontradas por ela em seus espaços de atuação, já a Santa Sé se encontra ao longo da história em uma constante tentativa de centralização do poder de decisão. Dessa forma, a tentativa de isolar a Igreja brasileira para controlar a influência romana no Brasil resultou em uma reaproximação entre os agentes, que se uniram para combater as ingerências do Estado e superar o sentimento anticlerical que se desenvolvia entre as elites brasileiras.

Vale destacar que o movimento anticlerical citado acima estava diretamente envolvido com as ideias republicanas que se desenvolviam entre as elites, dessa forma a Igreja, que estava atrelada ao Estado pelo regime do Padroado, era encarada enquanto uma representação de um sistema político que encontrava seus limites, crescia entre as elites econômicas uma rejeição do regime imperial, portanto com a antagonização ao reinado ganhava força o debate da laicidade do Estado, principalmente pelo fato de que a estrutura do Padroado colocava a Igreja a serviço do governo, sendo ela uma das principais fontes de apoio para a manutenção do regime.

Este momento específico da história nos cristaliza a alta capacidade adaptativa da Igreja Católica, é analisado neste trabalho que de forma geral a Igreja não se constituiu na história enquanto agente protagonista de transformações, mas que esta instituição sempre soube avaliar as realidades que a rodeavam e mudar

suas posturas para melhor se adaptar aos cenários que emergiam. Com o império chegando ao fim a Igreja soube perceber que o seu papel de reprodutora da estrutura social imperial poderia custar a sua existência nova ordem sociedade que estava se desenvolvendo, portanto, mesmo havendo o debate sobre a laicidade do Estado o clero brasileiro visando se libertar da subordinação determinada pelo Padroado passou a se aliar aos grupos que idealizavam o fim do império.

A capacidade adaptativa acima citada pode ser encontrada em todos os momentos de transformação do sistema político brasileiro, durante o período colonial a Igreja validava o poder da coroa portuguesa, com o crescimento das ideias separatistas esta mesma Igreja encontrou a possibilidade de alcançar maior autonomia enquanto corpo religioso, passou então a atuar na desconstrução do discurso que defendia a monarquia e a trabalhar o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento ao Brasil, que criou uma aceitação ao processo de Independência, com o período imperial chegando ao seu limite, as relações desgastadas com o imperador impulsionaram a formação de uma aliança com o movimento republicano, ainda que isto fosse lhe custar a posição de religião oficial do Estado.

A relação de homologia que se estabelece entre a posição da Igreja na estrutura do campo religioso e a posição das frações dominantes das classes dominantes no campo do poder e na estrutura das relações de classe, fazendo com que a Igreja contribua para a conservação da ordem política ao contribuir para a conservação da ordem religiosa, não elimina as tensões e os conflitos entre poder político e poder religioso. Apesar da complementariedade parcial de suas funções na divisão do trabalho de dominação, tais poderes podem entrar em competição, tendo encontrado, no curso da história (ao preço de compromissos tácitos ou de concordatas explícitas, fundados em todos os casos na troca da força temporal pela autoridade espiritual), diferentes tipos de equilíbrio entre os dois pólos constituídos pela hierocracia ou governo temporal dos sacerdotes e pelo césaropapismo ou subordinação total do poder sacerdotal ao poder secular. (BOURDIEU, 2015, p. 72).

Todas estas mudanças de posicionamento, permitiram que a Igreja estivesse aliada às futuras elites políticas, estas alianças lhe garantiam *status* privilegiado dentro da sociedade, possibilitando não somente a sua existência, mas também a concentração de um grande poder de influência, até o momento a Igreja existia enquanto um órgão da administração pública, sua vinculação com o Estado lhe garantiu a imposição do catolicismo enquanto religião da nação, mas esta

relação também lhe trazia custos, sua função muito clara de agência formadora de consenso por meio da socialização do *habitus* lhe impunha certos comportamentos desejados pelos monarcas, além de colocá-la em uma posição de dependência do Estado, permitia ao imperador interferir diretamente na atuação dos religiosos.

Analisamos neste trabalho o papel educativo de socialização exercido pela Igreja, que se desenvolve através da ação discursiva com ensinamentos que naturalizam as estruturas sociais e promovem a conformação das relações de dominação, com todas as ingerências sofridas devido à subordinação ao imperador a Igreja perdia em muito o controle dos significados de seus discursos, com o crescimento dos ideais republicanos entre as elites econômicas, com as quais as lideranças religiosas estavam atreladas, abria-se caminho para a Igreja conquistar maior liberdade nas decisões de suas ações e das questões a serem ensinadas aos fiéis. A Proclamação da República instaurou o Estado laico, mas mesmo com a perda do título de religião oficial a Igreja alcançou neste processo maior autonomia, garantindo a sua permanência na sociedade e ganhando tempo para encontrar as reestruturações necessárias para se manter influente dentro do Estado.

4 A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL REPÚBLICA

O período que compreende o fim do Império e as primeiras décadas da Nova República é marcado por profundas transformações na sociedade brasileira, o fim do sistema escravista e a imersão das oligarquias do país em um capitalismo externo proporcionaram grandes alterações no cenário nacional, o Decreto nº. 119-A, de sete de janeiro de 1890 assinado pelo então chefe do Governo Provisório Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, em seu artigo primeiro põe fim à condição de religião oficial do Estado ocupada pela Igreja Católica por quase quatrocentos anos, proibindo tanto o poder federal quanto estadual de estabelecer qualquer religião como oficial (Brasil, 1890).

Entende-se pois que todo o projeto da Igreja, durante os primeiros 40 anos da ordem republicana, tenha sido conseguir uma mudança substancial desta ordem que restabelecesse no plano constitucional e do funcionamento das instituições a sua presença, quando não sua hegemonia.

Como se elabora a estratégia da Igreja em face na nova ordem? A Igreja não rejeita inteiramente a nova ordem liberal pois esta lhe trouxe um bem apreciável, sua liberdade, depois de 400 anos de submissão ao Estado. Se a divisa liberal <<Igreja livre no Estado livre>> fê-la perder praticamente todos os seus direitos e privilégios, por outro lado livrou-a da contínua intervenção do Estado e abriu caminho para sua reforma interna. (BEOZZO, 1995, p. 277).

O que Beozzo aborda na citação acima é justamente o período de adaptação e organização da Igreja Católica frente à nova realidade brasileira, o autor aponta o tempo de 40 anos, pois é justamente no governo de Getúlio Vargas que a Igreja consegue reestabelecer um trabalho conjunto ao Estado, se reaproximando dele, agora com novas formas e estratégias de atuação.

Após a Proclamação da República, as oligarquias rurais obtiveram, de certo modo, uma liberdade em relação ao governo, ao se livrarem do poder moderador do imperador elas alcançaram a hegemonia no controle do poder do Estado. As oligarquias estavam neste momento mais alinhadas aos princípios liberais e ao capitalismo externo, fato que resultou em profundas transformações na realidade do campo.

Durante este período o Brasil assistiu a eclosão de algumas revoltas no campo, como é o caso da Revolta de Canudos (1895-1898) e a Guerra do Contestado (1912-1916), que tanto Paiva (2010) quanto Beozzo (1995) concordam,

que apesar de se tratarem de movimentos messiânicos não se caracterizam enquanto movimentos vinculados oficialmente com a Igreja, havia neles a forte presença de um líder carismático no qual era reconhecido a ele, pelos seus seguidores, dons sobrenaturais com grande caráter místico.

Dessa forma, os movimentos messiânicos não representaram nenhuma mudança em direção a um maior envolvimento com a realidade do país. Cultivava-se a magia e reproduzia-se a organização hierárquica da sociedade global. Assim, nenhum desses movimentos se caracterizou por levar o católico a uma maior inserção com as questões que o afligiam na sociedade mais ampla. Eram antes de tudo movimentos de fuga ou de espera mágica por um mundo melhor, os quais mantinham o fiel em atitudes de fervor religioso que o colocava fora do mundo. (PAIVA, 2010, p. 50).

Beozzo é ainda mais enfático ao abordar a posição de distanciamento destes movimentos adotada pela Igreja Católica, a instituição condenou o fanatismo religioso dos mesmos e apoiou a repressão do Estado. Com o flerte das oligarquias com os ideais liberais positivistas a Igreja perdeu espaço no seu papel de legitimadora do poder do Estado, ao condenar as revoltas camponesas buscava uma reaproximação com os grupos dominantes.

São revoltas camponesas diante da penetração capitalista no campo, e da ruptura das antigas formas de relações de produção e de relações sociais. Todas essas revoltas buscam na religião seu ponto de partida e sua força de aglutinação. A Igreja porém marca sua distância de todo esse povo despossuído e explorado dentro desta nova ordem liberal. Ela é a primeira a condenar o que chama de fanatismo religioso dos seguidores de Conselheiro e a emprestar seu apoio à repressão do Estado que vai se seguir. Não é diversa sua atitude com o Pe. Cícero de Juazeiro, suspenso de ordens até o fim de sua vida (1933), ou com o monge José Maria do Contestado. (BEOZZO, 1995, p. 277).

Sendo assim, o que se torna possível compreender é que neste período de mudanças na realidade brasileira, a Igreja que agora estava oficialmente separada do Estado, procurava encontrar um local seguro dentro da sociedade, cravando seu posicionamento político junto às oligarquias rurais, grupo social este que sempre esteve perto da Igreja e até se configurava enquanto fornecedor de membros oficiais da religião.

Quando se fala neste trabalho das transformações ocorridas na realidade brasileira neste período, não se refere somente a mudança política advinda da Proclamação da República, mas toda uma transformação nas relações

sociais que já vinham ocorrendo desde antes da abolição da escravatura em 1888, o país se encontrava em um momento de redefinição das relações de trabalho e de produção.

Com a substituição da mão de obra escravizada pela livre nas fazendas, o Brasil estava entrando em uma nova fase que começava a abarcar relações capitalistas, entretanto, o que se viu desenvolver no país é o que José de Souza Martins (2010) chama de desenvolvimento capitalista com relações não-capitalistas, uma vez que ao invés de se comprar a força de trabalho, no Brasil optou-se pelo regime do colonato que não se baseava no assalariamento. Portanto a expansão do capitalismo no Brasil redefiniu as antigas relações de produção subordinando-as à reprodução do capital, mas que também acabou engendrando uma produção capitalista de relações não-capitalistas.

Ainda, as antigas oligarquias dependentes do sistema escravocrata, como os senhores de engenho do nordeste e outros, viram seu poder político diminuir muito com o crescimento da importância econômica dos fazendeiros paulistas, os quais receberam a maior parte dos imigrantes europeus que substituíram a mão de obra escravizada. Conseqüentemente a Igreja perde um grande campo de execução de poder que estava localizado nas fazendas escravocratas, onde havia uma imposição do catolicismo à população escravizada, que vez ou outra era obrigada a participar de missas e alguns eventos religiosos. Mesmo afastada do Estado durante o período da Primeira República, a Igreja manteve seus laços com as oligarquias conservadoras atuando diretamente no sistema coronelista. Por meio de suas pregações a importância da manutenção da ordem social era repetida e ensinada aos fiéis, ao mesmo tempo em que se repassava um capital social aos coronéis pelo reconhecimento de um *status* elevado, merecedores de respeito e conseqüentemente de obediência.

Desta forma, o Brasil se encontrava em meio a um processo de redefinições de relações sociais e de produção, para além das relações políticas e é justamente neste contexto que a Igreja Católica opta por se manter alinhada às oligarquias rurais que tomaram o Estado para si até a Revolução de 1930. O golpe de Getúlio Vargas pôs fim à conhecida Política do Café com Leite que derivou da Política dos Governadores, onde havia uma alternância na presidência entre políticos do estado de São Paulo e de Minas Gerais. Contudo o que mais importa para este trabalho é que tais momentos históricos nos demonstram como o Estado

brasileiro foi cooptado pelas oligarquias rurais que entendiam muito claramente que no Brasil a função do Estado é servir e auxiliar as elites.

A Constituição de 1891 evidencia, no plano das instituições, que a classe dominante consegue alcançar seus objetivos políticos já no início da República, e é um índice de sua capacidade para promover a integração do país, na medida de tais objetivos. A ampla autonomia estadual consagrada na Constituição (possibilidade de contrair empréstimos externos, conseguir milícias; discriminação de rendas favorecendo os estados, a quem cabe lançar impostos sobre a exportação, transmissão de propriedade rural, indústrias e profissões, e dentre eles as unidades maiores; dualidade de magistratura, etc.) não corresponde ao enfraquecimento do Poder Central. (FAUSTO, 1975, p. 90).

Quando foi dito que durante aproximadamente os primeiros quarenta anos da república a Igreja Católica procurava seu novo local na sociedade, mas se mantinha alinhada aos interesses das elites dominantes, estamos apontando que após o fim do Padroado a Igreja apoiou e validou as ações do Estado, inclusive as violentas repressões contra os movimentos rurais resultantes do sistema de exploração, implantado legalmente no Brasil por meio do controle do governo brasileiro pelas oligarquias rurais.

Inclusive, Beozzo (1995, p. 277-275) aponta que durante este período os grupos urbanos pouco apoio e conforto encontraram para suas angústias nos bancos das igrejas, para o autor esta parcela da população encontrou “no anarquismo, no socialismo e no maximalismo sua visão de mundo, nos jornais operários, liberais de esquerda, anticlericais e anarquistas, sua forma de expressão e organização”. O autor ainda aponta que seguindo o exemplo das elites dirigentes da nova república que se subordinaram às ideologias dominantes da Europa e dos Estados Unidos, a Igreja Católica trouxe “uma centena e meia de congregações e ordens religiosas, masculinas e femininas” (BEOZZO, 1995, p. 279) em um curto espaço de tempo, tornando o catolicismo brasileiro muito mais romanizado e europeizado e ao mesmo tempo se distanciando da sua versão luso-brasileira.

Tal movimento é melhor compreendido quando analisamos o projeto de manutenção da Igreja no Brasil, uma vez que o Estado estava tomado pelas elites e estas se aproximavam das ideologias europeias, ao produzir uma mudança se europeizando, a Igreja demonstrou que visava alcançar diretamente as elites e não ao povo. Tal ação se tornou uma das lógicas mais habituais da Igreja Católica, ao se aproximar das elites e mantê-las fiéis ao catolicismo estava garantindo que as

mesmas, que apreenderam seus ensinamentos, produzissem uma cristianização da população por meio do Estado, da produção de leis, ou seja, acabaram por produzir uma forma de influenciar as decisões do Estado sem estar diretamente ligada a ele.

A Igreja Católica após a Proclamação da República se mantém apoiando as elites, mas sem trabalhar diretamente em conjunto com o Estado brasileiro até o começo da Era Vargas, este período da história em particular merece especial destaque. Como foi dito anteriormente, nos primeiros quarenta anos da história republicana do Brasil, as oligarquias rurais, em especial a do café, tomaram posse do Estado, como a exportação do café se consistia na principal receita do país os investimentos públicos eram destinados majoritariamente ao estado de São Paulo, seu principal produtor. Entretanto, com a explosão da crise de 1929 e posteriormente da Segunda Guerra Mundial, o Brasil viu seu principal produto econômico perder importância e seu mercado ser fechado.

Mas Fausto (1975) aponta que no Brasil a crise começa inicialmente a nível político para depois atingir a economia, ela advém do descontentamento das classes médias urbanas e das oligarquias que estavam de fora do círculo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais, que não encontravam espaço de representação dentro do Estado, tendo que se submeter a articulações com os estados acima citados para conseguirem concessões e seu apoio. Desta forma é possível afirmar que o sistema da Velha República já caminhava para o seu fim e que a crise econômica mundial de 1929 somente serviu como acelerador das condições para o fim da hegemonia política da burguesia cafeeira, que por fim possibilitou a aglutinação dos mais diversos movimentos descontentes com o regime vigente.

Como já foi trabalhado, a Igreja Católica é uma instituição absurdamente complexa, havendo uma grande pluralidade de grupos e movimentos em seu interior, como parte desta complexidade típica da Igreja, ainda que a instituição se posicionasse em favor das elites econômicas e políticas, haviam partes integrantes de sua estrutura que pregavam uma aliança com a população; contudo tais movimentos e projetos de ação seguiram ao longo dos anos sendo minimizados ou abandonados quando ofereciam algum risco ao relacionamento com as oligarquias, até a década de 1970 quando as comunidades de base ganharam força frente à radicalização da Ditadura Militar no Brasil.

Diferentemente do cenário construído no estado de São Paulo, em que os imigrantes europeus foram recebidos com um destino certo, o trabalho nas

lavouras de café, sendo inseridos em uma sociedade onde as relações de poder já estavam estabelecidas, nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do sul a imigração europeia seguiu caminhos diferentes. Nestas regiões ocorreram imigrações de ocupação, com o estabelecimento de colônias europeias, sendo assim, foi possível à comunidade estabelecer relações com a Igreja Católica distintas das vistas em São Paulo. A Igreja se encontrava muito mais conectada e próxima da população, dos trabalhadores e dos pequenos proprietários, foi o povo quem construiu as capelas e não os fazendeiros, havia toda uma série de serviços comunitários oferecidos pelas igrejas; portanto foi desenvolvida uma relação de poder em que o capital era concedido pelos próprios fiéis e não imposta pelos grandes fazendeiros (BEOZZO, 1995).

Definido isto, é possível compreendermos que a candidatura de Getúlio Vargas contou com o apoio unânime no estado do Rio Grande do Sul, apoio este que foi abertamente articulado pelas lideranças católicas da região, do mesmo modo que se mantiveram em favor de Vargas quando se iniciou o golpe.

O apoio não é menos discreto no momento em que estala a revolução contra Washington Luiz a 3 de outubro de 1930. A Igreja do Rio Grande do Sul se mobiliza. Respondendo a convite da Cúria de Porto Alegre, 52 padres apresentam-se voluntários para seguirem as tropas como capelães militares. [...] Nas igrejas foram organizadas coletas para a compra das alfaias e cálices, missais e altares de campanha, além de material religioso a ser distribuído entre a tropa. (BEOZZO, 1995, p. 288).

Enquanto isso, a Igreja no Rio de Janeiro, representada por Dom Leme, adota uma postura de neutralidade frente à Revolução de 1930, mantendo um discurso institucional de sempre buscar a paz e evitar a todo custo um conflito armado. Quando já estava determinado o sucesso do golpe de Getúlio Vargas, foi o próprio Dom Leme quem negociou a saída segura de Washington Luiz do Palácio Guanabara. A opção pela neutralidade se constitui enquanto uma ação política tomada pela Igreja, o fato da Igreja estar profundamente interligada às estruturas de poder do Estado se constituía em um impedimento em se tornar oposição, uma vez que isto poderia resultar em uma cisão, talvez permanente com o governo. Portanto, mesmo que enfraquecida em alguns momentos, ou mesmo que fosse contrária a algumas ações do Estado, em função do *status quo* que ocupava e procurava de todas as formas manter, se encontrava impedida de se posicionar de forma que não

fosse a favor ou ao menos de neutralidade.

Após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, três grupos desempenharam um importante papel na reestruturação da sociedade brasileira, o proletariado, os tenentes e os fiéis católicos. A Igreja soube utilizar da mobilização popular por meio de seus seguidores para pressionar o novo governo a atender as reivindicações católicas, que favoreciam mais aos interesses da instituição do que as reais necessidades do povo. Esta forma de atuação se revelou muito frutífera para a Igreja, que após quatro décadas tentando se reestruturar buscando um espaço de atuação política após a separação oficial com o Estado encontrou em seus fiéis uma ferramenta para novamente alcançar terreno dentro do poder público.

Durante o período da República que se estende até 1930, há uma separação oficial com o Estado, ainda que na prática ela não tenha sido tão concreta, a Igreja continuava a oferecer serviços educacionais e assistenciais, além de ser ela a principal responsável pela documentação da população, pois como aponta Beozzo (1995), a maioria dos habitantes só possuía o registro de batismo ou de casamento. A Santa Sé ascende na estrutura do campo político-religioso, pois é ela quem possui a capacidade de dialogar com o Estado, neste momento a Igreja brasileira pressionava pela realização de um Concílio Nacional, pois via nele a possibilidade de alterar a sua situação dentro do campo, buscando aumentar o seu acúmulo de capital simbólico para ser capaz de agir mais livremente.

Conforme no que foi trabalhado até este momento no capítulo, a se faz necessária uma análise mais profunda dos significados das questões debatidas. O período histórico trabalhado relativo ao fim do império e a Proclamação da República se constitui em um momento de mudanças na sociedade que promoveram transformações nos campos político, econômico, social e religioso. Um ano antes da Proclamação da República a Princesa Isabel por meio da Lei Áurea declarava extinta a escravidão no Brasil, apesar da Lei não constituir o ponto inicial e final da abolição, pois como nos revelam os estudiosos desta questão, a mão de obra escravizada já havia sendo substituída pela livre por algumas décadas, principalmente no estado de São Paulo.

Contudo, as oligarquia rurais mais antigas como a do nordeste, por exemplo, ainda possuíam um sistema de produção sustentado pela utilização de mão de obra escravizada, com a Lei Áurea a economia destas regiões sofreu um forte impacto causando uma redução do poder de influência destes grupos no

tocante às demandas para a República que se formava e conseqüentemente na capacidade de promover o consenso por meio da imposição arbitrária de sua visão de mundo. Assim o cenário político que se desenvolvia, que ficou registrado na história como a República das Oligarquias já se iniciava com uma redução relativa do poder de certos grupos e paralelamente com o crescimento da força política da oligarquia do café e dos grandes proprietários de terras paulistas.

Outra questão que se torna pertinente de ser analisada, relativa à abolição da escravatura, se localiza na significação das forças motrizes que resultaram no fim do sistema escravista. Como nos aponta Lília Schwarcz (1995) o movimento abolicionista nada tinha em seus sentidos uma preocupação com a situação da população negra no Brasil, muito pelo contrário, todo o debate sobre o fim da escravidão estava pautado em ideologias eugenistas sobre a pureza da raça, dessa forma a abolição foi defendida enquanto uma possibilidade de branqueamento da população visando o desenvolvimento do país, uma vez que o ideário racista das teorias eugenistas afirmava que a presença do negro se consistia em um impeditivo por serem considerados integrantes de uma raça primitiva, logo, inferior.

Revelador é o debate sobre a entrada de imigrantes asiáticos e africanos, tônica central de várias sessões na Câmara de Deputados e de outras instâncias atuantes durante os anos 80 do século passado. Com efeito, partiu de São Paulo a política mais restritiva e que propôs graves entraves à introdução de mão-de-obra negra e oriental. Nesse caso, São Paulo demonstrou na prática o quanto era permeável às conclusões teóricas racistas e darwinistas sociais, tão populares em Recife. (SCHWARCZ, 1995, p. 182).

Destaca-se esta questão, pois ao longo deste trabalho foi ressaltada a participação da Igreja Católica na construção do consenso em torno do sistema escravocrata, o que torna este elemento mais interessante para a análise é o fato de que próximo à abolição da escravatura a Igreja já não mais se fazia militante enquanto defesa deste sistema, contudo, durante a maior parte da história do Brasil, desde a colonização, parte do seu papel foi o de inculcar na população a inferioridade da população negra. O discurso religioso demonizava qualquer elemento identitário negro, construindo na população um sentimento de medo e de antagonização aos negros, mesmo suavizando e posteriormente abandonando este discurso, sua tarefa já havia sido realizada com sucesso, cristaliza-se aqui a força da naturalização da estrutura social por meio dos discursos religiosos.

O conteúdo do discurso religioso já havia sido interiorizado pela população de forma tão profunda que, mesmo deixando de justificar a utilização da mão de obra escravizada, estava marcado enquanto elemento do *habitus* brasileiro a inferiorização da população negra, pois esta questão foi ensinada e socializada enquanto um elemento constituinte da concepção moral do brasileiro, desta forma analisamos que os discursos socializados pela Igreja quando naturalizados e ignoradas as suas arbitrariedades transfiguradas em questões morais e normas de comportamento se tornam elemento estruturantes da cultura brasileira, que tendem a serem reproduzidos pela população independentemente da manutenção do discurso por parte de seus autores.

A Proclamação da República trouxe para a Igreja Católica a urgência de uma reestruturação de seus métodos de ação, pois ao perder o lugar de religião oficial do Estado, o principal modo como concebia a sua pertinência dentro da sociedade deixava de existir, agora não mais era um órgão administrativo do governo, se encontrava majoritariamente enquanto uma instituição religiosa, por isso as quatro décadas após a Proclamação da República se consistiram enquanto um momento de análise e reorganização da Igreja com o objetivo de se manter atuante na sociedade, para além do campo religioso e desenvolver novas formas de atuação que permitissem firmar uma parceria com o Estado.

Aqui falamos que a Igreja se encontrava majoritariamente enquanto instituição religiosa, esta afirmação tem como base a análise de que durante os anos que vigorou o Padroado a Igreja de certo modo pertencia ao Estado, fazendo com que ela fosse mais do que uma instituição religiosa, pois possuía funções determinadas pelo governo que comandava suas ações, desse modo todo o seu desenvolvimento era planejado tendo esta relação como norte. Com a Proclamação da República, veio o Estado laico retirando as amarras das interferências do governo a Igreja alcançou uma liberdade almejada há algum tempo, contudo, o custo desta liberdade consistia na perda de um espaço privilegiado de exercício de poder dentro do Estado.

Não podemos afirmar que houve um rompimento completo da relação com o Estado, como nos aponta Beozzo (1995), haviam ainda diversos serviços que a Igreja manteve ofertando, como é o caso dos cemitérios e da própria documentação da população, o Estado não possuía uma estrutura burocrática que contemplasse todo o território brasileiro, dessa forma era muito mais comum que a

população tivesse somente o registro de batismo ou de casamento, além das instituições religiosas de caridade, educação e de saúde. Mesmo perdendo a posição de religião oficial a Igreja continuava a oferecer serviços ao Estado, garantindo além de verbas públicas, a manutenção de uma relação de auxílio.

O período republicano ficou marcado pela retirada do controle do Estado das mãos do Imperador para a dominação hegemônica das oligarquias rurais, com a Proclamação da República as elites econômicas tomaram posse completa do Estado, que passou a funcionar quase como um escritório particular que trabalhava para atender às demandas dos grupos que o dominavam.

A oligarquias rurais comungavam de um entusiasmo pelos ideais liberais e se alinhavam muito mais ao capitalismo externo, considerando estas questões somadas ao intenso fluxo imigratório, às transformações nas relações de trabalho e de produção e à inexistência da intervenção do Estado senão para o favorecimento dos interesses das oligarquias, o que se viu no Brasil foi o endurecimento da realidade do trabalhador rural, que desencadeou o surgimento de revoltas no campo como Canudos e Contestado. Estas revoltas nos fornecem importantes elementos para a análise da relação entre o Estado e a Igreja durante este período, os movimentos messiânicos acima citados questionavam os caminhos tomados pelo novo governo, principalmente as suas consequências para a população e propunham uma alternativa para a construção do reino dos céus na terra.

O que se torna mais interessante destes movimentos é justamente a questão de sua religiosidade e da reação da Igreja Católica, tanto Canudos como Contestado nos demonstram a capacidade aglutinadora da religiosidade, pautados no pensamento católico estes movimentos utilizaram dos discursos religiosos para promover uma mobilização social contra o governo, foi por meio dos discursos proferidos há séculos pelos clérigos brasileiros que as lideranças carismáticas destes movimentos conseguiram promover um consenso entorno de uma bandeira política, mas as significações destes discursos eram interpretadas de maneiras diferenciadas da posição oficial da Igreja, que prontamente se posicionou contrária a estes movimentos e apoiou a repressão do Estado.

Pelo fato de que a conservação do monopólio de um poder simbólico como a autoridade religiosa depende da aptidão da instituição que o detém em fazer reconhecer, por parte daqueles que dela são

excluídos, a legitimidade de sua exclusão (ou seja, fazendo com que desconheçam o arbitrário da monopolização de um poder e de uma competência acessíveis a qualquer arrivista), a contestação profética (ou herética) da Igreja ameaça a própria existência da instituição eclesiástica do momento em que se põe em questão não apenas a aptidão do corpo sacerdotal para cumprir sua função declarada (em nome da recusa da “graça institucional”), mas também a razão de ser do sacerdócio (em nome do princípio do “sacerdócio universal”). Assim, quando as relações de força são favoráveis à Igreja, a consolidação dessa depende de supressão do profeta (ou seita) por meio da violência física ou simbólica (excomunhão), a menos que a submissão do profeta (ou do reformador), ou seja, o reconhecimento da legitimidade do monopólio eclesiástico (e da hierarquia que o garante), permite sua anexação pelo processo de canonização (por exemplo, São Francisco de Assis). (BOURDIEU, 2015, p. 61-52).

A reação da Igreja, relatada por Beozzo (1995), em condenar os movimentos de revolta caracterizando-os como fanatismo religioso nos coloca duas questões muito relevantes, em primeiro lugar, o repúdio pela ação definida como fanática nos demonstra uma tentativa de deslegitimação do capital social acumulado pelos líderes carismáticos, nesta atitude ela exprime claramente a disputa pela hegemonia da oferta de bens religiosos, ao condenar o fanatismo dos seguidores, aglutinados por um projeto compreendido como cristão, ela estava combatendo qualquer interpretação que não fosse a sua sobre a significação do reino dos céus na terra. Esta questão se constitui de imensa importância para a Igreja Católica, pois a maior parte da sua atuação na formação do *habitus* da população consistia na inculcação do respeito à estrutura social, interpretada como natural.

Em segundo lugar, ao condenar os movimentos que contestavam a estrutura social da época, a Igreja agia em defesa de seus principais aliados neste momento, as oligarquias rurais, com a separação oficial do Estado foi em meio destes grupos sociais que a Igreja encontrou um local seguro para se preservar atuante dentro da sociedade. Com um relacionamento desenvolvido há muito tempo a Igreja procurou se aliançar ainda mais com as oligarquias se posicionando em defesa de seus interesses políticos e econômicos, dessa forma, parte do serviço que exercia para o Estado foi transferido para os grandes proprietários rurais, validando a sua dominação pela defesa da ordem e inculcando a subordinação nos trabalhadores rurais.

O período aqui estudado ficou caracterizado pela ocorrência de profundas transformações na realidade brasileira, a Constituição de 1891 conferia grande autonomia aos poderes estaduais permitindo a eles contrair empréstimos

externos, formar exércitos próprios entre outras questões, esta abertura de controle conferida aos estados acabou por desenvolver a formação de um cenário múltiplo em partes, porém pouco articulado. Com as garantias constitucionais cada estado nacional acabou por se tornar um corpo relativamente autônomo, fazendo com que se desenvolvessem diferentes situações e realidades em cada local, impactando diretamente nas ações da Igreja, como o clero se aliava às elites locais e em cada região se desenvolvia um cenário diferente, a Igreja passou por um processo de descentralização do poder de decisão das ações.

Esta fragmentação fortaleceu a aliança das Igrejas locais com os poderes locais, fazendo com que o conteúdo de seus discursos variasse de acordo com a região onde se localizavam. Todo o trabalho de conformação exercido para o Estado foi direcionado para os interesses das oligarquias, dessa forma a Igreja atuou fortemente na reprodução do sistema coronelista, ao naturalizar a dominação sofrida pela população o discurso de manutenção da ordem promovido pela Igreja pregava a aceitação da realidade social vivida ao mesmo tempo que transferia legitimidade aos dominadores, fortalecendo as relações de obediência e subserviência.

A aliança com as elites locais não significou em momento algum um desacordo com o Estado, que justamente foi tomado pelas oligarquias, portanto ao defender seus interesses a Igreja conseqüentemente apoiava as ações do governo, as repressões violentas contra os movimentos rurais foram tomadas com o intuito de proteger os interesses dos grandes proprietários de terras, a quem as relações exploratórias de trabalho serviam.

Outro ponto a ser destacado é que com a formação da República a sociedade brasileira (majoritariamente rural) era concebida pela Igreja enquanto constituída por uma população rural, suas ações se destinavam em maior grau a este público, neste sentido Beozzo (1995) destaca que a pequena população urbana pouco se reconhecia nos discursos religiosos, pois suas realidades não estavam contempladas, possibilitando uma aproximação com os ideais de esquerda, anarquistas e com um certo teor anticlerical. Além disto, a Igreja passava por um processo de reorganização, com a vinda de diversas congregações e ordens religiosas européias acelerava-se o projeto de Romanização da Igreja.

A Romanização tinha como objetivo promover uma uniformização das Igrejas espalhadas pelo ocidente fortalecendo a hierarquização da instituição e

uma padronização do trabalho clerical, ao mesmo tempo que promoveu uma europeização e elitização das práticas religiosas, este movimento caminhava ao lado dos grupos dirigentes do país que se aproximavam das ideologias européias, do liberalismo e do positivismo. Portanto a Romanização se apresentava enquanto uma expressão de que a Igreja se constituía em um local de acolhimento das elites, facilitando o reconhecimento da relevância da instituição religiosa no novo cenário nacional.

Há que se fazer um parêntese neste momento, neste trabalho o conceito de Romanização é significado como algo mais amplo que não se limita ao final do século XIX e começo do século XX, compreende-se enquanto Romanização todos os projetos de centralização do poder na Santa Sé, portanto a Romanização é interpretada enquanto todas as ações de disputa de controle que visem a dominação da Santa Sé sobre a Igreja brasileira, todas as ações que tenham como objetivo estabelecer as posições relativas destes agentes dentro do campo religioso marcados pela comunicação de dominação de Roma.

A Romanização ainda se demonstrava enquanto um processo necessário para a Igreja neste momento, pois reforçaria o caráter unitário da instituição o que lhe conferiria legitimidade entre a população, se fazia coerente reafirmar a unidade da Igreja para os fiéis em específico para os grupos dirigentes, pois este era um argumento em defesa da capacidade de atuação da Igreja, principalmente no tocante à socialização e à formação do *habitus* da população.

A gestão do depósito de capital religioso (ou sagrado), produto do trabalho religioso acumulado, e o trabalho religioso necessário para garantir a perpetuação deste capital garantindo a *conservação* ou a *restauração* do mercado simbólico em que o primeiro se desenvolve, somente poder ser assegurados por meio de um aparelho de tipo burocrático que seja capaz, como por exemplo a Igreja, de exercer de modo duradouro a ação contínua (*ordinária*) necessária para assegurar a sua própria reprodução ao reproduzir os produtores dos bens de salvação e serviços religiosos, a saber, o corpo de sacerdotes, e o mercado oferecido a estes bens, a saber, os leigos (em oposição aos infiéis e aos heréticos) como consumidores dotados de um mínimo de competência religiosa (*habitus* religioso) necessária para sentir a necessidade específica de seus produtos. (BOURDIEU, 2015, p. 59, grifo do autor).

Neste período da história a Igreja continuou a exercer a função de naturalizadora da estrutura social, contudo este momento se torna mais relevante para a compreensão do tema proposto neste trabalho ao considerarmos que os

atores do jogo político foram alterados, a própria estrutura social sofreu alterações, com a Proclamação da República deu-se o fim definitivo ao sistema monárquico de governo, entrando neste momento um sistema democrático, ainda que marcado pelo voto de cabresto e pela exclusão massiva da participação popular do processo eleitoral. O que visamos destacar é que mesmo com todas estas mudanças a Igreja foi capaz de adaptar seu discurso a respeito da estrutura social de modo a contemplar os novos atores.

Por meio do discurso de manutenção da ordem social a Igreja transferiu os capitais simbólicos que legitimavam a monarquia para os novos representantes políticos, analisa-se que este processo resultou em uma reforma dos elementos interpretativos da realidade, mas que não chegaram a alterar profundamente as relações objetivas da população. Agora a obediência deveria ser destinada aos políticos eleitos, mas a subalternidade da população continuava a mesma, sua situação permaneceu relativamente igual ao do período do Império, o que possibilita analisar que para a população de fato as relações com o estado e seus representantes se mantiveram intactas.

Ainda, cabe destacar que este momento da história ficou conhecido como República das Oligarquias justamente pelo controle do Estado por um pequeno grupo, ao enulcar a estrutura social baseada em um sistema claro de exclusão a Igreja ajudou a marcar ainda mais profundamente na população a concepção de que o Estado e a coisa pública são estruturas pertencentes às elites econômicas, naturalizando a relação promíscua do governo com os interesses pessoais de grupos específicos, além de reafirmar à população que o Estado não lhe pertence. Ao pensarmos a proximidade das oligarquias com os ideais liberais e da aliança formada com a Igreja, podemos concluir que esta atuou no sentido de criar um consenso em que a inatividade do Estado para a população é reconhecida enquanto correta e que a apropriação dele por parte das elites é um direito alcançado pelo sucesso econômico.

Estas questões aprofundaram ainda mais a alienação da relação entre o Estado e a nação, fracionando-a em grupos divididos entre aqueles que eram socialmente considerados como merecedores de intervenção, que ocupavam um espaço privilegiado no sistema de dominação e aqueles que integravam o corpo comum da sociedade, que as formas de auxílio se davam pela caridade e pela bondade cristãs. Destacamos estes elementos, pois consideramos que estes

sentidos são exatamente os que compunham o *habitus* socializado pela Igreja que ensinava os papéis sociais a serem desempenhados e as posições a serem ocupadas dentro da sociedade, interferindo diretamente na construção de um consciente coletivo a respeito do que é o Estado e quais as suas funções, o que conseqüentemente constituem as bases definidoras do desenvolvimento da relação da população com o Estado.

5 A IGREJA CATÓLICA NA ERA VARGAS

A década de 1930 dá início a uma série de mudanças na realidade Brasileira, a crise de 1929 foi marcante para a economia e a política no Brasil, como aponta Celso Furtado (1979, p. 9), “[...] a República oligárquica resistiu sem concessões até 1930, quando a crise mundial desorganizou a economia do café”.

A crise mundial que começava em 1929 foi responsável por uma mudança na economia e nas elites locais, com a crise tornou-se inviável a manutenção da economia pautada exclusivamente na exportação do café, com o mercado externo abalado, ao mesmo tempo em que proporcionou, como indica Furtado (1979), condições para um acentuado processo de industrialização, a substituição de importações.

É importante destacar que a Revolução de 1930 não visou sufocar as oligarquias rurais, o sistema agrário permaneceu intocado assim como as relações de produção na economia e não houve uma imediata substituição da fração de classe dirigente. O que ocorreu foi que a partir de 1930 o Estado começa a se desenvolver, Draibe (1985) chega a dizer que a década de 1930 marca a inauguração do Estado no Brasil, ao escrever tal afirmação a autora se refere ao fato de que é somente a partir de 1930 que o Estado brasileiro passa a ser compreendido enquanto um Estado verdadeiramente, reconhecendo os habitantes de seu território enquanto população e não enquanto súditos e que começa a construir o aparelho de Estado. A Proclamação da República procurou muito mais uma libertação do sistema imperial do que o desenvolvimento de um Estado moderno no Brasil, não se constituía de fato enquanto pauta da revolução a transformação completa da estrutura social, com a saída da coroa as elites dominantes, as oligarquias rurais, tomaram para si o controle político do Estado brasileiro, dando início à república das oligarquias, que durou até a revolução de 1930.

Diferentemente do ocorrido em diversos países, no Brasil a industrialização não ocorreu em um longo processo histórico de transformações, mas foi construída e desenvolvida enquanto um projeto de governo. Frente à crise econômica mundial iniciada em 1929 e posteriormente a eclosão da Segunda Guerra Mundial o país se encontrava em uma situação de isolamento comercial, o café, principal produto de exportação já não encontrava mais demanda por se tratar

de um produto considerado supérfluo, da mesma forma que a oferta de produtos manufaturados importados se extinguiu. Diante desta nova realidade imposta, o governo precisava encontrar diferentes caminhos para a contenção da crise e sobrevivência da economia brasileira, considerando o tamanho territorial e populacional o Governo Vargas voltou seu olhar para o mercado interno, não havendo a possibilidade de se esperar o tempo histórico de transformações sociais e econômicas o Estado tomou para si a responsabilidade pelo desenvolvimento de um processo industrializador.

Como já dito, o mercado externo encontrava-se fechado para o comércio, assim deu-se início então à conhecida Política de Substituição das Importações, modelo adotado que consistia basicamente em produzir internamente as mercadorias antes importadas, fomentando o desenvolvimento de uma indústria nacional e reduzindo a dependência do mercado externo, inicialmente a produção seria focada no consumo interno, entretanto, enquanto projeto de desenvolvimento econômico nacional, uma vez estabelecido e fortalecido um setor industrial este se tornaria um caminho para a colocação do Brasil enquanto país exportador de produtos manufaturados. Contudo, a implementação de um processo industrializador repentino e acelerado não requer somente uma ideia, um projeto, há a necessidade de financiamento, toda uma variedade de estruturas e não menos importante uma mudança na mentalidade da população brasileira, em especial das elites econômicas. Desde a chegada da coroa portuguesa nas terras brasileiras estabeleceu-se um sistema patrimonialista dentro da lógica político administrativa, que se estendeu para além do período colonial.

A dimensão patrimonialista da administração pública brasileira será constituída a partir de dois vetores: o da própria coroa, que se expressa através da organização centralizada do poder central, efetivada pela transplantação da ordem administrativa portuguesa para o Brasil, e aquele que será forjado pelo próprio desenvolvimento da estrutura econômica, social e política da ordem colonial brasileira, na qual o poder dos proprietários rurais será fundamental para a garantia da ordem legal e administrativa ditada pela coroa. (SOUZA FILHO, 2011, p. 83).

Uma vez instaurado este sistema, sua lógica se ramificou para a cultura política que se construiu no Brasil com a ausência de uma barreira entre o público e o privado, a concessão de poderes aos senhores, enquanto troca de favores, que inicialmente visava maior controle das terras conquistadas, serviu

enquanto elemento naturalizador da apropriação do público para fins privados, naturalizando também a relação promíscua entre as elites e o Poder Público. Esta relação se estendeu do poder central aos poderes locais, após a Proclamação da República os estados ganharam maior autonomia política passando o país por um processo de descentralização do poder, considerando o que já foi apresentado, o projeto varguista só se tornaria possível de se concretizar com a existência de um Estado forte, portanto deu-se início a um processo de reforma administrativa burocrática – que neste trabalho é interpretado enquanto a construção de fato do Estado brasileiro – possibilitando a centralização do poder no governo federal, conseqüentemente a quebra da hegemonia instaurada pelo regime das oligarquias, criando condições para o desenvolvimento do projeto industrializador.

A reforma institucional promovida por Vargas é, na análise deste trabalho, considerada enquanto o momento histórico de fundação do Estado brasileiro, desde os anos de 1500 o Brasil foi considerado e tratado enquanto um pedaço de terras, com a chegada de Cabral o país se tornou uma colônia, um pedaço de território de propriedade de uma outra nação, mesmo com a independência a lógica política e a interpretação de nosso território permaneceu a mesma construída pela coroa portuguesa, as primeiras décadas após a Proclamação da República representaram na verdade muito mais uma libertação das oligarquias rurais em relação ao império do que do povo brasileiro, a organização administrativa governamental foi moldada de acordo com as vontades e os interesses dos senhores de terra, que mesmo após instaurada a república continuavam sendo vistos e agindo enquanto senhores de engenho. É daí que se encontram os elementos necessários para a análise de que não havia ainda um Estado de fato, mas sim escritórios das oligarquias rurais que ditavam as leis e controlavam o dinheiro público como um fundo particular, não foi necessária força física para que se instaurasse a República das Oligarquias, todo o *habitus* brasileiro foi construído de modo que os oligarquias não precisaram planejar um golpe para tomar o Estado para si, pois na interpretação coletiva a única razão dele existir era esta, estar a serviço das elites dominantes já que a vontade dos senhores era a vontade de todos e o melhor para a população.

A autonomia dos estados, estabelecida nas primeiras décadas da República fortaleceu as relações locais de poder e de dominação, deixando o governo federal afastado da vivência política da população, portanto, durante a

formação da República, o Estado era um agente político inexistente. Nos primeiros anos do primeiro governo de Getúlio Vargas foi firmado um Estado de compromisso, que significa dizer que os integrantes do governo não mais representariam uma classe específica, dessa forma o então presidente começou um processo de centralização do poder na esfera federal, iniciando com a quebra das autonomias estaduais o executivo federal assumiu o comando sobre as políticas econômicas e sociais, dessa forma os núcleos de poder, local e regional, mesmo que não sendo extintos passaram a ser subordinados ao governo federal.

A crise de 1930 criou as condições, no plano econômico e político, para a emergência de aparelhos regulatórios específicos de sustentação dos setores agroexportadores, assim como de outros setores econômicos também afetados pela *débaçle* econômica de 1929; mas a par desses aparelhos organizados nas estruturas centrais do Estado, e das políticas nacionais que passaram a gestar, foram criadas novas entidades, na esfera da administração direta ou indireta, associadas aos projetos de avanço da acumulação capitalista industrial. (DRAIBE, 1985, p. 83).

Neste período o Estado se torna o mediador das contradições dos interesses, já que a economia brasileira ainda era em sua maioria rural e o projeto de desenvolvimento de Getúlio Vargas visava a construção de um processo industrializante no Brasil, é por meio de um reordenamento institucional que foi possível a construção de um arcabouço jurídico-político que fortaleceu a unificação do poder no Estado. Vargas unificou os códigos judiciários, elaborou legislações sobre as riquezas, saúde e educação além de promulgar o voto universal e secreto, abrindo caminho para o fim do conhecido voto de cabresto. É justamente neste processo de centralização de poder e de construção de um aparelho burocrático-administrativo de intervenção, regulação e controle que os interesses individuais foram incorporados ao Estado sendo transformados em interesses gerais.

Getúlio Vargas criou o Conselho Nacional do Café (1931) que posteriormente se tornou o Departamento Nacional do Café (1933), promoveu a queima do excedente da produção de café que durou de 1931 a 1944, ainda, autorizou a indenização de 50% do valor das dívidas dos cafeicultores, fatos que demonstram que, apesar da Revolução de 1930 ter acabado com a hegemonia política da burguesia do café, a mesma nunca deixou de ter seus interesses atendidos pelo governo. Portanto, a Revolução de 1930 nunca representou a tomada do poder pela burguesia industrial, mas ela foi o elemento necessário que

possibilitou o seu surgimento.

Draibe (1985) chama a atenção para um elemento para compreender o que de fato ocorreu no Brasil durante a Era Vargas, enquanto na maioria dos países os processos de centralização de poder e de demarcação de soberania sobre o território ocorreram de forma lenta e gradual, no caso brasileiro todos estes processos foram promovidos pelo Estado de uma só vez, enquanto se desenvolvia um processo de industrialização e conseqüentemente o surgimento do proletariado urbano. Dessa forma, o caso brasileiro apresenta particularidades em relação a outros países, o que justifica a pesada participação do Estado na construção e desenvolvimento do projeto industrializante de Vargas, assim como a reaproximação com a Igreja.

No decorrer do século XX, é possível afirmar que a Igreja Católica voltou a colaborar com o Estado na esfera política, sendo que na década de 1930 começa a ficar mais evidente a formação de uma aliança não oficial entre a Igreja e Getúlio Vargas. Como foi dito acima, o projeto industrializante de Vargas demandava a criação de novas camadas sociais e econômicas, praticamente inexistentes no país quando controlado pelas oligarquias rurais, mas para conseguir seguir adiante com seu projeto era necessário conseguir o apoio da população. De forma geral, é justamente nesta questão que entra a ação da Igreja, dentro deste jogo coube a ela a responsabilidade de criar um consenso entre a população promovendo um apoio ao desenvolvimentismo e ao nacionalismo de Vargas, assim ela atuou diretamente visando fomentar a valorização da identidade e dos símbolos religiosos nacionais.

Alguns exemplos podem ser destacados, como a inauguração da estátua do Cristo Redentor em 1931 e a nomeação da Nossa Senhora de Aparecida como padroeira do Brasil, sendo esta a primeira grande concentração católica após a revolução de 1930, contando com a presença do novo presidente e outras autoridades políticas. A escolha de Nossa Senhora de Aparecida pode ser analisada como portadora de diversos elementos simbólicos, em um momento que se emerge uma classe trabalhadora urbana pobre, que ainda que a mão de obra escravizada tenha sido substituída há poucas décadas pelo trabalho livre de imigrantes europeus, a população brasileira já era marcada pela miscigenação, logo uma santa negra se comunica muito melhor com a população que se identifica nela, trazendo assim um fortalecimento do vínculo com a religiosidade, diminuindo o elitismo tão presente no catolicismo brasileiro da época.

No que se refere à construção da cidadania brasileira, esta foi uma época-chave para a confirmação das relações sociais autoritárias e conservadoras que se mantinham com a manutenção do fechamento da esfera social. E a visão de mundo católica, com sua ênfase na hierarquia, na obediência e no seu discurso da necessidade de se preservar a ordem social, ajustava-se como uma luva no quadro que se consolidava. Era enfatizada a organicidade da sociedade como um todo e a esfera religiosa, cuja visão de mundo prezava exatamente a necessidade de obediência à hierarquia, seria uma esfera importante para o reforço das “desgarantias das liberdades privadas”, como diria Oliveira Vianna. Mantém-se, assim, a esfera pública apropriada por poucos nas relações sociais que estavam sendo engendradas com a República. Houve, é certo, o início de um catolicismo brasileiro mais humanizado que vai se firmar a partir da década de 30, principalmente com Alceu de Amoroso Lima, quando assume a direção da revista *A Ordem*, e torna-se o presidente da Ação Católica brasileira fundada na década de 30. Mas não era ainda o momento de nenhuma proposição de transformação social. Isso só aconteceria a partir da década de 50. (PAIVA, 2010, p. 97-98).

O projeto de Vargas carecia de legitimidade e apoio, como aponta Gomes (1988), pois pretendia alterar o jogo político estabelecido no Brasil até o momento e acabar com a hegemonia exercida pelas oligarquias agrárias, dessa forma a Igreja Católica se colocou a serviço do Estado para atuar enquanto instrumento de dominação social, cultural e política. O papel desenvolvido por ela na sociedade brasileira foi de grande importância para o sucesso do governo, já que a crise que explodiu em 1929 afetou diretamente o cotidiano da população brasileira, forçou o enfoque no desenvolvimento da industrialização de base voltada para o mercado interno, já que o comércio exterior estava fechado, que acabou por resultar no surgimento de uma massa operária e no crescimento de uma classe média vinculado ao Estado. O acelerado processo resultou em um grande descontentamento das camadas populares urbanas que se encontravam em condições severas de sobrevivência, trazendo à luz a necessidade de certa preocupação com parcelas da população sempre ignoradas.

[...] com a “aceleração do movimento industrializador”, depois da Primeira Guerra, a massa do proletariado cresceu e se tornou mais sensível. Aí o problema social emergiu de forma concreta como uma questão para o país, agravada pela ação deliberada de agitadores profissionais e pela incompreensão dos políticos da velha república [...] (GOMES, 1988, p. 209).

O que é abordado por Gomes no trecho acima se refere ao

surgimento do problema social – pelo menos para a visão do governo – para o Estado, Vargas havia se apoiado nas insatisfações das classes médias urbanas e dos militares de baixa patente para chegar ao poder, o projeto desenvolvimentista de Vargas só fez aumentar as desigualdades trazendo-as agora para as cidades. É justamente no governo de Getúlio Vargas que a questão social é interpretada pela primeira vez na história enquanto questão de Estado, neste momento a aliança não formal firmada entre a Igreja e o governo encontrou mais um ponto comum de ação, pois o catolicismo começava a expandir sua base social com a inclusão das camadas populares e médias.

O reconhecimento da questão social no pós-30 tivera caráter revolucionário justamente porque, sem se desconhecer sua profunda dimensão econômica, ela fora tratada como uma questão “política”, ou seja, como um problema que exigia e que só se resolveria pela intervenção do Estado. (GOMES, 1988, p. 214).

Foi na emergência dos problemas sociais vividos pelos brasileiros e seu reconhecimento que se possibilitou a criação de uma legislação social, que segundo Gomes (1988, p. 214-215) “poderia dar ao trabalhador uma situação mais humana e cristã”, a Constituição de 1934 nos fornece elementos que melhor demonstram a reaproximação da Igreja com o Estado. Nela diversas demandas católicas foram atendidas, como a presença da palavra Deus na constituição e o Ensino Religioso, mesmo que facultativo, nas escolas públicas, pois a Igreja Católica ainda visualizava alcançar espaços na sociedade antes ocupados por ela e retomar o acesso à educação formal, que havia perdido após a Proclamação da República, que instituiu o ensino laico.

O que se decidia nas discussões de 1931 era possibilidade da ação pedagógica da Igreja junto às classes mais populares no quadro da educação primária, ação esta tão crucial para a condução moral e intelectual da sociedade. Sem isto a Igreja corria o risco daquela fratura fatal entre uma religião de intelectuais e uma outra para o povo. A educação das massas era tão importante quanto a conquista espiritual e cultural das elites. A luta no campo político podia dar à Igreja acesso ao Estado e à legislação mas seria um erro se descuidasse do acesso direto à população através da educação. O sentido da luta de 1931 está nos resultados alcançados. Em 1924, apenas 25% das crianças no Distrito Federal recebiam nas igrejas ensino do catecismo. Regulamentando em 1935 o acesso da Igreja às escolas oficiais, graças ao trabalho do Conselho Arquidiocesano de Ensino Religioso, 91% das crianças das escolas primárias passaram a receber instrução religiosa, ministrada por 1906

catequistas voluntários. (BEOZZO, 1995, p. 299-230).

Reentrar na educação formal e agora nas escolas oficiais foi um fato histórico de elevada relevância para a eficácia do projeto educacional – para além da educação formal científica – da Igreja, estar nas salas de aula garantia um contato ainda maior da população com os ensinamentos católicos, sendo assim a Igreja ampliou a capacidade de disseminação de seus ideais, alcançando diretamente os sujeitos em formação que não necessariamente apreenderiam com certa profundidade os elementos dos discursos proferidos nas missas. Ainda, entrar nas salas de aula possibilitou aos representantes da Igreja a apropriação da violência simbólica – na época até mesmo física – presente na relação de dominação entre professores e estudantes, agregando além do capital simbólico, que já possuía, o capital intelectual reconhecido aos docentes.

A Igreja nunca perdeu completamente o espaço dentro do campo educacional brasileiro, Beozzo (1995) aponta que quase 90% do Ensino Secundário era particular, sendo que a maioria das escolas se encontravam nas mãos da Igreja. Contudo a laicização da educação pública se constituía enquanto um problema quanto tocava a Educação Primária. Como já dito, a Igreja possuía quase que o monopólio das escolas secundárias que eram frequentadas pelas elites econômicas, contudo era o Estado que oferecia a Educação Primária e o ensino laico afastava a Igreja das novas camadas de trabalhadores urbanos, o Ensino Religioso abria um espaço de ampliação do acesso da Igreja à população proletária, ensinando os filhos dos trabalhadores e principalmente os futuros trabalhadores.

Os primeiros anos da década de 1930 nos demonstram claramente a heterogeneidade de posicionamentos políticos no interior da Igreja Católica no Brasil, o clero paulista se posicionava a favor da Revolução Paulista de 1932, o fluminense se mantinha neutro enquanto o Riograndense pregava o fim do conflito em favor do Governo Federal. Vargas criou um conselho visando promover reformas legislativas, neste momento Dom Sebastião Leme, do Rio de Janeiro, criou um grupo formado por juristas e intelectuais católicos para trabalhar em conjunto ao Conselho Legislativo. Seu objetivo era claro, alcançar um espaço onde a Igreja pudesse influenciar no momento da produção de leis ao invés de ter que lutar posteriormente para alterá-las.

Diferentemente da Itália e da Alemanha, no Brasil a Igreja não

desenvolveu um partido político católico, durante a primeira metade do século XX a Igreja focou suas ações, por meio da Liga Eleitoral Católica (LEC), que como aponta Wanderley (2005) conseguiu concentrar o eleitorado católico e apoiar os candidatos que comungavam dos mesmos ideais religiosos e se comprometeram a defender os interesses da instituição na Assembleia Constituinte. Segundo Beozzo (1995) a LEC pode ser considerada enquanto uma das maiores organizações políticas da época, pois enquanto os partidos políticos se organizavam localmente a LEC conseguiu criar uma organização nacional, que seguiu uma diretriz central que determinava as ações mesmo em diferentes locais. Com a LEC, a Igreja conseguiu coordenar a ação do eleitorado católico e conseqüentemente teve sucesso em se fazer presente no interior do Estado ao eleger aqueles que respondiam aos seus interesses.

Esta foi, neste momento, uma ação com impactos profundos na política brasileira, a Confederação Católica do Rio de Janeiro lutou em favor do voto feminino, pois encontraria em suas fiéis um apoio muito mais amplo em relação às suas pautas, principalmente em questões como a indissolubilidade do casamento e o Ensino Religioso facultativo nas escolas públicas. Foi por meio da concentração do eleitorado católico, que a Igreja conseguiu se fazer presente dentro do Estado. Por se tratar de uma instituição formadora de opiniões a Igreja conseguiu e consegue entregar a seus fiéis bandeiras políticas que foram defendidas pelos legisladores eleitos por esta parcela da população. Ao se trabalhar este tema se lê a respeito das emendas católicas, se referindo ao nome de Deus no preâmbulo da Constituição ou o Ensino Religioso, contudo o alcance da Igreja é muito mais profundo, os candidatos eleitos que defenderam tais demandas também participaram da construção da Constituição como um todo, logo todos os seus posicionamentos estão vinculados à lógica moral católica, mesmo quando o assunto não se referia a questões religiosas tão especificamente.

O sucesso do projeto católico de intervenção pode ser confirmado ao considerarmos que a maioria dos candidatos apoiados para Igreja foram eleitos e ainda, que todo o programa político defendido pela Liga Eleitoral Católica foi incorporado à Constituição de 1934. Os fiéis se apresentaram para a Igreja como uma excelente ferramenta de atuação política, após a separação oficial com o Estado ela reconquistou o seu poder de influência política sem se prender ao controle do Estado, como ocorria durante o padroado. Desta forma as relações foram redefinidas estabelecendo uma cooperação entre o Estado e a Igreja, que

conseguiu acesso a verbas públicas para toda a sua rede assistencial, composta por instituições educacionais, de saúde e de beneficência. Ao alcançar os aparelhos ideológicos do Estado com sua estratégia de mobilização da opinião pública, a Igreja voltou a integrar o bloco no poder com as elites econômicas nacionais.

Outro espaço muito utilizado pela Igreja foram os Círculos Operários Católicos que eram organizações não eclesiais, que para Diehl (1990) a adesão se tornava mais atraente aos trabalhadores urbanos uma vez que não estavam oficialmente ligados à instituição religiosa. Antes de 1930, ainda que houvesse alguns grupos católicos relacionados ao operariado com os Centros Operários Católicos, esta categoria profissional que se formava estava ideologicamente mais vinculada aos movimentos anarco-sindicalistas e às organizações socialistas. Neste período pós Estado Laico a Igreja pouco olhava para as camadas trabalhadoras, especialmente as urbanas que começavam a surgir, o catolicismo brasileiro encontrava o grosso de seus fiéis nas áreas rurais e a instituição se agarrava às elites locais para controlar a perda de seu poder.

Desde a *Rerum Novarum* havia uma orientação vinda de Roma para que a Igreja se envolvesse mais com o operariado, contudo no Brasil esta aproximação foi encarada enquanto uma forma do clero conduzir as ações da classe operária, principalmente no sentido de afastá-la dos ideais comunistas, visando promover uma harmonia entre os trabalhadores e os patrões, além de manter a ordem social.

O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições.

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, que é necessário colocar a verdade numa doutrina contrariamente oposta, porque, assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se

adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exactamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.

A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens. Ora, para dirimir este conflito e cortar o mal na sua raiz, as Instituições possuem uma virtude admirável e múltipla.

E, primeiramente, toda a economia das verdades religiosas, de que a Igreja é guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça. (LEÃO XIII, 1891, n.p.).

Ainda que desde a Proclamação da República o Estado tenha produzido algumas legislações trabalhistas para grupos específicos, é somente com a ascensão de Vargas que a questão operária ganhou destaque, ainda em 1930 criou o Ministério do Trabalho, retirando das mãos do mercado questões referentes ao trabalho e ao capital. O forte carácter intervencionista típico do governo Vargas esteve muito presente no que tange ao operariado, o governo perseguiu e se livrou das lideranças sindicalistas anteriores e tomou para si a responsabilidade de mediação entre a força de trabalho e o capital, abrindo neste momento um grande espaço para a ação da Igreja Católica que compreendia o catolicismo social como uma proposta harmoniosa entre as classes sociais.

A migração interna, do campo para as cidades, também favoreceu em muito a atuação da Igreja, como já foi dito o catolicismo possuía grande força no espaço rural, portanto a população que vinha migrando para as cidades já possuía uma devoção ao catolicismo facilitando o poder de persuasão da Igreja que agora possuía um maior número de fiéis dentro do operariado.

A lei de sindicalização de 1931 proíbe a formação de sindicatos confessionais, impedindo a Igreja de registrar as Associações Operárias Católicas como sindicatos, este dispositivo legal gerou uma reação destas associações que criticavam a hegemonia do Estado no controle dos sindicatos. A legislação trabalhista do Estado Novo ia ao encontro dos conteúdos das encíclicas sociais da Igreja, com isso Vargas conseguiu se aproximar daqueles católicos que até o momento criticavam seu governo.

Mesmo com a proibição dos sindicatos confessionais os Círculos

Operários Católicos se expandiram rapidamente pelo país, proporcionavam a aglutinação de trabalhadores envolvidos na luta pelos direitos trabalhistas, mas ofereciam, também, à Igreja um espaço para a propagação das ideias católicas e de apoio ao governo, que no momento se posicionava a favor de um diálogo que buscasse o equilíbrio entre as camadas populares e as elites, dessa forma a Igreja conservava sua posição de conciliadora dos conflitos sociais. Com base em estudos das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, eram debatidas questões políticas referentes ao cotidiano dos trabalhadores, condenando os ideais do comunismo e a luta de classes.

As corporações são constituídas pelos representantes dos sindicatos dos operários e dos patrões pertencentes à mesma arte e profissão, e, como verdadeiros e próprios órgãos e instituições do Estado, dirigem e coordenam os sindicatos nas coisas de interesse comum. É proibida a greve; se as partes não podem chegar a um acordo, intervém a autoridade.

Basta reflectir um pouco, para ver as vantagens desta organização, embora apenas sumariamente indicada : a pacífica colaboração das classes, a repressão das organizações e violências socialistas, a acção moderadora de uma magistratura especial. Para não omitir nada em matéria de tanta importância, e em harmonia com os princípios gerais acima recordados e com o que em breve acrescentaremos, devemos contudo dizer, que não falta quem receie, que o Estado se substitua às livres actividades, em vez de se limitar à necessária e suficiente assistência e auxílio; que a nova organização sindical e corporativa tem carácter excessivamente burocrático e político; e que, não obstante as vantagens gerais acenadas, pode servir a particulares intentos políticos mais que à preparação e início de uma ordem social melhor. (PIO XI, 1931, n.p.).

A Igreja condenava as ideias comunistas de igualdade, pois defendia arduamente o direito à propriedade, sua solução se baseava em um bom relacionamento entre os patrões e os trabalhadores, se esforçando para enculcar no proletariado que a desigual acumulação de capital econômico não era uma injustiça e para aqueles que muito necessitavam ela possuía seus serviços de beneficência. Portanto, no momento da formação do proletariado urbano a Igreja trabalhou muito na formação da definição das relações sociais, defendendo a ordem social vigente como algo natural e correto, que a luta de classe serviria para desestabilizar a sociedade, que as ideias críticas às relações de dominação construídas se constituíam enquanto um ataque à sociedade criada por Deus e que os problemas sociais se resolveriam por meio de ações caritativas.

Neste processo, a Igreja conseguia agradar às elites ao protegê-la de conflitos e possíveis levantes dos trabalhadores, naturalizando a concentração de renda e justificando sua posição na estrutura social de dominação, ao mesmo tempo em que naturalizava a exploração da classe trabalhadora por meio de seu discurso de harmonia e paz entre as classes e condenava qualquer ideia que propusesse uma transformação radical em prol dos trabalhadores, atuando para a manutenção da ordem social e ainda, impregnando o consciente coletivo da população brasileira que a caridade seria a melhor ferramenta para o controle da desigualdade social. Estes conceitos foram amplamente difundidos entre os trabalhadores, auxiliando no controle da população em um momento em que se acirrava a opressão do Estado contra movimentos dos trabalhadores mais radicais.

Ante a ineficiência do Estado, a Igreja toma para si a pauta de motivar o Estado para que ele assumisse a tarefa de solucionar o problema social, toma posições definidas como forma de não ficar marginalizada no processo histórico. Porém, a ausência do Estado e a crescente proliferação da organização socialista, traduz na Igreja a responsabilidade de educar a elite capitalista e promover a organização operária dentro de uma perspectiva mutualista. (DIEHL, 1990. p. 18).

No ano de 1937, Getúlio Vargas por meio de um golpe deu início ao Estado Novo, a constituição outorgada pelo presidente, conhecida como constituição polaca, retirou as emendas católicas com exceção do Ensino Religioso facultativo. Entretanto um inimigo “imaginário” comum, o comunismo, foi capaz de manter uma relação cordial entre o Estado e a Igreja, que agora se uniam contra um inimigo em comum em prol da segurança nacional. Em julho de 1939, o governo realizou um banquete para os bispos brasileiros; neste evento tanto o presidente quanto os integrantes do clero reafirmaram em seus discursos a parceria entre a Igreja e o Estado.

Historicamente, a Igreja Católica adotou uma postura de apoio aos governos dos territórios onde se encontrava, independentemente da forma que este tomasse - declarou apoio ao Governo fascista de Mussolini, com o qual foi reconhecido o território do Vaticano, assim como apoiou o Governo nazista de Hitler até o momento da eclosão da II Guerra Mundial. Desta forma a Igreja conseguia se manter em uma posição de aliada dos Estados, ou no mínimo, escapava de ser considerada uma inimiga. Essa perspectiva partia do princípio de defesa da ordem

social tão defendido pela Igreja, princípio este muito presente nas ações e nos ensinamentos destinados aos fiéis.

Durante o Estado Novo, a Igreja realizou o Concílio Plenário Brasileiro, buscando atualizar a legislação eclesiástica, que ainda era a do Padroado. A formação do Concílio representou para a Igreja uma possibilidade de união do clero brasileiro. Contudo, as diretrizes institucionalizadas por ele caminhavam no sentido da romanização, intensificando a hierarquização do clero e diminuindo o papel dos leigos, que já havia se mostrado de grande utilidade para a Igreja no Brasil. Durante as preparações para o Concílio, a Igreja iniciou um diálogo com alguns integrantes da alta cúpula e com o próprio governo no intuito de se aproveitar da ocasião que reuniria todos os bispos do Brasil, para firmar uma concordata entre o Estado e a Santa Sé, mantendo a separação entre o Estado e a Igreja, mas também a liberdade de atuação que sempre desfrutara.

A ideia de uma Concordata agradava e muito a Santa Sé, durante o papado de Pio XI (1922-1939) foram assinadas 16 concordatas com Estados, em sua maioria europeus, inclusive com a Itália fascista de Mussolini e a Alemanha nazista de Hitler. Este dado demonstra novamente que a Igreja enquanto instituição tinha como norte, além da sua sobrevivência, a manutenção da ordem social. Para ela era importante a existência de um Estado forte, capaz de controlar e conduzir a sociedade, o que a levou à defesa de diferentes formas de governo, mesmo no caso de regimes ditatoriais. Ainda que recebido com grande entusiasmo pela nunciatura, o projeto de se firmar uma Concordata não foi acolhido com unanimidade pelo clero brasileiro.

O campo político-religioso estava ocupado por três agentes, o Estado, a Santa Sé e a Igreja local, que disputavam entre si o poder de dominação. A realização do Concílio Plenário Brasileiro era interpretada de diferentes formas pelos agentes religiosos, para a Igreja local este era um momento de reconhecimento do seu poder e importância para a Instituição, assim como uma oportunidade de reformar a legislação eclesiástica adaptando-a às realidades da Igreja no Brasil. Enquanto para a Santa Sé este era um momento de fortalecer o processo de romanização da Igreja no ocidente, buscando uma maior uniformização através da centralização do poder no Vaticano.

Dentro do campo político-religioso, os três atores sempre mantiveram relações entre si, contudo no decorrer da história eles ocuparam

diferentes posições de dominação no interior desta estrutura. Com a chegada de Vargas ao poder há um momento – até a instauração do Estado Novo – em que os três atores se encontravam em uma situação de relativo equilíbrio quanto às suas forças, a Igreja brasileira assumiu um protagonismo nas atuações locais, ainda que continuasse subordinada à Santa Sé, agora ela se encontrava em uma posição de igualdade no tocante à relação com o Estado. Este cenário se tornou possível, em grande parte, devido à atuação da Liga Eleitoral Católica, a Igreja encontrou na capacidade de mobilização popular do eleitorado católico um forte capital simbólico que lhe agregou força dentro do campo político-religioso, por meio do qual foi capaz de firmar com o Estado uma aliança que lhe permitiu alcançar presença dentro dele e atuar a seu favor. Ainda que a capacidade de formação de opinião do eleitorado católico garantiu à Igreja brasileira um maior poder de demandar e influenciar nas posturas e políticas adotadas pelo Estado, com o começo do Estado Novo o acordo constitucional – via as chamadas emendas católicas – entre o governo e a Igreja foi substituído por um pacto moral, nas palavras de Beozzo (1995).

A constituição de 1937 retirou quase todas as demandas da Igreja, restando um acordo verbal de que as relações continuariam as mesmas. Contudo, a Igreja brasileira perdeu a garantia legal de atuação que conquistara com a Constituição de 1934, ficando dependente da boa vontade do Governo. É neste momento que o Estado e a Santa Sé ganham superioridade em relação à Igreja brasileira, pois poderiam estabelecer acordos entre o Vaticano e o Brasil, por meios diplomáticos. Compreende-se aqui o ânimo da nunciatura com o projeto de firmar uma Concordata, assim como se torna compreensível a relutância, ou até mesmo discordância do Clero brasileiro para com este projeto. A assinatura de uma Concordata atingiria em muito a autonomia da Igreja brasileira, reduzindo seu poder de decisão sobre as ações da Igreja, uma vez que as relações seriam definidas entre o Estado e a Santa Sé.

O projeto de uma Concordata não chegou a sair do papel, este fato foi de suma importância para o desenvolvimento da Igreja brasileira no decorrer dos anos seguintes. Foi justamente por este fato que ela conseguiu uma certa liberdade tanto em relação ao Estado, quanto em relação à Santa Sé. Liberdade esta que ao mesmo tempo lhe impôs uma maior tolerância com o Estado, lhe permitiu desenvolver seus próprios centros de decisão, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e até uma mudança eclesial quando da aproximação de

alguns de seus grupos com as camadas populares, principalmente após o golpe de Estado que instaurou a Ditadura Militar no Brasil.

O primeiro período do governo de Getúlio, que acabou por durar 15 anos, ficou marcado na história como um momento de grandes avanços no que tange às políticas sociais. É neste período que se institucionaliza o salário-mínimo, que foi criado o Ministério do Trabalho – extinto pelo presidente Jair Bolsonaro após 88 anos de atividade – e que Vargas promulgou a Consolidação das Leis trabalhistas, além de outras ações. Yazbek (2009) afirma que é no contexto da década de 1930 que o Serviço Social é institucionalizado e legitimado enquanto profissão e utilizado enquanto recurso do Estado e do empresariado no enfrentamento da questão social, com o suporte da Igreja Católica.

As ações de Vargas frente aos problemas sociais de algumas camadas populares – pois a política trabalhista não se aplicava aos trabalhadores rurais – promoveram uma aproximação entre o presidente e as massas trabalhadoras, concedendo a ele uma liderança carismática que pode ser percebida pelo apelido recebido de “pai dos pobres”, apelido este de caráter paternalista e caritativo com forte apelo emocional e que mais uma vez nos demonstra o que já foi citado nas partes acima, a atuação de Vargas foi interpretada pela população enquanto ações de bondade, ainda que seja o momento em que estão sendo construídos alguns dos direitos sociais e talvez até a própria noção de direito. As sequelas das relações estabelecidas com os monarcas ao longo da história do Brasil deixaram marcas profundas na sua cultura, onde não há uma concepção de cidadania e muito menos de cidadão.

É importante ressaltar que a Política trabalhista de Getúlio Vargas foi muito eficaz quanto ao projeto de apaziguamento dos conflitos sociais que emergiam, mas foram ainda mais eficazes na criação de barreiras que dificultaram a penetração de ideais políticos de esquerda. O medo do comunismo criado no imaginário popular era utilizado pelo governo, mas também pelas lideranças religiosas católicas que se ancoravam na política de Vargas para promover um maior controle das massas urbanas. Este período da história, serviu para marcar ainda mais fundo a subserviência e a subalternidade na população brasileira, ainda mais na população proletária.

Considerando todas as questões trabalhadas neste capítulo, a partir deste momento iremos aprofundar as análises relativas às relações entre a Igreja

Católica e o Estado durante os Governos de Getúlio Vargas, assim como as suas consequências para a população.

Retomaremos por um momento uma questão trabalhada no capítulo anterior, a autonomia concedida pela constituição da república fez com que se desenvolvessem diferentes cenários políticos e sociais em cada estado do país, somando-se ao fato de que a Igreja de um modo geral optou por se aliançar com as elites locais após a separação oficial com o Estado, o que se viu ocorrer foi o desenvolvimento de ações da Igreja, coerentes com as realidades locais, mas que não havia uma padronização nos posicionamentos políticos defendidos. Portanto do mesmo modo que a Igreja favoreceu o controle das oligarquias sobre o Estado, principalmente a do café, em algumas regiões, em outras esta mesma Igreja possibilitou a formação de um consenso que questionava esta ordem.

Foi o que ocorreu nos estados de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, regiões marcadas por uma imigração tardia que diferentemente da italiana que foi destinada ao trabalho nas lavouras de café, acabou por desenvolver colônias europeias que tinham como intuito a ocupação do território, nestas regiões se desenvolveram relações sociais relativamente isoladas das dinâmicas nacionais, possuindo uma forma de sociabilidade própria, portanto uma estrutura social própria, em que a Igreja desenvolveu um diálogo mais forte com a comunidade, que era composta por pequenos proprietários e trabalhadores rurais. A instituição religiosa ocupava um espaço diferenciado nestas regiões, foi a própria comunidade quem construiu as capelas, havia toda uma rede de serviços comunitários que eram oferecidos pela Igreja, mas com uma participação mais direta dos fiéis, o que torna possível afirmarmos que havia um pertencimento religioso construído de forma diferente, não pela imposição dos senhores e governantes, mas porque a população se reconhecia e se sentia contemplada dentro da vivência religiosa.

Esta questão se torna mais visível quando do golpe promovido por Getúlio Vargas, sua ação foi promovida, propagandeada e amparada pelo discurso das lideranças religiosas de sua região, a própria propaganda eleitoral de Vargas, anterior ao golpe, contou com o apoio uniforme da Igreja, enquanto as lideranças religiosas dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo defendiam os posicionamentos das oligarquias de suas regiões, optando por permanecerem neutras frente à empreitada golpista que se iniciou com a derrota eleitoral ou se opondo abertamente ao golpe.

A chegada de Getúlio Vargas ao poder registra um dos momentos de maior transformação para o Estado brasileiro, resultante de uma crise econômica internacional, mas também de uma crise política nacional, este é considerado um período de extrema importância para a definição das atuações do Estado na sociedade e conseqüentemente para a redefinição do relacionamento da população com ele, assim como da construção da identidade do brasileiro enquanto cidadão.

Draibe (1985) considera este período como a inauguração do Estado, a análise deste trabalho está em concordância com a afirmação da autora ao considerarmos que a Proclamação da República não significou uma reestruturação da sociedade brasileira, o que ocorreu foi a substituição do bloco no poder, mesmo instaurando um regime republicano as relações de dominação que ordenavam a sociedade se mantiveram praticamente as mesmas, houve a troca dos sujeitos donatários de prestígio, respeito e obediência, mas os conteúdos de subalternidade da população ainda eram iguais ao dos períodos colonial e imperial.

Furtado (1979) destaca que durante os anos do Governo Vargas o Brasil passou por um acelerado processo de industrialização, o qual promoveu mudanças nas relações de trabalho e nos sistemas econômico e político do país, todo este processo ocorrido em um curto espaço de tempo resultou conseqüências para a sociedade brasileira no tocante às relações com o Estado. Ao contrário do que se ocorreu em vários países onde estes processos se deram de forma gradual em um longo período, no Brasil a industrialização, que é característica de uma sociedade moderna e que invariavelmente provoca alterações drásticas nas relações de trabalho e conseqüentemente na estrutura social, no país foi promovida pelo Estado enquanto um projeto de governo.

A questão da duração do processo de industrialização ganha importância ao considerarmos que o desenvolvimento deste sistema de produção requer uma mudança na lógica social a respeito das relações de trabalho, assim como da própria concepção a respeito do campo econômico, quando consideramos que no Brasil este processo foi orquestrado pelo Estado se torna possível afirmar que não houve tempo necessário para o desenvolvimento de ressignificações das relações sociais e de trabalho, portanto a população brasileira foi inserida em uma nova estrutura do campo econômico sem que houvesse a apreensão das novas categorias de análise da realidade e muito menos a sua participação neste processo. A importância desta questão se localiza justamente no fato de que se não

houve um desenvolvimento coletivo de novas formas de significação do campo econômico e do mundo do trabalho, ao ser imposta uma nova estrutura a população ficou dependente de interpretações externas que significavam este novo momento, adentrando em um novo período com um *habitus* que significava relações sociais e de trabalho de uma estrutura ultrapassada.

Todos estes elementos favoreceram a ampliação das relações de dominação entre os proprietários dos meios de produção e os da força de trabalho, para além da questão do acúmulo de capital econômico e da exploração via mais-valia, os trabalhadores assalariados do sistema industrial entraram nesta nova estrutura com um *habitus* de um sistema senhorial, com as significações da realidade de um sistema de subalternidade servil, não possuindo os conteúdos necessários para de fato ressignificarem o seu papel social e a sua posição relativa dentro dos campos econômico e social. Portanto foram inseridos em estrutura de dominação relativamente moderna, com relações próprias, mas possuíam os conteúdos que significavam uma dominação em uma realidade diferente, o que acabou por resultar na manutenção de uma subalternidade servil dos trabalhadores e no reconhecimento de uma autoridade senhorial aos empregadores.

Com a crise econômica de 1929 a realidade internacional impôs ao Brasil a necessidade de transformação da economia, com a diminuição da exportação de café, principal produto comercial, não havia mais condições para a manutenção de um sistema exclusivamente pautado na agro exportação, trazendo à luz a necessidade de reduzir a dependência do mercado externo no tocante a importação de bens manufaturados, desta forma Vargas empreendeu a Política de Substituição das Importações, visando o desenvolvimento de uma capacidade de produção que suprisse as demandas do mercado interno. Contudo, temos de considerar o que foi trabalhado acima, o Brasil não estava em meio a um processo industrializador até o momento, com a tomada do Estado pelas oligarquias toda a concentração dos interesses dos grandes proprietários rurais foi significada enquanto interesse coletivo, criando uma realidade econômica pautada quase que exclusivamente na agro exportação de bens primários.

O que Vargas promoveu foi a quebra da hegemonia do controle político das oligarquias, deste modo, o projeto industrializador trazia para a relação de disputa de poder um novo ator, os proprietários das indústrias que se desenvolviam, esta inclusão de um novo grupo com posição relativa elevada na

estrutura social dada a valoração do seu capital, resultou em uma nova disputa pelo monopólio do poder de imposição da sua visão de mundo, da determinação da arbitrariedade do consenso.

O forte intervencionismo do Estado durante os governos de Vargas encontra a sua explicação nesta questão, a crise econômica não permitia a realização de um processo industrializador gradual, como não havia em quantidade considerável um desenvolvimento industrial coube ao Estado agir enquanto idealizador e financiador deste processo. Como já foi trabalhado a industrialização requer uma estrutura mínima para se desenvolver, considerando que o *habitus* da população brasileira significava uma relação em que o Estado atendia as demandas das elites econômicas, podemos afirmar que a mudança da direção desta relação, ou seja o Estado demandando ações das elites, se consistia em elemento estranho e talvez incoerente para o trabalhador brasileiro, sendo assim, havia a necessidade de produzir um consenso a respeito do projeto do governo tanto para a população trabalhadora quanto para as elites econômicas do país.

Para dar cabo de seu projeto Vargas necessitava de um Estado forte e atuante, por isso promoveu uma centralização do poder na esfera federal retirando as autonomias estaduais, concentrar o poder se fazia uma atitude necessária, pois do mesmo modo que a Igreja Católica se apresenta enquanto uma instituição uniforme como demonstração de força em todos os territórios nacionais onde se encontra, o Estado precisava de um reconhecimento nacional de sua força, a centralização do poder e a hierarquização atuam, também, como formas de violência simbólica que validam o monopólio do poder, serviram enquanto argumentos de validação, capitais simbólicos que colocavam o Estado, enquanto ator político, em uma posição de dominação no campo político em relação aos demais grupos.

Dentro de todo este processo, se fazia necessário, também, desconstruir e invalidar elementos que poderiam se caracterizar enquanto força potencial de resistência aos planos do novo governo, neste sentido o sufrágio universal e secreto enfraquecia a prática do voto de cabresto reduzindo de certo modo o acesso de representantes políticos contrários à Política de Substituição das Importações, além de permitir o acesso de uma parcela da população historicamente excluída dos processos de cidadania política. Sobre esta questão ficou registrado nos trabalhos acadêmicos que o projeto de nação de Vargas compreendia um Estado de compromisso, deixando de servir exclusivamente aos interesses de um

único grupo.

É justamente por causa das transformações pretendidas e empreendidas por Vargas que a Igreja Católica conseguiu estabelecer um local de parceria com o Estado, desenvolvendo uma nova forma de aliança que beneficiava a ambos os agentes da relação, sem se submeter ao controle do governante. Para empreender seu projeto Vargas necessitava de um apoio populacional, pois pretendia alterar a estrutura política do país e os seus métodos de atuação, neste sentido a Igreja trabalhou arduamente no processo de formação de um consenso em prol do processo de industrialização significando a política de Vargas enquanto interesse geral da nação.

Para o desenvolvimento da industrialização havia a necessidade de se formar novas camadas sociais, neste sentido foi promovida a construção de uma estrutura burocratizada e racionalizada do Estrado, fazendo surgir uma classe média urbana de servidores públicos, além de que a indústria demandava mão de obra, portanto se impunha a necessidade da formação de um corpo de trabalhadores urbanos, os operários. Com o surgimento destes novos grupos coube também à Igreja Católica a responsabilidade de socialização destes indivíduos que se encontravam em uma realidade social oposta à realidade rural, fazendo com que fosse necessário reformar o *habitus* destas camadas da população de modo que facilitasse a transição das novas formas de trabalho e de sociabilidade.

O período dos governos de Getúlio Vargas foi decisivo para a Igreja Católica, marcado por momentos em que ela conseguiu se reorganizar e desenvolver métodos de atuação que facilitaram o seu retorno ao interior do Estado, durante esta época a Igreja se consolidou ainda mais enquanto uma instituição socializadora, sua capacidade de inculcação e formação do *habitus* lhe garantiu servir enquanto instrumento de dominação social, cultural e política. Com a industrialização em processo acelerado viu-se emergir a necessidade de pensar a realidade da população trabalhadora, que encontrava condições cada vez mais severas de sobrevivência. Este é momento em que o problema social se torna uma questão de Estado, pela primeira vez na história do Brasil.

Vargas consolidou as leis trabalhistas e as ampliou para as diversas categorias profissionais urbanas, ao instituir o salário-mínimo o governo garantia a possibilidade de sobrevivência da população trabalhadora urbana ao mesmo tempo em que criava uma possibilidade de consumo, garantindo um certo grau de

circulação dos produtos manufaturados nacionais. Ao mesmo tempo o Estado firmava com a Igreja acordos de ajuda mútua, se utilizando de todo o aparato já constituído, instituições de saúde, educação e caridade, que fortalecia a presença da Igreja na sociedade enquanto instituição de acolhimento das necessidades da população, ampliando a sua base social.

Com a chegada de Vargas ao poder deu-se início a uma série de reformas legislativas, neste momento a Igreja, representada por Dom Sebastião Leme passou a se organizar para alcançar um poder de interferência nos caminhos legais que seriam tomados, por meio da formação de um grupo de intelectuais católicos e juristas a Igreja deu início a uma das formas de atuação política, utilizada neste momento, que visava influenciar o Conselho Legislativo, garantindo a legitimidade de sua capacidade de influir no conteúdo da nova Constituição.

Outra forma de atuação adotada pela Igreja, que se mostrou muito frutífera, foi exercida por meio das ações da Liga Eleitoral Católica, que consistia, como aponta Beozzo (1995), na maior organização política da época, por meio dela a Igreja construiu uma série de requisitos repassados aos fiéis para orientar e conduzir as análises e seleção dos candidatos que representavam os interesses da instituição religiosa. Neste momento a Igreja apresentava abertamente os significados de seus discursos, a ação da LEC possibilitou a conquista de espaço privilegiado de demanda para a instituição.

Como já foi mencionado algumas vezes neste trabalho, os conteúdos apreendidos dentro do campo religioso são interiorizados e utilizados na análise das realidades nos demais espaços da sociedade, contudo além de construir por meio do discurso religioso o *habitus* da população que por si só já seria utilizado nos momentos de participação política, a Igreja optou por trabalhar abertamente para eleger candidatos que levariam demandas específicas da instituição. Como a história nos mostra, a Igreja obteve sucesso em sua empreitada, a constituição de 1934 contemplava as demandas católicas, mas este sucesso foi ainda mais profundo, a escolha de candidatos que representavam a religião e conseqüentemente comungavam do *habitus* inculcado pela Igreja, possibilitou que a Constituição fosse permeada pelos conteúdos morais e por toda a interpretação cristã da estrutura social.

Foi durante os primeiros anos do Governo Vargas que a Igreja, por meio de seu trabalho de mobilização popular e de sua parceria com o Estado,

recuperou um espaço de atuação extremamente importante, a presença na Educação Pública por meio do Ensino Religioso. Tanto a Escola quanto a Igreja são instituições socializadoras, ambas se constituem em estruturas que são estruturadas e, portanto, atuam enquanto estruturas estruturantes, ao alcançar espaço dentro das instituições de ensino, públicas, a Igreja aumentava a sua capacidade de formação do *habitus*, pois ao se juntar a outra instituição socializadora sua capacidade de inculcação é amplificada, mesclando os conteúdos significantes que eram ensinados à população.

Esta análise da significação escolar e das funções sociais do culto escolar da precocidade esclarece a secreta afinidade que une os valores mais propriamente escolares (pelo menos aparentemente) e os valores das classes dominantes, sem resvalar pelos princípios desta espécie de harmonia preestabelecida que faz com que, mesmo quando parece obedecer tão-somente às suas próprias normas (propriamente escolares), o sistema de ensino obedeça ao mesmo tempo as normas externas. (BOURDIEU, 2015, p. 242).

A Escola se constitui em uma das principais instituições socializadoras, validada por um acúmulo de capital intelectual socialmente reconhecido, fornece aos estudantes as ferramentas de interpretação da realidade, por meio da vivência escolar os indivíduos que a frequentam apreendem uma série de regras e normas sociais que transcendem aos conteúdos propriamente científicos, a Escola se organiza de modo a reproduzir a lógica organizacional da estrutura social, por ser uma instituição altamente hierarquizada produz uma violência simbólica que reafirma a diferenciação entre os detentores de capitais simbólicos, socialmente reconhecidos enquanto superiores e os desprovidos destes capitais, inferiores.

A violência simbólica produzida pelo funcionamento do sistema escolar auxilia na interiorização das relações de dominação, por possuir uma estrutura muito semelhante a social, acaba por reafirmar as lógicas de dominação encontradas fora dos muros das escolas. Ainda todo o processo educacional, desde a escolha dos conteúdos até os meios de avaliação, foi desenvolvido de modo a proporcionar a reprodução da estrutura social, o sucesso escolar está diretamente ligado ao acúmulo de capital cultural que as famílias dos estudantes possuem, consequentemente relacionados ao acúmulo de capital financeiro, ao mesmo tempo em que o insucesso dos estudantes provenientes de famílias mais pobres, com

menor acúmulo de capital cultural, se constitui em uma antecipação das possibilidades da camada social de origem.

Ao garantir um espaço dentro do sistema de ensino a Igreja conseguiu ampliar a sua capacidade educativa, pois agregava ao seu capital de validação todo o capital que validava a dominação da Escola, alcançando maior legitimidade para seus discursos. Ainda, o acesso ao sistema escolar garantia uma maior aproximação com os filhos das classes trabalhadoras, a Igreja nunca perdeu em grande volume espaço dentro da educação brasileira por possuir uma rede de instituições de ensino, contudo suas escolas atendiam majoritariamente aos filhos das elites econômicas e políticas, ao adentrar no ensino primário, ofertado pelo Estado, representava uma possibilidade de participar ativamente da formação dos novos trabalhadores, inculcando neles em mais de um espaço os conteúdos arbitrários significantes da estrutura social.

Outro espaço de atuação da Igreja foram os Círculos Operários Católicos, que se apresentavam enquanto um espaço de acolhimento e possibilitavam a formação de debates, desde a encíclica *Rerum Novarum*, Roma já ressaltava a necessidade de a Igreja desenvolver um relacionamento mais próximo do operariado, o que se torna pertinente para a análise deste trabalho é o fato de que a necessidade de aproximação se dava pela vinculação dos trabalhadores com os ideais socialistas e comunistas. Desta forma a Igreja, enquanto legitimadora e defensora da estrutura social, passou a se fazer mais presente e participativa nos debates sobre as realidades dos trabalhadores urbanos, em específico o operariado.

Este envolvimento da Igreja tinha como motivação a disputa pelo monopólio da produção de sentidos significantes da realidade social, os pensamentos socialistas e comunistas propunham uma sociedade diferente da defendida pela Igreja, desta forma a instituição se engajou em um processo de envolvimento com o operariado visando a condução dos caminhos dos debates, combatendo ativamente estas teorias e pregando a necessidade da manutenção da ordem social, logo atuou no sentido de naturalizar ainda mais as divisões e diferenciações da estrutura social, atacando com força qualquer pensamento que se opusesse à sua visão de mundo.

Esta é uma questão de extrema importância para a sociedade brasileira, por meio de seu discurso religioso que pregava a manutenção da ordem a Igreja conseguiu ressignificar as teorias socialistas e comunistas inculcando um

antagonismo na população a qualquer ideia que se assemelhasse às delas, dessa forma os pensamentos de igualdade ou até mesmo de questionamento da estrutura exploratória da sociedade passaram a ser vinculados a pensamentos comunistas, contraditórios ao pensamento cristão, o seu poder de ressignificação foi tão grande que a Igreja conseguiu educar a população de modo que a luta por uma sociedade igualitária era interpretada enquanto uma tentativa de destruição da ordem e de promoção do caos social.

Ao naturalizar a estrutura social, o direito à propriedade privada e à concentração de renda a Igreja acabava por validar o sistema exploratório desenvolvido, seu discurso na aparência defendia o engajamento dos fiéis pela promoção da paz, enquanto na essência esta paz significava a promoção de relações harmônicas de obediência dos trabalhadores, reforçando os conteúdos das comunicações das relações de dominação. Desta forma agradava às elites econômicas, pois mediava os conflitos com os trabalhadores, em seus discursos havia um forte conteúdo de rejeição à luta de classes, além de pregar as qualidades das organizações sindicais que buscavam um diálogo com os empregadores, para chegar em acordos por meio do diálogo.

No ano de 1937 Vargas instaurou o Estado Novo, com a nova constituição outorgada foram excluídas as emendas católicas com a exceção do Ensino Religioso, ainda que passando por um momento de perda das demandas que representavam uma diminuição da capacidade de exercício de influência no interior do Estado, a Igreja permaneceu com uma postura de apoio ao presidente, esta posição política se baseava, na análise deste trabalho, em três questões. Em primeiro lugar se constituía enquanto prática comum à instituição se manter ao lado dos governos dos países onde se encontrava, independentemente das formas que eles assumiam, este posicionamento político encontrava seu fundamento no princípio de defesa da ordem social, portanto, em regimes democráticos ou autoritários, imperiais ou republicanos, a Igreja sempre pregou a importância da obediência à autoridade do Estado, dessa forma não entrava em desacordo com as elites governantes e não corria o risco de criar uma cisão com os poderes públicos, o que dificultaria a sua permanência e influência nas sociedades.

Em segundo lugar, Vargas promoveu um golpe de Estado com o argumento de proteção da nação contra o comunismo, como já foi trabalhado acima, a oposição aos ideais comunistas e socialistas ocupava grande espaço no ideário

católico institucional, o discurso de Vargas caminhava ao lado do pensamento católico, dessa forma, a definição de um inimigo comum serviu enquanto elemento aglutinador mantendo a coesão da relação entre o Estado e a Igreja. Em terceiro lugar, ao longo dos sete anos do Governo Vargas a aliança firmada com o Estado havia lhe concedido um espaço privilegiado de atuação dentro da sociedade para além da prática religiosa, dessa forma, mesmo perdendo as demandas pautadas em questões da moral católica todas as outras conquistas alcançadas em prol do interesse coletivo se mantiveram, suas instituições beneficentes não perderam espaço, fazendo com que o recuo das demandas à constituição não representassem um recuo na atuação da Igreja.

De forma geral a política trabalhista de Vargas e as ações do governo frente a algumas questões sociais auxiliaram na manutenção de relações de proximidade da Igreja com o Estado, após a Constituição de 1937 a aliança formal se transformou em uma aliança moral. Deste modo é possível afirmar que a Igreja Católica durante os anos dos governos de Vargas encontrou novas formas de estabelecer uma relação com o Estado, a aliança serviu para o beneficiamento de ambos os agentes, conquistando a Igreja maior espaço de atuação na sociedade e o fortalecimento da sua capacidade formativa, que foi direcionada no sentido de impulsionar o projeto de industrialização do governo por meio do fortalecimento de um sentimento de nacionalismo, além de conferir legitimidade para o novo governante e suas ambições.

Com tudo o que foi trabalhado se faz necessário destacar e ressaltar duas questões de extrema importância que emergiram neste período, como foi falado consideramos que a chegada de Vargas ao poder representa o momento de construção real do Estado, além das políticas trabalhistas, econômicas e da construção de um aparelho administrativo Vargas promulgou o sufrágio universal e secreto, a Igreja esteve presente nestes momentos e com grande influência social, além de legitimar o governo ela significou para a população todos estes processos. Portanto no momento de formação do Estado, do desenvolvimento de políticas intervencionistas, da construção do aparelho administrativo e conseqüentemente do serviço público e da ampliação da participação popular na cidadania política foi a Igreja Católica a instituição que se responsabilizou por fornecer os elementos interpretativos que definiram a compreensão da população sobre as transformações que ocorriam.

A mesma Igreja que pregava a harmonia entre as classes sociais, naturalizava a estrutura social de dominação, condenava a luta de classes e propunha a solidariedade cristã, a caridade, como forma de intervenção nos problemas sociais, no lugar do desenvolvimento de Políticas Públicas Sociais, foi a responsável por conduzir a leitura dos acontecimentos e por inculcar novos significados no *habitus* da população, o qual se consiste em um sistema cognitivo responsável pela compreensão da realidade e pela definição das relações sociais e políticas, portanto consideramos que a Igreja Católica foi responsável, em grande parte, pelas formas como se estruturaram as relações entre a população e o Estado, pelo processo de formação da identidade política do brasileiro.

A segunda questão que queremos ressaltar se localiza no discurso anticomunismo produzido, inculcado e reproduzido pela Igreja, o alcance deste discurso transcendeu ao espaço de tempo do período analisado, se fazendo presente e com grande força até os dias atuais, a grande questão do discurso anticomunismo se constitui nas significações que dele derivam, este discurso ganhou força de tal forma que justificou o golpe que instaurou o Estado Novo, o anticomunismo foi responsável pela antagonização a pensamentos e projetos políticos de esquerda, foi responsável por agregar ao conceito de igualdade impressões pejorativas e negativas que deturparam seu real sentido. Deste modo o discurso anticomunismo se enraizou e se espalhou pelo *habitus* do brasileiro resultando em uma imediata rejeição e antagonização a qualquer questão ou posicionamento político que seja adjetivado como tal, se tornando até uma força aglutinadora ao combate a qualquer projeto político contrário ao pensamento conservador ou mesmo de intervenção pública nas questões sociais.

6 A IGREJA CATÓLICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Nos anos finais da Era Vargas, o cenário brasileiro se constituiu no agravamento dos problemas sociais e no aumento da crise econômica, que resultaram no fim da Política de Substituição de Importações durante o governo de Juscelino Kubitschek, estavam presentes também o avassalador aumento da dívida externa e a sufocante abertura da economia para o mercado internacional que acabou por dizimar a indústria brasileira. Seguindo o que usualmente ocorre em países adeptos do sistema capitalista, a população trabalhadora se tornou a principal vítima da crise, precarizando ainda mais as condições de trabalho e conseqüentemente a vida dos trabalhadores (LABAKI, 1986).

No período que compreende a segunda metade da década de 1940 até o final da década de 1970 o Brasil passou por diversas transformações políticas, econômicas e sociais, que demandaram da Igreja Católica sérias mudanças, abrindo espaço para atuações e pensamentos quase antagônicos, tanto entre seus membros profissionais, quanto entre seus fiéis. A Igreja sofreu internamente os impactos deste período histórico de modo que se estabeleceram cisões entre os clérigos brasileiros, principalmente no período concernente à Ditadura Militar.

A Igreja não deixou de buscar uma unidade institucional no território brasileiro e muito menos de manter as relações de cordialidade e de ajuda mútua com o Estado, contudo a austeridade do momento vivido no Brasil fez com que parte do clero defendesse com mais afinco a priorização de um trabalho religioso que fosse aliado às camadas populares, em alguns aspectos em defesa de suas necessidades, o que significou em alguns momentos se estabelecer enquanto oposição ao Estado, o que torna este momento mais significativo e complexo. É que ambas as posturas e posicionamentos políticos ocorreram em um mesmo espaço de tempo, dentro de uma mesma estrutura institucional em um mesmo espaço territorial.

Não é de mais supor que as transformações da estrutura econômica, trazendo consigo um movimento real das massas, tenha exercido forte pressão sobre uma crença antiga e uma Igreja sem criatividade. Na medida do avanço progressivo (e rápido) das formas capitalistas de organização da produção, os fiéis católicos nas cidades eram, em número cada vez maior, assalariados, operários, funcionários, universitários, etc., vendo seu dia-a-dia impregnar-se pela ciência e pela técnica, por novas informações e ideologias, por problemas

novos e objetivos a germinar novos interesses, reais e imaginários. O avanço do pensamento marxista, o exercício do voto, o aumento do peso relativo da classe operária, além da pronta penetração de um protestantismo agressivo e da propagação popular do espiritismo e da umbanda, obrigariam os bispos a levar em consideração aspirações populares e a reformular seu modo de atuação. Numa palavra, se a Igreja começa a mudar nos anos 50, é porque grandes massas de católicos, ao serem mobilizadas pelo rápido processo de penetração e expansão do capitalismo industrial, começam a passar, visivelmente, da mera passividade política a uma certa atividade reivindicativa e passam a ser disputados por concorrentes ideológicos decididos, não apenas de cunho profano mas também de caráter religioso. (PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, 1995, p. 355).

No período pós-guerra o Brasil se encontrava política e economicamente em um processo de abertura ao capital externo e de desmonte da Política de Substituição de Importações e conseqüentemente da Indústria Nacional de Base. É um momento de redução do intervencionismo do Estado, em que a população se via em meio ao acirramento do liberalismo na economia brasileira que resultou no endurecimento das realidades da população trabalhadora.

Dom Sebastião Leme foi um dos grandes responsáveis pela união e uniformização da Igreja brasileira no Governo Vargas, encabeçando a Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica Brasileira, que muito serviram na mobilização do eleitorado católico, assim como o Centro Dom Vital, responsável pela aglutinação de um grupo de intelectuais católicos. A Igreja sentiu o impacto de sua morte, que resultou em um período com uma ausência de uma figura que centralizasse e organizasse as atuações dos bispos brasileiros.

Dom Leme, que com seu carisma havia centralizado em sua pessoa a organização eclesial no Brasil desde os idos de 1916, morreu em 1942. E deixou acéfalos tanto o episcopado, disperso pelas dioceses sem qualquer linha de ação comum além das normas ditadas pelo Vaticano em nome dos objetivos e interesses genéricos da Igreja como organização mundial, quanto os setores mobilizados do laicato, que haviam girado em torno da aura do criador, coordenador e animador de movimentos como o Centro D. Vital, a Ação Católica Brasileira e a Liga Eleitoral Católica (LEC). (PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, 1995, p. 346).

É neste cenário interno que se encontrava a Igreja no Brasil, Dom Jaime de Barros Câmara, sucessor de Dom Sebastião Leme, não foi capaz de manter uma centralização no poder de decisões da Igreja brasileira que proporcionasse uma unificação do clero. Com isto se torna mais compreensível o

desenvolvimento em diversos sentidos, às vezes contraditórios, que ocorreu no que se refere às posições e atuações políticas da Igreja. Ainda, acredita-se neste trabalho, que toda esta conjuntura não tenha sido causada por uma incompetência administrativa do novo cardeal, mas sim que se desenrolou de tal forma por alguns motivos específicos, toda a conjuntura social de um país de dimensões continentais, com realidades tão diversas quanto a sua população impossibilitou a construção de um discurso unificado e também, a postura de Dom Jaime de Barros Câmara poderá ser melhor compreendida adiante, quando do desenrolar da história este se esforça em estabelecer relações amistosas com a Ditadura Militar, atuando por meio dos grupos conservadores católicos.

A Igreja que sempre defendeu austeramente o direito inquestionável à propriedade privada passa a suavizar suas falas, começando a defender uma forma de capitalismo menos selvagem, mas não menos capitalista. Ela mantém seu discurso de abominação à luta de classes, considerando-a uma ação desestruturante da ordem vigente, concepção que não está incorreta. Contudo, em sua perspectiva, que era repassada a seus fiéis e por eles reproduzida, esta desestruturação levaria a sociedade a uma desordem e ao caos, sendo uma ação tomada pelas forças do mal.

Ao princípio, o comunismo mostrou-se tal qual era em toda a sua perversidade; mas bem depressa se capacitou de que desse modo afastava de si os povos; e por isso mudou de tática e procura atrair as multidões com vários enganos, ocultando os seus desígnios sob a máscara de ideais, em si bons e atraentes. Assim, vendo o desejo geral de paz, os chefes do comunismo fingem ser os mais zelosos fautores e propagandistas do movimento a favor da paz mundial; mas ao mesmo tempo excitam a uma luta de classes que faz correr rios de sangue, e, sentindo que não têm garantias internas de paz, recorrem a armamentos ilimitados. Assim, sob vários nomes que nem por sombras aludem ao comunismo, fundam associações e periódicos que servem depois unicamente para fazerem penetrar as suas idéias em meios, que doutra forma lhe não seriam facilmente acessíveis, procuram até com perfídia infiltrar-se em associações católicas e religiosas. Assim, em outras partes, sem renunciarem um ponto a seus perversos princípios, convidam os católicos a colaborar com eles no campo chamado humanitário e caritativo, propondo às vezes, até coisas completamente conformes ao espírito cristão e à doutrina da Igreja. Em outras partes levam a hipocrisia até fazer crer que o comunismo, em países de maior fé e de maior cultura, tomará outro aspecto mais brando, não impedirá o culto religioso e respeitará a liberdade das consciências. Há até quem, reportando-se a certas alterações recentemente introduzidas na legislação soviética, deduz que o comunismo está em vésperas de abandonar o seu programa de

luta contra Deus.

Procurai, Veneráveis Irmãos, que os fiéis não se deixem enganar! O comunismo é intrinsecamente perverso e não se pode admitir em campo nenhum a colaboração com ele, da parte de quem quer que deseje salvar a civilização cristã. E, se alguns, induzidos em erro, cooperassem para a vitória do comunismo no seu país, seriam os primeiros a cair como vítimas do seu erro; e quanto mais se distinguem pela antiguidade e grandeza da sua civilização cristã as regiões aonde o comunismo consegue penetrar, tanto mais devastador lá se manifesta o ódio dos “sem-Deus”. (PIO XI, 1937, n.p.).

O discurso anticomunista sempre ocupou especial espaço dentro do imaginário católico, estando presente em diversos documentos religiosos, como a *Divinis Redemptoris*, do Papa Pio XI, encíclica com a condenação mais pesada ao comunismo, do mesmo modo que produzia um discurso contrário ao liberalismo. Com o fim do Estado Novo - marcado por um forte intervencionismo e pelo controle das camadas populares - e o processo de redemocratização a população brasileira se encontrava disponível para ser cooptada por diversos ideais políticos. Neste momento a Igreja reforça sua aliança com as elites, no projeto de coordenação da população, conseguindo imprimir um forte caráter conservador ao processo de redemocratização.

A Igreja brasileira já havia testado e com sucesso a sua capacidade de mobilização do eleitorado católico, agora a Liga Eleitoral Católica foi chamada mais uma vez para trabalhar em torno de mais uma Assembleia Constituinte. Novamente os integrantes profissionais da Igreja e os leigos que atuavam na LEC trabalharam na definição de diretrizes para a escolha de candidatos, os quais deveriam representar os interesses da Religião. Neste momento coube à Igreja mais um trabalho, além de definir os requisitos para os fiéis votarem em algum candidato, após mais de uma década sob o regime de uma ditadura, a população estava afastada de uma vida política, portanto, a Igreja trabalhou com seus fiéis a vitalidade do exercício da cidadania política por meio do voto. A Igreja volta sua atenção para o combate às ideias comunistas, caracterizando para seus seguidores os integrantes do Partido Comunista como inimigos da pátria e da religião.

No calor da guerra fria, o perigo do comunismo é uma ameaça de um inimigo que está não apenas por vir, mas já está presente, não apenas fora, mas dentro e disfarçado sob mil máscaras, explorando a miséria material, que gera descontentamentos e ódios, e a miséria moral, que se traduz numa variada gama de perversões morais em

uma sociedade anarquizada, sem uma normatividade que penetre a própria organização da economia. Dessa maneira, a atitude escancaradamente hostil ao comunismo, por parte da hierarquia, reverte em crítica moralista da situação mesma que é seu caldo de cultura. (PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, 1995, p. 352).

No trecho acima citado, os autores apresentam sua leitura a respeito dos posicionamentos do Cardeal Dom Jaime Câmara, expresso no texto “Não transigir”, de 1949, publicado na Revista Eclesiástica Brasileira, em sua carta pastoral o Cardeal chega a afirmar que os comunistas estão se infiltrando na sociedade, inclusive em grupos da Igreja Católica. No final dos anos de 1940 o discurso de combate ao comunismo se torna o principal veículo de mobilização dos fiéis católicos, por meio dele a Igreja incentivava seus seguidores a agir em todos os campos sociais que habitavam para combater o inimigo por ela declarado. Caberia aos leigos a responsabilidade de conscientizar a todos que conheciam sobre os perigos dos ideais comunistas, que pela interpretação fornecida pela Igreja, ofereciam grandes riscos à moral e aos bons costumes, pois travavam uma guerra contra a religião, o modo de vida cristão, a família e a ordem social.

Os custos do Estado Novo e do projeto de Romanização se apresentavam para a Igreja brasileira, a impossibilidade de pressionar o governo durante estes anos causou uma desarticulação dos fiéis, portanto se fazia necessário reorganizar as ações da Igreja para reestabelecer o seu papel, recristianizar os cristãos com vistas a recristianizar a sociedade.

No conjunto, a década de 40 havia sido para a Igreja católica no Brasil um período de relativa estagnação, em que se limitava a hierarquia a repetir fórmulas envelhecidas tanto na doutrina quanto na pastoral. O hábito de pensar-se a si mesma como romana leva-a a ecoar ou, quando muito, a parafrasear retoricamente as eternas verdades emanadas do Vaticano de Pio XII. O que, convenhamos, era um modo de pensar-se a si mesma em sua especificidade. Basta um ligeiro contato com os textos produzidos pelo episcopado brasileiro de então para que se evidenciem o campo estreito dos problemas formulados, o mimetismo em relação à problemática do catolicismo europeu, a certeza de que as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Até os anos 50 a problemática que dominava os pronunciamentos (e, portanto, o pensamento) da Igreja católica no Brasil era uma problemática apologética, de autodefesa, produto tanto da transformação social por que passava a sociedade civil brasileira e que, no limite, continua uma crítica corrosiva da religião dominante, quanto da insistência em afirmar a validade de uma pastoral de cristandade bem ao gosto das elites tradicionais. Os problemas abordáveis dentro desta problemática diziam respeito,

antes de mais nada, à incolumidade e aos direitos inerentes a uma sociedade perfeita de origem divina, à inalterabilidade de sua doutrina, à malignidade de um mundo corrompido porque sempre mais afastado de Deus e da verdadeira Igreja, a católica. (PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, 1995, p. 354).

Em meio a todas estas questões a Ação Católica Brasileira fundou a Juventude Operária Católica (JOC) em 1948, seu objetivo era conseguir aglomerar os fiéis que ocupavam um mesmo espaço social dentro de um mesmo espaço religioso. Do mesmo modo que as transformações sociais demandavam ações da Igreja nas cidades, as mudanças ocorridas no Brasil fizeram chamar a atenção quanto à realidade no campo. Espaço onde a Igreja encontrava uma grande área de atuação, tanto entre os trabalhadores rurais quanto entre os grandes proprietários de terras.

Este era um espaço onde a Igreja Católica ainda encontrava-se em uma situação de hegemonia, sendo assim, do mesmo modo que ela buscava sua conservação nas cidades cooptando demandas das camadas trabalhadoras e tentando conduzir um processo de antagonização à luta de classes, no campo ela se atentava para a realidade dos trabalhadores rurais que se tornava cada dia mais severa, mas tentando estabelecer limites que não levassem a população a um conflito que oferecia riscos reais à estrutura fundiária brasileira.

Entretanto, na década de 1950, a Igreja Católica começa a sofrer alterações em seu quadro interno, no ano de 1952 é fundada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é neste momento que sua relação com o Estado e sua atuação na sociedade, começam a mudar. A Igreja começa a aprofundar, por meio da Ação Católica e demais setores leigos o seu projeto de aproximação das camadas populares, buscando escutar as demandas e necessidades da população trabalhadora urbana e rural. Esta estratégia, incentivada pela CNBB, abriu espaço para a ocorrência de desvios quanto ao forte caráter conservador que sempre imperou no interior da Igreja Católica.

A aproximação com os problemas sociais enfrentados pelas parcelas mais pauperizadas dos fiéis católicos possibilitou a abertura de terreno para o crescimento de alguns setores mais progressistas da Igreja. Faz-se necessário destacar que a Igreja, enquanto instituição, não rompeu o pacto firmado com o Estado, sua mudança no discurso se constituiu enquanto resultado da aproximação com os fiéis, a qual foi iniciada com o propósito de construir um consenso em prol da

política desenvolvimentista do Estado. Contudo, ao se aproximar de seus seguidores para fortalecer a difusão de seu discurso, a Igreja acabou por construir um espaço de diálogo, onde as vozes de seus fiéis começaram a ser ouvidas, ou seja, abriu espaço para o desenvolvimento de uma relação entre pastores e fiéis que se redefiniu, onde ambas as partes ouviam e falavam, mesmo com seus posicionamentos sendo valorados diferentemente.

Neste período a Santa Sé passa a se posicionar de maneira muito mais favorável à participação mais ativa do laicato, Pio XII defendia a formação de apóstolos leigos, objetivando que eles pudessem interferir mais fortemente em seus meios sociais, pautados em um estudo da Doutrina Social da Igreja. Para Pierucci, Souza e Camargo (1995), a Igreja Católica passa aos poucos a assumir um discurso anticapitalista, em defesa da população; contudo ao criticar a ambição e a concentração de renda desenfreadas a Igreja não está de fato criticando a ambição e o acúmulo e sim seus excessos, focando nos males trazidos pelo liberalismo, mas se opondo muito mais ao socialismo ou qualquer doutrina que pregasse uma real igualdade, considerada por ela enquanto utopia enganosa.

A Igreja neste momento fala sobre equidade, mas não pode ser ingenuamente confundida com um discurso contrário à propriedade privada, sua fala que parece um tanto quanto mais radical é reflexo do acirramento do capitalismo em um país onde a proteção social nunca foi prioridade. Sua crítica se encontra muito mais depositada nos problemas e desequilíbrios gerados pelo avanço de relações capitalistas desenfreadas que criou uma situação mais propícia para a aproximação dos trabalhadores com as ideias de esquerda, que forneciam explicações mais coerentes para os desesperos reais vividos pelas camadas populares no Brasil.

Ainda, a sua crítica se dirigia, também, ao fato de o campo econômico estar conquistando tanto espaço no campo social, passando a influenciar em relações sociais antes definidas e explicadas pelo campo religioso. O real sentido da posição da Igreja é compreendido neste trabalho como um projeto de reformar alguns elementos do sistema que estava determinado em não promover uma revolução. Acredita-se que esta foi a postura adotada pela Igreja, mesmo nas alas mais progressistas, a proposta de humanizar o capitalismo, humanização alcançada pela via religiosa, pela construção de um capitalismo mais cristão. Sendo assim, a Igreja toma como bandeira a defesa de um assistencialismo, da regulação da economia, assim como uma legislação social trabalhista. Esta foi a realidade que

a Igreja Católica vivenciou durante a década de 1950, um cenário em que a instituição buscava redefinir suas formas de atuação e se adaptar às transformações trazidas pela realidade econômica.

Mesmo com a constância de um discurso pela ordem social, de certa forma em defesa das elites econômicas, pois seu projeto reformista não visava o fim da acumulação capitalista, mas alguns freios para evitar a eclosão de revoltas dos trabalhadores, este posicionamento conseguiu arrancar críticas dos setores mais conservadores da sociedade, que estavam acostumados a contar com o apoio incondicional da Igreja. É importante destacar que a Igreja não se encontrava em um período de consenso interno quanto às posições políticas, especialmente no tocante às posições assumidas por alguns grupos do laicato.

A abertura para um maior diálogo com os fiéis e para a atuação dos mesmos enquanto representantes da fé cristã, abriu espaço para o desenvolvimento de pensamentos antagônicos no interior da Igreja - enquanto alguns setores se mantinham firmes nas alianças formadas com o Estado e as elites econômicas, outros se aproximaram demasiadamente dos problemas sociais enfrentados por seus fiéis. Em 1961, o Papa João XXIII publicou a encíclica *Mater et Magistra*, a primeira a abordar os problemas dos países subdesenvolvidos, por meio dela a Igreja foi capaz de alcançar uma maior credibilidade para a Doutrina Social da Igreja entre as alas progressistas menos radicais. A encíclica dedica boa parte do seu texto à análise de outros documentos papais já publicados como a *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo Anno*; contudo ela ganha destaque ao abordar questões mais específicas quanto a realidade econômica e social, como os sistemas de previdência, participação nos lucros das empresas, mas sempre com um forte caráter naturalizador das desigualdades sociais, com propostas genéricas que sugerem uma bondade dos patrões e reforçam a importância da caridade cristã enquanto combate às desigualdades.

Se a situação nas cidades preocupava a Igreja, com a publicação da *Mater et Magistra*, dava-se destaque a realidade rural abordando questões como a oferta de “serviços essenciais: estradas, transportes, comunicações, água potável, alojamento, assistência sanitária, instrução elementar, formação técnica e profissional, boas condições para a vida religiosa” (JOÃO XXIII, 1961), além de questões referentes a financiamento público, seguros sociais e previdência social. Ainda que abordadas muito superficialmente, estas questões se tornam referências

para os debates na Igreja brasileira, sendo assim, a Igreja passa a incentivar mais a atuação do laicato no campo, por meio da Juventude Agrária Católica (JAC) e da Liga Agrária Católica (LAC).

Na busca de se fazer mais presente e útil na sociedade a Igreja acabou se reafirmando enquanto um poderoso agente de formação ideológica. A utilização da Ação Católica Brasileira e seus órgãos colocou o laicato para trabalhar no processo de reaproximação e mobilização das diferentes bases católicas. Aliada ao Estado, a Igreja assumiu para si a responsabilidade de auxiliar a promoção do progresso em várias áreas do país, que não eram contempladas pelas ações governamentais. Procurando se contrapor à ameaça vermelha a Igreja acabou assumindo quase que um papel de agente de transformação, tomou como bandeira a alfabetização, conscientização e sindicalização dos trabalhadores rurais, formando as Frentes Agrárias e o Movimento Educação de Base (MEB).

O que pretendia de início servir como alternativa contrária aos ideais comunistas e socialistas acabou por reavivar os segmentos progressistas do clero, que antes passavam por um processo de silenciamento. A Igreja observava atentamente a atuação do laicato, temendo que este se aproximasse em demasia dos ideais de esquerda. Neste sentido a Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira incentivou os trabalhos do Movimento Educação de Base e das atuações junto ao sindicalismo rural em detrimento das Ligas Camponesas e do Movimento de Cultura Popular, pois estes não estariam tão alinhados aos seus objetivos sociais e apostólicos.

Estas ações tinham como alvo principal atingir um maior controle sobre a Juventude Universitária Católica que se radicalizava politicamente com o tempo; contudo, se obtivesse êxito alcançaria os demais movimentos da Ação Católica, considerando que mesmo que suas partes estivessem organizadas e separadas por categorias (JAC, JEC, JIC, JOC, JUC), no fazer da Ação Católica os grupos mantinham contato. Sendo a JUC composta por universitários pode-se concluir que seus membros possuíam maior facilidade no processo de interpretação e reflexão possibilitando aos mesmos melhor produzir e comunicar suas análises.

Assim, nos primeiros anos da década de 60, grande parte da Ação Católica entrou em efervescência e se esquerdizou, distanciando-se das orientações da Igreja oficial. A guinada foi de tal monta que o golpe de 1964 lhe dedicaria especiais atenções repressivas. As tensões a hierarquia se agravariam ainda mais com a crescente

participação da JUC na UNE em coalizão com elementos da esquerda não-católica. No I Seminário Nacional de Reforma Universitária, reunido em Salvador (BA) em maio de 1961 e promovido pela UNE, a JUC, coerente com a posição assumida de adesão global ao órgão nacional de representação estudantil, combateu o projeto da Lei de Diretrizes e Bases, o qual vinha sendo publicamente apoiado pela hierarquia. No mês seguinte, durante o XI Conselho Nacional da JUC, em Natal, o arcebispo D. Eugênio Sales desliga a representação diocesana da vinculação com a direção nacional. Um relatório, de punho clerical, denunciando a linha ideológica do movimento, repercutiu no seio do episcopado que, em outubro, envia a JUC severa admoestação oficial. (PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, 1995, p. 368).

No ano de 1962 um grande número de ex-participantes da JUC forma a Ação Popular (AP), esta organização fora construída de forma desvinculada institucionalmente da Igreja Católica, não havendo sequer a necessidade de vínculo confessional para a participação. Bruneau (1974) destaca, ainda, que por volta do ano que antecede o Golpe Militar, a JUC já havia cortado a comunicação com a maior parte do episcopado brasileiro. Ao fortalecer a atuação do laicato no interior da Ação Católica, a Igreja transferiu parte do seu capital simbólico de dominação para os líderes leigos, portanto, torna-se possível afirmar que estas lideranças possuíam um grande alcance dentro de seus grupos, quando estes tenderam a uma esquerdização, seus posicionamentos políticos são recebidos e compartilhados pela maioria dos integrantes. Sendo assim, a Igreja acabou por abrir caminho para o desenvolvimento de ideias contrárias à sua posição oficial, possibilitando ainda o surgimento de um movimento politicamente mais radical e questionador quanto as estruturas sociais dentro do espaço religioso, socialmente protegido e respeitado pelo Estado.

As mudanças ocorridas na sociedade brasileira fomentaram uma transformação no posicionamento e nas ações da Igreja Católica. Frente ao acirramento das tensões sociais uma parte do clero começou a abandonar a postura de mediadora e apaziguadora dos conflitos entre a população e o Estado e passou a escutar e se engajar nas reivindicações e lutas sociais. É dentro deste contexto que as reformas internas promovidas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) são recebidas pela Igreja no Brasil, por meio deste concílio deu-se início a um processo de abertura da Igreja para fiéis e, também, o abandono de certos usos e costumes tradicionalistas que possuíam um alto caráter hierarquizante.

Este período se trata de um momento histórico bastante complexo,

mesmo com as transformações mostradas acima, a Igreja brasileira se mantinha aliada ao Estado. O presidente Juscelino Kubitschek participou de encontros promovidos pela Igreja Católica na região nordeste do país, onde destacou a importante participação da Igreja no processo de criação de organizações como a Operação Nordeste (OPENE) que viria a se tornar a SUDENE. Jânio Quadros decretou o financiamento público por cinco anos da Rede Nacional de Emissoras Católicas (RENEC). Quando da posse de João Goulart em decorrência da renúncia de Jânio Quadros, a Igreja se manteve em silêncio no tocante à legitimidade do novo governo.

Pierucci, Souza e Camargo (1995) apontam que os documentos da CNBB referentes a este período versavam sobre as reformas de base, propostas pelo governo, de forma positiva. Em um documento emitido pela Comissão Central da CNBB em 1963, os Bispos apresentaram o cenário brasileiro de forma bastante crítica, apontando que as desigualdades sociais impediriam o alcance da paz e que no Brasil as camadas populares se encontravam excluídas do processo de desenvolvimento. O documento da CNBB pode ser interpretado enquanto uma carta de apoio dos Bispos brasileiros às reformas realizadas pelo Governo Goulart. Todo este processo não ocorreu de modo uniforme dentro da hierarquia clerical, os integrantes mais militantes da JUC foram advertidos por seus posicionamentos mais radicais. O Cardeal do Rio de Janeiro Dom Jaime Câmara se posicionou abertamente contrário a algumas ações e posicionamentos das juventudes católicas. Em seu programa de rádio chegou a afirmar que o MEB estava contaminado pelo credo vermelho, que os comunistas infiltrados estariam deturpando as encíclicas para produzirem bandeiras políticas.

É interessante notarmos que as críticas de Dom Jaime se referem a pessoas sendo influenciadas, portanto, o Cardeal absolveu, de certa maneira, os integrantes da instituição que se deixaram levar pelas influências dos infiltrados na Igreja. Este posicionamento pode ser analisado como uma tentativa de preservação da Igreja, culpabilizando os infiltrados pelas ações mais contestadoras assumidas pelos fiéis jovens e alguns membros do clero.

Do mesmo modo que setores progressistas da Igreja cresciam no tocante a sua atuação política, é importante destacar que o catolicismo era a maior denominação religiosa no Brasil no momento, portanto seria um tanto quanto ingênuo supor que os integrantes católicos conservadores não fizessem oposição às

posições políticas assumidas pelos movimentos integrantes da Ação Católica Brasileira, ou mesmo que esta estivesse composta de maneira homogênea. Os grupos conservadores também se organizavam, prova disto foram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, movimentos apoiados por Dom Jaime Câmara.

A história das relações entre o Estado brasileiro e a ICAR é elemento fundamental para a compreensão da sociedade brasileira e suas transformações. No que diz respeito ao golpe de Estado que estabeleceu a ditadura militar, a ICAR cumpriu papel insigne para a legitimação ideológica do processo, bem como, e contraditoriamente, atuou em favor da promoção dos direitos humanos, em situações adversas. O papel legitimador da ICAR estava vinculado à perspectiva anticomunista, muito fortalecida durante as décadas de 1930-1950. Entre 1950-1965, emergiu um conjunto de bispos, sacerdotes e leigos que foram arautos desse anticomunismo, e que terminaram por servir a manobras ideológicas, até mesmo conduzidas com apoio da Central Intelligence Agency (CIA), do governo dos Estados Unidos, como foi a Cruzada do Rosário em Família, com a presença do padre Patrick Peyton. Essa cruzada, o movimento Sociedade Tradição Família e Propriedade, a presença de bispos integralistas, como o arcebispo de Diamantina (MG) Dom Geraldo de Proença Sigaud, o bispo de Campos (RJ) Dom Antonio Castro Meyer, intelectuais católicos, como Gustavo Corção e Leonildo Tabosa, explicam o apoio que antecedeu imediatamente o golpe, bem como o colaboracionismo que existiu após a instalação da ditadura militar. (BRASIL, 2014, p. 157-158).

O golpe militar que deu início a Ditadura no Brasil evidenciou ainda mais as cisões presentes no interior da Igreja, enquanto alguns integrantes do clero saudavam o novo regime, outros se posicionavam contrários. Estas cisões alcançaram também a CNBB, o órgão demorou mais de um mês para se pronunciar sobre o acontecimento, no documento declarava apoio aos militares que combatiam o comunismo no país, assim como reafirmava a aliança com o Estado se pondo à disposição para auxiliar na ação governamental, mas afirma a necessidade do direito de defesa dos acusados.

Neste momento a Ação Católica se tornava alvo da repressão, pois era considerada pelos militares como uma organização comunista e subversiva, a repressão do Estado surtiu efeito, após algum tempo a hierarquia católica retirou o apoio institucional ao movimento. Os anos da Ditadura Militar foram marcados por estas contradições aqui demonstradas; o relacionamento com o Estado mudou, por se tratar de um golpe, os militares se auto validavam, contudo, em um país onde a Igreja Católica era uma instituição fundamental na vida brasileira, os golpistas não

poderiam travar uma guerra oficial contra ela.

A Igreja continuou declarando seu apoio aos ditadores, celebrando missas de comemoração dos aniversários do golpe, ou como chamavam, da revolução de 1964. Contudo no decorrer da década ocorreram confrontos entre o Estado e a Igreja, mas ao analisarmos os eventos históricos de domínio público é possível afirmarmos que estes confrontos ocorriam por questões pontuais, a Igreja se opôs sim à violência do Estado, condenando o extremismo do momento, às perseguições políticas e à tortura, principalmente quando os filhos das classes médias urbanas e das elites passaram a constar nas listas dos desaparecidos, mas não condenava a motivação dos militares, a Igreja continuou propagando seu discurso anticomunista.

O golpe militar de 1964 correspondeu aos desejos de um grupo numeroso da hierarquia e do clero católicos. Liderados pelo cardeal dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, por dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e por monsenhor Sigaud, bispo de Diamantina, os setores conservadores apoiaram a deposição do presidente João Goulart certos de que somente a ação dos militares seria capaz de frear a expansão do comunismo e preservar a ordem moral no país. Também temiam o avanço das ideias progressistas, emanadas do concílio Vaticano II e orientadas, no Brasil, pelo arcebispo de São Paulo, Carlos Carmello Motta, pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro, dom Hélder Câmara e pelo arcebispo de Aracaju, dom José Távora. Ideias que exprimiam a crença em uma vivência evangélica que só se completaria pela luta por uma ordem social mais justa, contra a degradação da condição humana. (BRASIL, 2014, p. 396).

Católicos que assumiam um projeto de defesa dos pobres e oprimidos, principalmente os que propunham ações mais radicais passaram quase que automaticamente a sofrerem perseguições e repressões do Estado. A Igreja oficialmente, por meio da alta hierarquia, se posicionou favorável ao novo regime; contudo a partir do ano de 1967 começou a aumentar o número de clérigos e leigos que questionavam e discordavam e até faziam oposição ao regime ditatorial. De forma geral os atritos com o Estado se agravaram pelo posicionamento assumido em questões referentes à realidade agrária e a defesa da população indígena.

O apoio ao novo governo, ainda que não retirado oficialmente, começa a ser questionado com maior força, principalmente quando os militares começaram a investigar e prender integrantes da Igreja, como a prisão de monges beneditinos de Campinas, por terem permitido a realização de um encontro

clandestino da UNE em seu mosteiro; a partir deste momento ganha força a defesa dos perseguidos políticos.

Fazia parte do projeto desenvolvimentista do governo o crescimento da economia agrária, sendo as terras indígenas objeto de desejo das elites rurais e parte importante do projeto de expansão da produção adotado pelos militares. Há tempos que a questão da reforma agrária se fazia presente nos documentos da Santa Sé, nas encíclicas aqui já mencionadas foram abordadas questões a respeito da função social da propriedade, claro que não se tratava de um posicionamento revolucionário que visasse uma transformação completa da estrutura fundiária. Contudo, em um país de bases escravocratas onde as oligarquias rurais sempre foram reconhecidas pelo Estado enquanto um grupo de grande superioridade em relação ao resto da nação, somente a menção deste pensamento já seria responsável por causar um imenso estrondo.

Como já foi abordado aqui, a Igreja Brasileira enfocou grande parte da ação do laicato nas áreas rurais, incentivando o sindicalismo rural, lutando contra os contratos de trabalho injustos com alto teor exploratório; contudo os militares ainda tinham um forte interesse pelo controle do território amazônico. Incentivada pelas encíclicas papais a Igreja fortaleceu sua atuação no campo e com o aumento da violência tanto por parte dos grandes proprietários rurais, quanto por parte do Estado que promoveu verdadeiras chacinas visando a desapropriação de terras de comunidades indígenas e da agricultura de subsistência, os movimentos católicos passaram a se engajar ainda mais, não só no sentido da defesa destas parcelas da população, mas do enfrentamento e combate às ações do Estado, fundando no ano de 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) durante um encontro de Bispos convocados pela CNBB.

As questões camponesa e indígena tinham relação direta com o projeto de desenvolvimento que era ensejado pelos governos militares. Como a ICAR desenvolvia uma pastoral em favor da promoção humana e da justiça social, entendia que o desenvolvimento precisava estar apoiado no desenvolvimento das comunidades e dos seres humanos, como preconiza a Carta Encíclica *Populorum Progressio*, de 1967, e se ateuve à defesa dos direitos das populações. Com isso, tornou-se um elemento destoante para os planos do regime. (BRASIL, 2014, p. 164).

A encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI, publicada em 1967 se diferencia um pouco das demais aqui estudadas, podemos delimitar

enquanto tema geral as relações entre nações para o desenvolvimento, o que se faz interessante destacar é o fato de que ainda que estejam presentes algumas ideias já trabalhadas, como o respeito à soberania dos governos, a preocupação com a possibilidade de insurgências sociais geradas pela desigualdade. Estas questões são minorizadas, sendo apenas citadas, dando destaque para a importância de um desenvolvimento geral nas nações, tanto do campo econômico quanto do campo social, criticando o acúmulo exacerbado de capital. Ainda, o Papa defende a formação de um Fundo Mundial para auxiliar os países mais necessitados e que deveria ser “sustentado por uma parte da verba das despesas militares”.

Outros dois pontos de extrema importância para a compreensão do momento, encontrados nesta encíclica são, primeiro, uma crítica, ainda que suave, aos nacionalismos apontando que este sentimento acaba por isolar as nações, questão que atacava diretamente o discurso dos militares, que justificavam o golpe em nome da defesa da nação e buscavam no nacionalismo forçado produzir um apoio entre a população e segundo, ainda que reafirma a posição tradicional da instituição de ser contrária às revoluções, o documento apresenta uma exceção, “salvo casos de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse o bem comum do país”, neste caso se enquadrava perfeitamente a situação brasileira.

Com base nos documentos do II Encontro do Episcopado Latino-Americano em Medellín, parte da Igreja brasileira passou a focar as suas ações em dois pontos, a defesa dos pobres e oprimidos e os trabalhos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB). No bojo desta transformação emergem as CEB's, que traziam novas ideias a respeito da participação dos católicos na sociedade, pregando um engajamento político em prol das lutas sociais e promovendo uma maior valorização do coletivo e da atuação dos grupos em suas comunidades e na sociedade em geral.

Esse é um processo de profundo significado sociológico: a ampliação da esfera religiosa vai imprimir um novo padrão de interação social, uma vez que a prática religiosa acontece não apenas *no mundo*, mas num processo inevitável *para fora*. É um processo que traz ainda duas outras características significativas para imprimir uma mudança nas relações sociais mais amplas: esse novo *ethos* religioso não só promove nova possibilidade de identidade a partir mesmo da prática religiosa, quando os militantes passam a ser identificados essencialmente como “católicos”, como traz o sentimento de pertencimento proveniente dessa identificação que leva à ação

efetiva. Pedindo emprestada a categoria de Tilly, poder-se-ia mesmo dizer que foi o início do *catnet* na esfera religiosa brasileira, uma vez que havia identidade enquanto “categoria”, os católicos, que começavam a se organizar em “redes” para a ação social. Mas para que tal processo fosse possível, era fundamental a fé relacional que se discutia no capítulo anterior. Vale dizer, a fé deixa de ser monológica e passa a ser dialógica, num processo que implica a necessidade de interação com o outro impessoal no coletivo. É esse processo que possibilita finalmente estabelecer uma afinidade eletiva entre religião e contexto mais amplo. (PAIVA, 2010, p. 176, grifo autor).

As Comunidades Eclesiais de Base encontravam apoio nos documentos produzidos pelo Concílio Vaticano II, dando orientação às Igrejas espalhadas pelo mundo, as CEB's foram compreendidas enquanto um meio de atuação no projeto católico de ampliação da participação do laicato na missão evangelizadora e de reforma das sociedades, atuando em prol da defesa dos pobres e excluídos.

Com o advento do Concílio Vaticano II, diversos grupos, compostos em sua maioria por leigos que já se formavam e lutavam pelo reconhecimento e validação da Igreja, como a Juventude Estudantil Católica, a Juventude Universitária Católica, a Juventude Operária Católica, as pastorais sociais e as próprias Comunidades Eclesiais de Base, puderam finalmente alcançar sua legitimidade e acabaram por criar um espaço para o desenvolvimento de um catolicismo progressista no Brasil, engajado politicamente com as causas sociais em prol dos direitos individuais e da superação das desigualdades sociais.

As Comunidades Eclesiais de Base começaram a surgir em diversos países da América Latina nos anos 60, portanto, a partir do Concílio Vaticano II, no qual a Igreja Católica redefiniu substancialmente sua orientação naquilo que afeta o dia-a-dia do católico, não somente em termos meramente ritualísticos e de doutrina espiritual, mas sobretudo no que diz respeito à maneira como o cristão deve colocar-se no mundo profano. (PIERUCCI e PRANDI, 1996, p. 68).

Foi justamente no interior das Comunidades Eclesiais de Base que as ideias progressistas católicas e até mesmo os movimentos sociais encontraram um terreno fértil e seguro para se desenvolverem. Com o Golpe de 1964 que deu início à ditadura militar no Brasil, o que se viu foi o cerceamento das liberdades individuais e a continuidade do agravamento das desigualdades sociais as Comunidades Eclesiais de Base se constituíram enquanto um espaço dentro da sociedade que possibilitou e incentivou um debate a respeito da liberdade e da

igualdade possibilitando a formação e articulação de movimentos sociais, tendo nas palavras de Pierucci e Prandi (1996, p. 70) como princípio teológico “a forte relação entre a fé e a vida”.

As CEB's aglutinavam os fiéis de diferentes grupos sociais, parte de sua prática consistia em conversas e debates a respeito das realidades sociais, pautados nos ensinamentos da Igreja, portanto, com as publicações de encíclicas que cada vez mais ampliavam o espaço dado à importância de um engajamento social em defesa das parcelas excluídas da população enquanto único meio de se alcançar o reino de Deus na Terra, os integrantes passaram a refletir sobre os meios e as estratégias de atuação para superar questões como a pobreza, a fome e a exclusão social. Todas estas questões possibilitaram que houvesse um maior engajamento político dos leigos, abrindo caminho para atuações mais organizadas e especializadas e para a formação de pastorais sociais como a da terra, do negro, do índio, do operário e outras.

Referir-se ao inimigo é uma maneira usual da religião afirmar a própria identidade. Assim como os pentecostais publicizam em cânticos, orações e testemunhos infundáveis, hoje presentes na televisão o tempo todo, sua aversão ao demônio, as CEBs dão o mesmo tratamento às elites econômica e política que detêm o poder opressor. No lugar do tradicional opositor sobrenatural, o velho diabo, esse catolicismo coloca a classe social concreta: o mal é a burguesia e seu sistema econômico de exploração. O pecado é a exploração do homem pelo homem, e a medida do pecado tem nome: a mais-valia marxista. Assim, a única forma de superar o pecado está na abolição da sociedade de classes e, assim, a religião só pode ser revolucionária [...] (PIERUCCI e PRANDI, 1996, p. 70-71).

O que se tornou uma das principais características da Teologia da Libertação e também um *modus operandi* dentro das Comunidades Eclesiais de Base foi o alto grau de envolvimento político quanto à defesa das camadas populares e dos movimentos sociais de cunho progressista. Ainda, a Teologia da Libertação se desenvolveu na América Latina em um período histórico marcado por regimes ditatoriais altamente violentos e opressivos. Este movimento trouxe uma nova compreensão a respeito da atuação da Igreja, mesmo com outros movimentos que se engajavam na sociedade pautados na Doutrina Social da Igreja, a Teologia da Libertação possuía uma perspectiva diferente no tocante à população, enquanto a maioria dos movimentos católicos olhavam para a imensa desigualdade social com piedade e propunham quase que uma tutela das camadas sociais

marginalizadas e pregavam enquanto solução, ações caritativas e de solidariedade, a Teologia da Libertação possuía uma perspectiva mais enfática, a Igreja deveria buscar a libertação da população explorada por meio da conscientização dos próprios sujeitos, para estes serem capazes de se tornarem agentes da transformação, nos termos do pensamento de Karl Marx, possibilitar a passagem da classe em si para a classe para si.

A comunidade atua como agente educativo, é também escola, e não se cansa de organizar cursos, clubes de leitura, debates, fóruns e grandes eventos em que também se reza, mas nos quais mais se discute, se ensina e se aprende. E certamente desperta consciências e talentos ocultos. (PIERUCCI e PRANDI, 1996, p. 71).

Do mesmo modo que durante séculos, como foi demonstrado anteriormente, a Igreja Católica utilizou da sua capacidade educacional para promover o consenso em prol dos grupos dominantes, para inculcar a subalternidade e subserviência na população, parte dos integrantes do clero brasileiro souberam se utilizar da mesma ferramenta para aproximar os fiéis de uma visão teológica emancipatória, em um dos momentos mais sombrios e bárbaros da história do Brasil. Com a posse de Dom Paulo Evaristo Arns como Arcebispo Metropolitano do Estado de São Paulo em 1970, a Igreja paulista passa a se constituir enquanto um centro de resistência à Ditadura Militar. Em 1972 foi fundada a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), que iniciou uma ação buscando o registro das violências do Estados; a CBJP registrava as prisões dos militantes contrários ao regime a fim de combater os assassinatos dos presos políticos, ainda Dom Evaristo Arns foi ao DOI-CODI e ao presídio Tiradentes diversas vezes com o objetivo de constatar a realidade e as violações para denunciá-las às autoridades competentes (BRASIL, 2014, p. 397).

Segundo o Relatório da Comissão da Verdade, a Comissão se reunia na casa de Dom Evaristo Arns por questões de segurança, organizavam uma base de dados das pessoas que sofreram violações por parte dos militares, ainda, estas ações de vigilância e enfrentamento acabaram por configurar a CBJP enquanto um espaço de acolhimento. Era procurada por milhares de famílias pedindo ajuda e informações. As ações do Arcebispo serviram para fortalecer outros espaços de resistência e engajamento na luta política.

Além da CPJ, a comunidade eclesiástica (principalmente em São

Paulo) também passou a oferecer amparo aos resistentes. As igrejas e pastorais se tornam espaços privilegiados de reuniões populares de reivindicação social. Eram espaços utilizados, sobretudo, pelos moradores de periferia. As discussões eram voltadas para questões cotidianas que afetavam parcelas da população não agraciadas pelo “milagre econômico”. A vida era difícil. Transporte, educação, saúde, creches, saneamento básico e alimentação de qualidade eram suas principais pautas políticas. (BRASIL, 2014, p. 397-398).

A Igreja Católica no Brasil se constituiu enquanto um importante espaço para a sobrevivência da oposição à Ditadura Militar, ainda que tenha tido membros, clérigos e leigos, perseguidos e até assassinados, a Igreja ainda se consistia em uma instituição de extrema importância na vida da população, portanto, gozava de respeito popular e conseqüentemente do governo, as ações dos militares contra membros da Igreja não foram significadas enquanto ataques à instituição religiosa e sim contra “integrantes comunistas”, deixando clara uma separação entre os indivíduos e a religião em si. Justamente por isso, a Igreja ainda pôde oferecer um espaço seguro para o desenvolvimento de ideias progressistas e até revolucionárias, favorecendo, por meio de suas pastorais, o desenvolvimento de movimentos de contestação ao regime, também possibilitou o nascimento e a sobrevivência de movimentos sociais, que através de encontros clandestinos nos “porões” das igrejas encontraram um espaço relativamente protegido para o seu desenvolvimento.

A necessidade de mobilização clandestina se dava, pois o período que compreende o final da década de 1960 até a metade da década de 1970, o Governo Militar intensificou, em muito, suas ações de violência e opressão - com o Ato Institucional número 5 (AI-5) ficavam proibidas manifestações públicas. Este momento, que ficou marcado na história como os “anos de chumbo” alteraram o cenário do enfrentamento à ditadura. Com a proibição se tornava impossível promover mobilizações públicas de combate, portanto a resistência à Ditadura passou a se organizar, parte pelos grupos armados de esquerda, a Igreja continuava a fazer suas denúncias nas missas e em outras oportunidades, contudo já não havia mais a possibilidade de se organizar publicamente, a austeridade do momento não permitia ações pacíficas.

No período abordado, o quadro de fiéis da Igreja Católica estava composto por trabalhadores assalariados, estudantes universitários e integrantes das camadas populares, urbanas e rurais, que consistiam exatamente nas parcelas

da população que eram mais afetadas pela aplicação de políticas de recessão, com as reduções salariais em decorrência da crise do petróleo e do fim do período que ficou conhecido como Milagre Econômico.

É somente a partir do ano de 1975 que voltam a ganhar força as mobilizações populares, o jornalista Vladimir Herzog foi torturado e morto pelos militares no DOI-CODI, as autoridades oficiais tentaram justificar o ocorrido com uma versão obviamente mentirosa, segundo eles o jornalista havia cometido suicídio. A versão oficial não foi aceita por parte da população, mais mobilizada e organizada, que mesmo com todos os medos e inseguranças participaram de uma celebração religiosa ecumênica realizada na Catedral da Sé em São Paulo, este foi o maior evento público realizado desde 1968 quando da instauração do AI-5, apesar de se tratar de um evento religioso, considerando as motivações, mesmo sem faixas, bandeiras ou palavras de ordem este ato se caracterizou enquanto uma ação política, que demonstrava pelo volume de pessoas ali presentes a revolta com o ocorrido.

Herzog foi mais uma pessoa brutalmente assassinada pelos militares brasileiros dentre as milhares, contudo a sua morte foi capaz de reunir e concentrar setores heterogêneos da sociedade que mesmo frente ao medo se juntaram aos demais para prestar homenagem ao jornalista, promovendo um evento que oficialmente não levantava nenhuma bandeira política, mas que possuía um silêncio que gritava à sociedade brasileira que a Ditadura Militar não seria mais tolerada mesmo com a violência e a opressão do Estado.

Entretanto, faz-se necessário destacar que a adesão à Teologia da Libertação não ocorreu de forma generalizada dentro da Igreja, ou mesmo o engajamento político promovido pelas parcelas progressistas. Em paralelo à Teologia da Libertação surgiu um outro movimento, a Renovação Carismática Católica (RCC), que também se pautava no Concílio Vaticano II para se organizar e tinha enquanto estratégia de atuação a participação do laicato. O que a chegada da Renovação Carismática Católica no Brasil nos demonstra é que a Igreja Católica é composta de uma forma tão plural e heterogênea quanto seus fiéis. Enquanto se desenvolvia dentro de algumas igrejas ações de debate político e de engajamento social em defesa da população e dos direitos humanos, em outro se desenvolviam grupos de oração que promoviam uma religiosidade absurdamente individualizada e apática quanto à participação em lutas sociais, especialmente se envolvessem

qualquer ideia de cunho progressista e questionador quanto à política e ao Estado.

Na década de 60, no seu processo de adaptar-se aos novos tempos, no *aggiornamento*, a Igreja se encontrou num caminho de mão dupla: de um lado fermentou as ações da esquerda e liderou uma importante mudança institucional que foi confirmada pelo Concílio Vaticano II e que significou importante passo na direção de uma elaboração teológica mais voltada para os problemas sociais, a teologia da libertação; de outro, foi tomando a trilha mais conservadora que veio a dar na Renovação Carismática. (PIERUCCI e PRANDI, 1996, p. 61).

Ambos os movimentos citados procuraram desenvolver dentro do campo religioso brasileiro seus ideais e suas práticas, encontrando sua validação no Concílio Vaticano II. Tanto a Teologia da Libertação quanto a Renovação Carismática Católica encontraram certos entraves dentro da hierarquia católica, promovidos por integrantes avessos à atualização da Igreja e que lutavam pela manutenção das tradições e dos costumes. Este é outro elemento que nos possibilita melhor compreender a multiplicidade de pensamentos e posicionamentos políticos existentes dentro da Igreja Católica; a RCC surgiu como uma alternativa de reforma da atuação pastoral da Igreja, ainda que propondo novas formas de expressão da vivência religiosa em seu conteúdo, seus significados eram, em muito, conservadores, mas, mesmo assim não foi capaz de constituir enquanto uma escolha hegemônica dentro das camadas conservadoras da Igreja.

Como foi citado acima, a Renovação Carismática Católica propunha transformações na vivência religiosa e nas expressões da fé dando a ela características muito similares às encontradas nos movimentos pentecostais, sendo esta considerada pelos estudiosos do tema como uma forma de pentecostalismo católico. Os espaços de socialização dentro da RCC não alteravam profundamente as práticas que já vinham sendo adotadas pela Igreja no Brasil, se organizava por grupos divididos e por critérios de idade e identificação, assim como as Juventudes Católicas e os grupos adultos. Contudo propunha uma profunda transformação nos temas e assuntos de debates, sua proposta promovia um esvaziamento aparente de temas políticos, sendo focados nas experiências de fé e nos ensinamentos bíblicos, compreendendo, todavia, que tanto a fala quanto o silêncio se constituem enquanto expressões de significados.

A proposta de um movimento religioso que se dizia apolítico era na realidade a proposta de um movimento religioso de posicionamento político em favor

do Estado - não questionar a realidade, principalmente no momento vivido, era aceitá-la e conseqüentemente promover a convivência dos fiéis com o que estava acontecendo.

Próximo dos anos finais da Ditadura Militar no Brasil, a Renovação Carismática Católica já registrou um forte crescimento enquanto a Teologia da Libertação começava a sofrer perseguições promovidas pela própria Igreja. Estas transformações ocorridas no interior da Igreja Católica acabam sendo um reflexo das mudanças ocorridas na sociedade brasileira. Com o crescimento da urbanização, os laços sociais característicos do universo rural se quebram, ao mesmo tempo em que com o avanço do neoliberalismo aumentam na população os sentimentos típicos do capitalismo de constante disputa e um estranhamento do próximo que gera o medo, marcados por um forte individualismo egoístico.

Ao se declararem uma nova forma de ser igreja, esses líderes estão, ao menos ao nível do discurso, negando um tipo específico de organização social paralela que parece caracterizar esses chamados “movimentos religiosos” dentro da Igreja Católica, e estão declarando que querem reorganizar toda a Igreja segundo seu novo projeto. A rejeição da etiqueta movimento expressa, tal como no projeto das CEBs e dos católicos da Teologia da Libertação, o desejo de abarcar toda a Igreja e não ser algo marginal com uma organização paralela. Por ambas tendências terem projetos encompassadores que visam abranger toda a Igreja, entende-se porque a Renovação e as CEBs se percebam como forças antagônicas. (MARIZ, 2003, p. 175).

A Renovação Carismática Católica assim como a Teologia da Libertação, defendia a ampliação do poder e dos espaços de atuação dos leigos dentro da Igreja Católica, contudo suas concepções divergiam muito quanto ao tipo de ação na sociedade esperada de seus fiéis. A Renovação Carismática Católica defendia conceder mais responsabilidades aos leigos nos processos organizacionais e principalmente em ações de evangelização, mas promovia um discurso contrário ao envolvimento em questões políticas. Para o movimento carismático, o envolvimento com a defesa dos movimentos sociais e a priorização das camadas populares é uma forma de desvio do verdadeiro sentido da Igreja, a religiosidade em si. A crítica feita à Teologia da Libertação fica mais fácil de ser compreendida quando consideramos que os adeptos da Renovação eram em sua maioria integrantes das classes médias urbanas como aponta Boschini (2014).

Ainda, a força do projeto com o qual a Renovação Carismática Católica chegou à Igreja lhe garantiu um espaço privilegiado no catolicismo, parte do

plano de ação para a expansão do movimento consistiu na conquista de meios de comunicação social (rádios, emissoras de televisão, editoras, etc.), que facilitaram que sua mensagem chegasse a mais espaços dentro do território brasileiro, com isso é possível afirmarmos que a Renovação Carismática Católica conseguiu conquistar maior espaço e força dentro da Igreja Católica.

O papa, de fato, se mostrava bastante alinhado às tendências carismáticas e bem distante da opção pelos pobres da Teologia da Libertação. Ainda que muitos bispos, padres e teólogos se tinham mostrado opostos à Renovação, não há como negar que a Igreja oficial tinha sim abraçado um projeto de mudança. (PIERUCCI e PRANDI, 1996, p. 62-63).

A Teologia da Libertação encontrou uma forte desaprovação por parte do Vaticano, que promoveu diversas ações para conter seu crescimento e minar os espaços conquistados, entre elas podemos citar as trocas de bispos e padres, que acabaram enfraquecendo o apoio concedido pelo bispado ao movimento, além da divisão de dioceses e paróquias, que procuraram coibir a aglomeração de fiéis que compartilhavam de pensamentos do catolicismo progressista. Empreenderam, também, uma vigilância nos seminários e encontros de grupos da Teologia da Libertação, no sentido de controlar os conteúdos debatidos nestes locais.

Essas medidas começaram a atrapalhar os passos da Igreja popular. Seminários vigiados, teólogos desautorizados, livros censurados, troca de bispos, divisão de grandes e progressistas dioceses e paróquias. Muitos foram os fatores que convergiam para o enfraquecimento da Igreja popular, um deles, sem dúvida, o próprio processo de desmobilização da sociedade brasileira que coincide com a transição democrática, que implicou uma nova ordem política-partidária. (PIERUCCI e PRANDI, 1996, p. 62).

As ações acima citadas foram suficientes para sufocar a Teologia da Libertação no Brasil, há que se destacar que a Renovação Carismática Católica ofereceu à Igreja uma forma de expressão e vivência religiosas que não colocavam a instituição em desagrado com as classes dominantes, muito menos com o Estado. O discurso aparentemente apolítico nada mais é do que uma posição profundamente política, a posição de ficar ao lado do mais forte, de não contrariar o sistema vigente e ao mesmo tempo, de acalmar os ânimos dos fiéis, retornando

mais uma vez para o papel de mediadora dos conflitos, o papel de controle da população e de formação de um consenso favorável ao Estado e seus aliados.

Há algumas questões que podem ser levantadas que demonstram que o desenvolvimento da Renovação Carismática Católica no Brasil pode ter sido favorecido pela Igreja enquanto um projeto de combate aos movimentos progressistas católicos. A RCC chega ao Brasil no ano de 1969, momento em que a repressão da Ditadura Militar se encontrava com grande força e violência, este movimento se apresenta enquanto puramente religioso e preocupado com as questões da fé, oferecendo um discurso esvaziado, aparentemente, de militâncias políticas, além de produzir uma crítica ao engajamento do laicato católico com estas questões, se opondo claramente às práticas encontradas nas Comunidades Eclesiais de Base.

A Renovação desde o início deixou claro o seu interesse pela camada jovem dos fiéis, parcela do laicato que estava fortemente engajada nas ações da Igreja no Brasil, visto a forte movimentação dos grupos como JAC, JEC, JIC, JOC e JUC, portanto é analisado que este movimento se propunha enquanto uma alternativa de envolvimento da juventude católica, enquanto grupo etário, oferecendo a ela atuações dentro dos Grupos de Oração.

Em entrevista concedida à pesquisadora Brenda Carranza, um dos padres, Haroldo Rahm relatou que começou as suas atividades no Brasil ministrando cursos com o objetivo de reunir integrante da Juventude Universitária Católica e da Juventude Operária Católica (CARRANZA, 2000); portanto, além da Renovação Carismática Católica objetivar se apresentar enquanto uma alternativa para as camadas jovens da Igreja que talvez não se sentissem cativadas ou pertencentes aos movimentos progressistas, as ações de estabelecimento do movimento visavam angariar jovens que já integravam outros movimentos católicos, ou seja, atrair aqueles que haviam caminhado para os movimentos mais questionadores, reconquistar os jovens da JUC que já haviam perdido o apoio institucional ao grupo.

Outro fato histórico que chama a atenção é que a Renovação Carismática chega no país com a vinda de dois padres jesuítas, na cidade de Campinas no estado de São Paulo, estado este que de acordo com as pesquisas realizadas se consistia em um espaço onde o clero, de forma geral, se posicionava fortemente contra a Ditadura Militar, estado este, onde a Igreja teve um importante papel de combate ao regime e de proteção aos grupos que enfrentavam o governo

militar. Ainda, os padres que traziam a RCC chegaram na cidade Campinas, a mesma cidade onde dois anos antes os militares haviam prendido um grupo de monges beneditinos por permitirem a realização de um encontro clandestino da União Nacional dos Estudantes, evento que ficou para a história enquanto um marco do processo de envolvimento do clero católico no combate às ações do Estado.

Como foi dito neste trabalho, a Renovação Carismática Católica se apresentou para a Igreja enquanto um projeto que era capaz de promover a modernização da religião em seus rituais e práticas, mas que não possuía uma proposta de reformar os discursos e as posições oficiais que a instituição sempre defendeu. Tanto a Teologia da Libertação quanto a Renovação Carismática Católica, são movimentos de modernização da Igreja que encontraram sua validação no Concílio Vaticano II.

No Brasil, estes movimentos coexistiram em um mesmo espaço de tempo, podendo ser considerados enquanto movimentos antagônicos que foram postos a disputar entre si o espaço na sociedade. Faz-se necessário destacar que estes movimentos têm origens diferentes, enquanto a Teologia da Libertação é um movimento latino-americano, a Renovação Carismática Católica nasce nos Estados Unidos da América. Isto proporcionou diferentes concepções de mundo e de religião, contudo, com ambos se desenvolvendo no território brasileiro, acredita-se aqui neste trabalho com base em análises já realizadas, que, ainda que não fosse motivação própria de suas origens, estes movimentos foram colocados em combate pela própria Igreja.

Próximo ao fim da Ditadura Militar, enquanto a Teologia da Libertação sofreu toda sorte de interferências do alto clero que propositalmente enfraqueceram e sufocaram o movimento, a Renovação Carismática Católica ganhou destaque com direito a elogios papais que garantiram a ela validação e espaço para se desenvolver. O Papa João Paulo II fez declarações de apoio a respeito da Renovação Carismática Católica em diversos momentos, em seus discursos enfatizava que via neste movimento (RCC) um caminho oportuno a ser seguido; o Vaticano incentivou o desenvolvimento da Renovação no Brasil, colocando-a em uma posição vantajosa em relação à Teologia da Libertação e demais movimentos progressistas, que se encontravam frente a múltiplos empecilhos construídos pelo alto clero da Igreja com o objetivo de exterminá-los.

A segunda metade da década de 1970, como foi falado, foi marcada

pelo retorno das mobilizações públicas contrárias ao regime militar, Ernesto Geisel assumiu o poder no ano de 1974 já com uma proposta de abertura do governo, desenvolvendo um processo gradual, lento e seguro, na concepção dos militares. A realidade é que os ditadores já haviam percebido a impossibilidade de se manterem no poder por muito mais tempo, pois já estavam perdendo o apoio de muitos setores da sociedade; assim tomaram para si a iniciativa de promover a abertura política antes que fossem depostos, esta atitude lhes possibilitava escolher o modo como sairiam do governo.

Assim, o general Ernesto Geisel, em um primeiro momento, assumiu a iniciativa de executar medidas que atenuariam a opressão política: o abrandamento da censura à imprensa, a revogação de parte da legislação repressiva (o AI-5 e o Decreto-Lei nº 477), o restabelecimento do habeas corpus e a abolição das penas de morte, prisão perpétua e banimento, em um percurso projetado para se iniciar em seu governo (1974-1978) e perdurar pelo mandato de João Figueiredo (1979-1985). Entretanto, a tarefa do presidente não estava desprovida de maiores atribulações. Evidentemente, responsabilizar-se pela condução de medidas liberalizantes não representava nenhum ato político de maior benevolência ou ímpeto democrático. Essas medidas significavam, antes de tudo, uma estratégia de saída dos militares do governo, salvaguardados em sua posição política no novo regime. (BRASIL, 2014, p. 402).

Os militares além de estarem temerários com a possibilidade de que um rompimento abrupto do regime ditatorial pudesse abrir espaço para que eles fossem julgados e penalizados por seus crimes, temiam que os agentes políticos de oposição ao retornarem ao Brasil alcançassem novamente o poder aumentando os riscos de serem responsabilizados por seus atos. Dessa forma deu-se início a um processo de abertura com muita cautela e lentidão, promovido pelo próprio Estado. A realidade é que não havia consenso entre os militares a respeito da abertura política, divididos entre os “linhas duras” e os “moderados” havia aqueles que não apoiavam o processo, principalmente os que ocupavam os órgãos de segurança e tinham o desejo de permanecer no poder.

Contudo, as movimentações populares em prol da anistia, que posteriormente culminariam no movimento Diretas Já, aumentavam, constituindo-se enquanto um risco, na concepção dos “moderados” era melhor os militares saírem do governo controlando o processo do que serem derrubados. No ano de 1979 o governo aprovou a Lei da Anistia, fato que ocorreu com o intuito de salvaguardar os torturadores de punições por seus atos de violações dos Direitos Humanos, mas que

tinha como objetivo, também, garantir o controle do processo de abertura política pelos militares, como nos demonstra o Relatório da Comissão da Verdade, ao conceder a anistia aos políticos que foram exilados e logo em seguida pôr fim ao bipartidarismo. O governo pretendia enfraquecer a oposição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pois acreditavam que se permitissem seu retorno os mesmos iriam fundar seus próprios partidos, pulverizando a oposição ao invés de concentrá-la no MDB.

O período da reabertura política é um momento um tanto quanto complexo de se analisar, haviam diferentes agentes políticos atuando, sendo problemático estabelecer o real jogo de forças que possibilitou a sua realização, de um lado desde meados da década de 1970 aumentavam as mobilizações populares em prol da anistia e da redemocratização, sendo promovidas pelo Movimento Estudantil, pela Igreja Católica e outros agentes políticos além das pressões de organismos internacionais, sendo impossível negar a pressão popular. Contudo foi um processo idealizado e controlado pelo próprio governo militar ditatorial, portanto se deu enquanto uma ação do Estado. Ainda que este processo possa ser lido enquanto um reconhecimento da impossibilidade da manutenção do regime frente às pressões da sociedade, é extremamente significativo o fato de que os próprios ditadores tenham decidido quando e como sair.

Com a Ditadura Militar chegando ao fim e a criação de mais uma Constituinte, a Igreja voltou a trabalhar arduamente para mais uma vez conseguir alcançar a nova Constituição e garantir que esta contaria com a presença de seus ideais. Toda a atuação da Igreja para com o laicato no envolvimento em questões sociais, defesa da democracia, dos direitos humanos e demais agendas progressistas surtiram efeito no fazer da nova Constituição, a qual é chamada de Constituição Cidadã. Contudo, consideramos que estas questões se fizeram presentes muito mais pela mobilização da população do que por um desejo específico da instituição.

A CNBB, entidade que ficou caracterizada no período da Ditadura Militar no Brasil, enquanto um polo de defesa dos direitos humanos e da democracia, produziu um documento intitulado “Por uma nova ordem constitucional” onde propunha os temas e questões considerados necessários para nova constituição, que se destinava a “todos os homens e mulheres de boa vontade que, entre nós, lutam por uma sociedade justa e fraterna” (CNBB, 1986, p. 1).

Logo nas primeiras páginas do documento, os Bispos brasileiros apresentam a sua concepção sobre a nova constituição e seus significados, onde compreendem a necessidade da constituinte para que se possa, não somente oficializar a nova forma de governo, mas desenvolver um projeto de sociedade, marcado pela defesa dos direitos humanos, redução das desigualdades sociais – que em sua concepção são vícios de uma sociedade secularizada – e o desenvolvimento de uma democracia participativa. A Declaração Pastoral coaduna com as reivindicações de movimentos sociais organizados que se engajavam na criação de estruturas legais de instâncias de controle social, compreendendo o Estado a serviço da população.

A defesa pela participação popular no processo de criação da constituição e de mecanismos de garantia do controle social, possui mais de um caráter, além de reconhecer a necessidade de exercício da cidadania e de rejeição às ações ditatoriais e arbitrarias do Estado, a Igreja compreendia a importância do papel do laicato no tocante à defesa de bandeiras religiosas, sendo este um meio de atuação já testado que havia demonstrado grande sucesso nas constituintes anteriores. Portanto, defender a participação da população significava defender a criação de um canal de influência da instituição religiosa, por meio do qual seria capaz de levar suas demandas ao Estado.

No processo constituinte, que permitirá consolidar os avanços dos últimos anos, a Igreja deve colaborar, como parte da sociedade, numa busca que será de todo o corpo social. Ela não pretende que a Constituição seja confessional. Numa linha de coerência com a sua atuação até agora, ela trabalha para que se incorporem à nova Constituição os mecanismos e instrumentos democráticos – alavancas de transformação social – que permitirão a participação ativa da população nas decisões de interesse coletivo.

A Igreja realizará a dimensão social de sua pastoral à medida em que os cristãos, impulsionados pela fé, se mobilizarem para concretizar a vivência do amor em ações verdadeiras. Aproveitando toda a riqueza de que o processo constituinte é portador, a Igreja estará, assim, contribuindo para uma sociedade justa e fraterna, sinal e anúncio do Reino definitivo.

Muitas dioceses, movimentos leigos e outros organismos eclesiais vêm promovendo estudos, debates, encontros e assembléias sobre o processo constituinte. Também várias são as publicações, cartilhas e subsídios destinados à informação do povo cristão que se conscientiza a respeito da necessidade de participar na elaboração da nova Constituição. É necessário, porém, que esse movimento do povo cristão se amplie e se irradie, somando-se a outras iniciativas, para verdadeira mobilização de toda Nação. (CNBB, 1986, p. 4).

Ainda sobre a participação dos fiéis, o documento destaca a importância das eleições, ressaltando a necessidade de tomarem as “exigências da Fé” como critérios para a escolha dos candidatos, chamando a atenção para o fato de que a eleição para governador ocorreria de forma simultânea devendo os fiéis ficarem atentos para que ela não absorvesse a sua atenção, que deveria estar concentrada nas escolhas de candidatos à constituinte. Um ponto importante do discurso da CNBB é a construção da retórica a respeito do papel da cidadania política exercida pelo voto; no documento é expressa a concepção de que seria através das eleições para a Assembleia Constituinte que os fiéis agiriam enquanto cristãos, portanto, por meio do voto em candidatos que representassem os ideais católicos, que além do discurso tivessem “o testemunho de vida coerente com os valores cristãos”, que o laicato estaria trabalhando na obra cristã.

O documento ainda aborda outras questões a serem defendidas pelos fiéis, que seriam essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e fraterna, como o estabelecimento de um salário mínimo, o direito à organização de profissionais em sindicatos e o direito à greve, a proteção da população indígena e de seus territórios e a reforma agrária, questão esta que tem como norte a concepção da função social da terra, servindo a reforma como uma possibilidade de reorganização da realidade agrária. Sem condenar o direito natural da propriedade privada, o documento da CNBB, seguindo o que já havia sido expresso em algumas encíclicas papais, critica a grande concentração de terras nas mãos de poucos principalmente pela desigualdade gerada e pela exploração do trabalho que caracterizava (e ainda caracteriza) o agronegócio brasileiro.

Mas a Igreja conseguiu fazer com que outras questões, historicamente defendidas pela instituição, também compusessem a nova constituição, questões de caráter conservador que foram fortemente defendidas pela Liga Eleitoral Católica no período Vargas, referentes a questões morais como família, educação, direito reprodutivo, sexualidade e planejamento familiar. No tocante à Educação a Igreja manteve seu discurso de defesa do Ensino Religioso a ser ministrado por uma pessoa aprovada pelos representantes religiosos. Sobre as questões relacionadas à família, é justamente neste ponto que ficam mais claros os posicionamentos conservadores da Igreja - o documento defende a proteção à vida desde o momento da concepção, repudiando qualquer forma de controle de natalidade ou mesmo o aborto.

Mas o que se destaca são as concepções dos papéis sociais de gênero, o documento defende a escolarização das mulheres, a igualdade salarial, mas demanda ao Estado que a legislação garanta que elas possam frequentar o mercado de trabalho sem ter que abrir mão de seu papel fundamental de esposa e mãe, ainda, no tocante ao planejamento familiar, caracteriza este enquanto algo de direito e domínio dos esposos, não mencionando sequer a figura da mulher.

Os avanços da Constituição Federal de 1988 em relação à garantia de direitos e à ampliação do rol de direitos humanos são inegáveis. No entanto, no que diz respeito à separação Igreja/Estado pouco ou nada se avançou, pois se compararmos a atual Constituição com as anteriores, especialmente com a Constituição de 1891, verifica-se que esta talvez tenha sido a mais laica da história da sociedade brasileira. Isto porque, na Carta da República, a separação Igreja/Estado é muito mais nítida e clara do que na que está em vigor.

A atual Constituição de 1988 referencia Deus em seu Preâmbulo; dispõe sobre a colaboração entre as religiões e o Estado em ações de interesse público; concede imunidade tributária a templos de qualquer culto; prevê o ensino confessional nas escolas públicas; mantém o casamento religioso com efeitos civis; concede à família proteção especial etc (EMMERICK, 2010, p. 156-157).

Com o que foi exposto torna-se possível a afirmação de que a Igreja Católica brasileira trabalhou para mobilizar seus fiéis e participar da Assembleia Nacional Constituinte, mas o que se quer destacar é que a Igreja se fez presente como um todo neste processo, influenciando a Constituição Federal de 1988. Quando se afirma que ela participou como um todo, estamos nos referindo aos diversos grupos e blocos de poder que coexistiam na Igreja neste período; a atuação da instituição durante a Ditadura Militar ficou registrada na história e nos trabalhos científicos enquanto engajada politicamente pela defesa dos direitos humanos, da democracia e contrária ao regime ditatorial, esta imagem foi construída com base nas ações das Comunidades Eclesiais de Base, das diversas pastorais, além dos múltiplos grupos da Ação Católica Brasileira, que participavam da ala progressista da Igreja. Contudo, seria ingenuidade afirmar que os grupos conservadores teriam sido convertidos ao progressismo religioso em sua totalidade, assim como que haveria uma homogeneização dos fiéis.

A realidade é que dentro do quadro hierárquico da Igreja e mesmo dentro das fileiras de fiéis ainda existiam os grupos conservadores que promoveram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, os integrantes da Tradição, Família

e Propriedade (TFP) etc. Portanto a Igreja estava composta por integrantes pertencentes a blocos de poder com posições políticas e concepções de mundo antagônicas. Não se pode negar a importância da participação do laicato que para além da promoção de debates e conscientização da sociedade civil, por meio de sua mobilização popular foram responsáveis por pressionar os integrantes da constituinte, eleger candidatos que representavam as lutas e demandas políticas, garantindo inúmeros avanços na Constituição; contudo, não se pode negar, também, que os movimentos conservadores católicos também se encontravam organizados e conseguiram imprimir ideais conservadores à Constituição, principalmente no tocante a questões morais, impondo uma normatividade cristã à legislação referente à sexualidade, à família, ao direito reprodutivo da mulher etc..

Considerando todas as questões trabalhadas neste capítulo, agora iremos aprofundar as análises a respeito da relação da Igreja Católica com o Estado neste espaço de tempo, buscando problematizar os elementos que possibilitaram um período de mudança da atuação de setores da Igreja e as suas consequências para o *habitus* da população.

Nas décadas pós Estado Novo, o Brasil passou por diversas transformações econômicas, políticas e sociais, a saída de Vargas do governo, o fim da Segunda Guerra Mundial e conseqüentemente a reabertura do mercado externo foram elementos motivadores destas mudanças que repercutiram profundamente nas ações do Estado e na realidade, tanto política quanto social da população.

Com a abertura livre e indiscriminada do mercado para o capital externo, ocorreu um estrangulamento da indústria nacional resultando no fim da Política de Substituição das Importações desenvolvidas por Vargas, ainda, a entrada de um capitalismo internacional resultou em uma precarização ainda maior das condições de trabalho, ampliando a pobreza e deixando ainda mais austeras as condições de sobrevivência da população trabalhadora. Deste modo uma grande parte dos fiéis católicos se encontravam em um momento de pauperização e de ampliação da exploração do trabalho, fazendo com que a realidade dos ocupantes dos bancos das igrejas passasse a clamar por mais visibilidade.

As mudanças nas realidades de vida da população brasileira não passaram despercebidas aos olhos dos membros do clero brasileiro, incentivados pelas diretrizes advindas do Vaticano, por meio das encíclicas papais uma parte do clero, que já estava envolvida na Ação Católica desde a Era Vargas, se empenhou

em desenvolver um trabalho religioso que estivesse mais vinculado às necessidades das camadas populares, dos pobres e oprimidos. Assim, começou a ganhar força um discurso relativamente dissonante aos usualmente proferidos, com o acirramento da questão social ampliou-se uma cisão entre os integrantes do clero conservadores e os progressistas, esta cisão possibilitou uma alteração da relação da Igreja com o Estado, passando ela a questionar e em alguns momentos se constituir enquanto oposição às suas ações.

Próximo ao fim do Estado Novo morreu Dom Sebastião Leme, em 17 de outubro de 1942, o arcebispo do Rio de Janeiro havia se tornado uma figura importante para a Igreja no Brasil, com o desenvolvimento da Liga Eleitoral Católica, da Ação Católica Brasileira e do Centro Dom Vital, o arcebispo havia conseguido promover uma certa unificação dentro da hierarquia católica, a produção desta unidade foi um dos fatores que levaram a alcançar o sucesso as novas ações da Igreja na disputa pelo poder de influência dentro do Estado. A coesão promovida por Dom Sebastião Leme ampliou a capacidade de interferência da Igreja, como Bourdieu (2015) destaca a unidade da instituição religiosa se faz necessária enquanto uma violência simbólica que agrega capitais de validação de sua autoridade, logo, possibilita a legitimação do poder de dominação exercida por ela.

Mas também, a unificação do clero brasileiro no tocante aos caminhos e sentidos da ação política possibilitaram uma coesão discursiva, mantendo uma padronização das significações defendidas e inculcadas nos fiéis, a morte de Dom Sebastião Leme e a incapacidade de seu sucessor, Dom Jaime de Barros Câmara, de manter esta unidade acabou por abrir um terreno fértil para o desenvolvimento no interior do clero de pensamentos e de bandeiras que se mostravam, em algumas questões, antagônicas somadas a um cenário nacional e continental de desenvolvimento de ditaduras, aplicação de políticas econômicas liberais, do acirramento da exploração do trabalho e consequentemente da pauperização das populações.

Durante as transformações que ocorreram nos últimos séculos a Igreja Católica se manteve em uma postura crítica ao liberalismo e de certa forma ao capitalismo, por ter raízes profundas em um sistema monárquico concebia uma sociedade estruturada entorno de um poder absolutista, contudo o discurso oficial anticomunismo e a constatação da impossibilidade de combater as novas formas de sistema econômico fizeram com que ela amenizasse suas críticas e fortalecesse os

discursos significantes de manutenção da ordem social, do respeito à autoridade dos Estados e de abominação pela luta de classes.

O discurso anticomunismo tem espaço privilegiado dentro do arcabouço de significações da Igreja Católica, se fazendo presente em diversas encíclicas papais, dirigindo os sentidos dos discursos religiosos de naturalização da estrutura social, com o fim da Era Vargas e todas as transformações passadas pela sociedade desde então, a população de encontrava em busca de explicações que significassem as novas realidades. Aliançada com as elites brasileiras a Igreja assumiu novamente a responsabilidade de condução da população no processo de reabertura política que se iniciava, desse modo ao inculcar seus conteúdos pela formação do *habitus*, garantiu que o sistema cognitivo de interpretação da realidade fosse permeado por um conjunto de concepções morais religiosas, imprimindo no processo de redemocratização um forte caráter conservador.

Neste momento a Igreja reativou a Liga Eleitoral Católica, por meio desta organização conseguiu, para além do *habitus* já formado, impor as diretrizes necessárias que forneciam os elementos norteadores para a escolha dos candidatos, que deveriam representar os interesses da religião. A orientação da escolha destes candidatos se constituía em mais uma forma de fazer presente seus pensamentos na constituição que seria construída, pois ao eleger representantes políticos que coadunavam com os ideais católicos a Igreja possibilitava que eles atuassem na função legislativa pautados e orientados pelos conteúdos do *habitus* significado por ela, portanto considerando o que Bourdieu (1989) trabalha, conseguiu impor a sua visão de mundo no documento que ordenava a sociedade brasileira.

Outra questão de extrema relevância que encontramos neste processo se dá na atuação da Igreja para além da condução das escolhas políticas dos fiéis, após mais de uma década de um regime ditatorial a população se encontrava alienada do processo de participação política, desta forma se fazia necessário reconstruir um elemento da relação dela com o Estado, neste ponto a Igreja trabalhou na formação da importância do exercício da cidadania política expressa no voto. O que gostaríamos de destacar é que esta instituição repleta de conteúdos arbitrários que sempre trabalhou em defesa da manutenção da estrutura social, se constituiu em uma agência de fomento da mobilização política popular, portanto, consideramos que este foi mais um momento em que a Igreja marcou

profundamente a concepção dos sentidos, das interpretações e da identidade política da população brasileira. Seu discurso formador sobre a necessidade do exercício da cidadania política, permeado por arbitrariedades, foi utilizado enquanto base de motivação à participação e de construção da noção para população enquanto agente participante do sistema político, enquanto cidadão.

Com o desenvolvimento de um setor da Igreja vinculado a um catolicismo progressista, começaram a se tornar mais visíveis os atritos entre os membros do clero brasileiro, as posturas adotadas por Dom Jaime Câmara tornam mais clara a cisão entre os clérigos, o Cardeal acusava publicamente a existência de comunistas infiltrados nas igrejas e da própria sociedade, com isso tentava produzir uma antagonização aos movimentos religiosos que ganhavam força ao mesmo tempo em que demonstrava a sua posição de aliado do Estado. Como já foi dito o discurso anticomunismo se constituía em um conteúdo de grande destaque dentro dos discursos católicos, após a sua interiorização e a produção de sentimentos de repulsa e aversão a este pensamento, acabou por se constituir enquanto um forte elemento de mobilização dos fiéis, pois como o comunismo era significado enquanto uma teoria maléfica que procurava destruir a sociedade e atacar a família e a moral da população, toda prática religiosa de construção de uma sociedade cristã acabava por ser traduzida em ações de combate e enfrentamento a este pensamento.

A Ação Católica Brasileira a partir dos anos de 1950 ganhou mais força de atuação, fundando as múltiplas Juventudes Católicas, desta forma a Igreja ampliou o seu trabalho de base. Estes movimentos do laicato aproximaram a instituição da população, pois criaram espaços de acolhimento e de debate a respeito das realidades vivenciadas. Estes grupos da Ação Católica foram organizados de forma a segregar e concentrar os fiéis por critérios de idade e ocupação profissional, reunindo em um só espaço indivíduos com vivências, questionamentos e problemas muito semelhantes, esta forma de organização possibilitou uma identificação dos fiéis e um pertencimento aos grupos, facilitando ainda mais a difusão dos conteúdos ensinados.

Como já foi abordado, o agravamento da questão social e a ressocialização em uma sociedade democrática, por meio das transformações resultantes, abriram espaço para a procura de explicações e significações da nova realidade, especialmente no tocante à pobreza e à exploração do trabalho, ganhavam força correntes de pensamento de esquerda, favoráveis à luta política da

população. Frente a isso a Igreja tratou de construir e oferecer espaços onde estas parcelas da população pudessem se sentir acolhidas e representadas, visando a condução das posturas políticas dos trabalhadores e das juventudes, deste modo visava tornar possível reproduzir as práticas utilizadas durante os anos dos governos de Getúlio Vargas, mediando os conflitos entre empregadores e empregados e inculcar a aversão à luta de classes, promovendo uma docilidade nos trabalhadores.

Durante a década de 1950, os setores progressistas da Igreja alcançaram mais força ainda, no ano de 1952 foi fundada a CNBB, se consolidando enquanto uma central diretiva da Igreja, enquanto órgão da Igreja Católica que conglomerava os Bispos brasileiros, a CNBB angariava capitais de validação que legitimavam o seu poder de dominação dentro da hierarquia católica no Brasil. Neste mesmo período a Ação Católica Brasileira aprofunda ainda mais a sua inserção entre as camadas populares, os trabalhos exercidos pelo laicato foram responsáveis por conceder reconhecimento entre os fiéis a respeito da participação da Igreja no debate sobre as condições de vida e das demandas políticas, analisamos que o fortalecimento dos setores progressistas da Igreja somados e motivados pelo recrudescimento da realidade brasileira e a valorização de participação do laicato com um certo grau de autonomia possibilitaram a construção de elementos necessários para a ocorrência do desvio.

Toda religião, inclusive a católica (ou antes, notadamente a católica, precisamente pelos seus esforços de permanecer “superficialmente” unitária, a fim de não fragmentar-se em igrejas nacionais e em estratificações sociais), é na realidade uma multiplicidade de religiões distintas, freqüentemente contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequeno-burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo. (GRAMSCI, 1978, p. 144)

Todas as formas de catolicismos debatidas por Gramsci se faziam presentes dentro da disputa pelo monopólio do poder de definição da visão de mundo expressada pela Igreja, contudo as posições relativas ocupadas por cada um destes catolicismos faziam com que muitos não tivessem força suficiente para impactar a hierarquia, com isso analisamos que estes múltiplos catolicismos se desenvolviam mais propriamente na vivência religiosa do laicato do que na própria estrutura. Mas temos de considerar que o crescimento de uma ala progressista, que

se unia ao catolicismo dos camponeses, dos operários, das mulheres etc., fez com que a Igreja, mesmo sem romper a aliança com o Estado e com as elites, ao se aproximar dos problemas enfrentados por seus fiéis criasse um espaço de diálogo dando voz à população, enfraquecendo a prática discursiva do monólogo das lideranças religiosas.

Toda esta situação foi favorecida pelas instruções do Vaticano que por meio das encíclicas papais orientava o clero a incentivar a participação do laicato no trabalho religioso, visando que estes pudessem interferir com mais força em seus meios sociais. Há que se destacar que, como já foi discutido neste trabalho em diversos momentos, todas as transformações pelas quais passavam o Brasil e outros países, faziam emergir a necessidade de uma intensificação do trabalho religioso para garantir a permanência da Igreja dentro da sociedade e a sua relevância enquanto instituição socializadora, desta forma, as ações da Igreja brasileira e as orientações do Vaticano caminhavam no sentido de ampliação da capacidade de significação do mundo, uma vez que cresciam dentro da disputa de poder diversos outros atores, que produziam suas próprias análises e interpretações.

Este é um momento em que os discursos envelhecidos da Igreja agradavam mais fortemente as elites conservadora do país, pois eram beneficiados por eles, contudo o crescimento do pensamento marxista, das teorias socialistas, além dos grupos políticos de esquerda, faziam com que a Igreja encontrasse a necessidade de produzir novas formas de socialização e de significação da realidade que atendessem as novas demandas da população, além de deslegitimar e combater qualquer matriz de pensamento que compreendessem uma sociedade diferente da produzida pela Igreja.

Com isso, é possível notarmos um expressivo crescimento das críticas às consequências do capitalismo nas encíclicas papais, conseqüentemente crescem os conteúdos orientadores da defesa da população, contudo ao analisarmos os sentidos presentes nestes documentos é possível afirmar que o que ocorreu foi um direcionamento da crítica aos excessos, à riqueza e à pobreza extremas, não há de fato uma crítica forte o suficiente de combate ao capitalismo, mas ao liberalismo e os males que o acompanham, sendo que se preservam as críticas ao comunismo e ao socialismo, caracterizados enquanto utopias enganosas. Desta forma, o discurso religioso favorecia o desenvolvimento do capitalismo, mas chamava a atenção para a necessidade de mediação do Estado em questões

econômicas e sociais e ao mesmo tempo ao manter a crítica às teorias socialistas e comunistas, reforçava toda a significação já produzida e acrescentava a análise de que não passavam de teorias enganosas, elemento que notamos muito presente no *habitus* brasileiro, a afirmação da impossibilidade de um sistema mesmo sem a compreensão e o conhecimento sobre ele.

Podemos analisar também, que o desenvolvimento do sistema capitalista estruturou novas relações sociais, o grande fluxo migratório em direção às cidades fez com que as formas de sociabilidade tipicamente rurais fossem perdidas, deste modo, se desenvolvia um projeto de sociedade onde o campo econômico reinava em absoluto sobre o campo social, interferindo nas dinâmicas sociais e culturais. No projeto destas novas formas de sociabilidade diminuía em demasia a participação e a pertinência da Igreja dentro da sociedade, sendo confinada ao espaço do campo religioso, portanto a crítica promovida pela Igreja Católica tinha como foco o enfrentamento ao desenvolvimento de uma sociedade secularizada.

A alternativa encontrada pela Igreja Católica consistia no diálogo com a população de forma geral, seu discurso de manutenção da ordem lhe aproximava do Estado, seu trabalho socializador dos papéis sociais facilitava a manutenção de relações com as elites econômicas e a sua aproximação com a população trabalhadora reforçava a existência de um acolhimento e de uma representatividade desta camada social dentro da instituição religiosa. Portanto, analisamos que o discurso oficial da Igreja e até mesmo o discurso das alas progressistas, ao defender os direitos da população mais pobre e socialmente vulnerável, se consistia em pressionar o desenvolvimento de um capitalismo mais humanizado, fomentar a discussão a respeito de reformas e adaptações que diminuíssem o abismo social estabelecido entre as classes.

Desta maneira, a Igreja passou a debater e difundir entre seus fiéis, bandeiras em defesa da regulação da economia por parte do Estado, da solidariedade, do assistencialismo e a criação de uma legislação social trabalhista, portanto, seu projeto não visava uma revolução, pelo contrário as encíclicas deixam muito claro a rejeição total a esta ideia, procurava encontrar elementos na sociedade passíveis de reforma para o estabelecimento de um sistema menos desigual, mais equilibrado, se apresentando para a sociedade enquanto agente legítimo desta mudança, capaz de desenvolver uma sociedade e um capitalismo mais cristãos. Ressaltamos esta análise, pois a partir dela encontramos elementos estruturantes

das relações desenvolvidas com o Estado e a própria interpretação da população sobre a realidade social e sobre o mercado brasileiro.

Com o passar dos anos as encíclicas foram ampliando os espaços concedidos às questões sociais, nestes documentos que orientavam os representantes da Igreja e os debates dos grupos do laicato, houve uma clara defesa pela intervenção dos fiéis católicos na sociedade, visando remediar os males gerados pelas políticas liberais, de forma geral há uma forte presença do discurso naturalizador da estrutura social, assim como do clamor pela bondade dos patrões para estabelecer condições de trabalho e salários mais dignos. Assim como ganha bastante força o conteúdo concernente à intervenção da população, a análise nos revela que o discurso católico reforçava a solidariedade entre os indivíduos e as ações caritativas, benevolentes, indicando-as enquanto solução para os problemas sociais urbanos.

Contudo, cresce o direcionamento dado à questão agrária, os documentos passam a abordar cada vez mais a importância da atuação do laicato nas áreas rurais, este talvez seja o elemento debatido mais transformador para a realidade brasileira, as encíclicas contemplam a noção de função social e direcionam as ações da Igreja para a intervenção no campo, desta forma no Brasil a Igreja passou a ampliar as atividades da Liga Agrária Católica e da Juventude Agrária Católica. Consideramos que este tenha sido o campo de maior atuação da Igreja, por meio dos grupos da Ação Católica Brasileira a Igreja empreendeu um projeto de levar o desenvolvimento para áreas não atendidas pelo Estado.

Sendo o Brasil um país, neste momento, de população majoritariamente rural e com uma economia pautada na agro exportação, a realidade do campo se encontrava de forma anacrônica ao desenvolvimento urbano, as relações estabelecidas ainda se estruturavam em moldes arcaicos, altamente exploratórios e excludentes. A Igreja atuou com força na organização dos trabalhadores rurais, incentivando a formação de sindicatos rurais, defendendo bandeiras políticas de atendimentos às necessidades básicas desta população, além do trabalho para a alfabetização dos trabalhadores rurais.

Todas as intervenções da Ação Católica Brasileira tinham como objetivo legitimar a Igreja Católica enquanto alternativa aos ideais comunistas e socialistas, porém com o crescimento do espaço cedido ao laicato no trabalho religioso e o aumento de sua autonomia, a Igreja acabou por abrir caminho para o

desenvolvimento do desvio, passando os leigos a direcionarem os sentidos dos debates e até o radicalizarem, neste sentido a alta hierarquia católica observava atentamente a todos os acontecimentos incentivando alguns e proibindo o desenvolvimento de movimentos que não estivessem pautados nos objetivos sociais e apostólicos da Igreja.

Este controle foi exercido pela incidência de grupos que radicalizavam seus discursos, em especial a Juventude Universitária Católica, este talvez tenha sido o movimento da Ação Católica que mais foi observado, ao segregar os grupos das Juventudes Católicas divididos por características identitárias, a Igreja pretendia alcançar um pertencimento e um engajamento religioso acelerado, contudo acabou por fortalecer os elos de vinculação de que extrapolavam a questão religiosa, ao reunir a juventude universitária transformou o espaço religioso em uma assembleia estudantil, com isso foram potencializados os discursos questionadores destes integrantes que por frequentarem o espaço acadêmico tinham acesso a uma gama variada de estudos e teorias científicas.

Os capitais intelectuais acumulados pelos integrantes da JUC lhes concediam um reconhecimento legitimador de suas análises e interpretações, portanto, acreditamos que a vivência religiosa fora dos grupos que pertenciam, possibilitou à juventude da JUC a ampliação do recebimento de suas interpretações, sendo eles jovens universitários há que se considerar que possuíam uma facilidade maior na interpretação dos textos e na própria comunicação de suas ideias, sendo assim, a JUC se constituiu em um agente de grande influência na esquerdização dos movimentos católicos, assim como na radicalização de seus discursos. A JUC foi o berço da Ação Popular, organizada por ex-integrantes, com todas estas questões e considerando a relativa repressão da Igreja aos movimentos que se radicalizavam, analisamos que a Igreja não visava uma intervenção questionadora e revolucionária, mas ela foi responsável por abrir o espaço onde se desenvolveu.

A urgência de uma revisão do trabalho religioso perante a sociedade frente ao agravamento dos problemas sociais possibilitou que parte dos membros do clero brasileiro abandonasse ou reduzisse sua postura de mediadora e apaziguadora dos conflitos entre a população e o Estado, permitindo que integrantes do baixo clero desenvolvessem em suas igrejas a mobilização de seus fiéis para debater as questões que se apresentavam e pressionar uma resposta do Estado. O Concílio Vaticano II impulsionou o trabalho do laicato, concedendo-lhes mais

autonomia e reconhecimento para suas ações, assim como o abandono de costumes tradicionalistas promoveu uma modernização na aparência da Igreja, reduzindo em algumas questões usos que por meio da violência simbólica reforçavam a hierarquização.

Não podemos negar que uma grande parte da Igreja continuou a trabalhar em conjunto com o Estado, como no caso da Igreja do Nordeste, que por meio de sua mediação possibilitou o desenvolvimento de organizações estatais, a manutenção desta aliança, principalmente pelo alto clero, garantia o acesso a instituição a recursos públicos estabelecendo um trabalho conjunto. Mas ao mesmo tempo as ações da CNBB caminhavam em um sentido de construção de um diálogo com o Estado em prol de reformas de base.

Com este cenário de fundo, a Igreja chegava ao momento do Golpe Militar; de um lado havia um setor progressista engajado no debate político, mas que institucionalmente fugia de radicalismos, que incentivava o engajamento de seus fiéis na sociedade enquanto forma de participação política e de intervenção nos problemas sociais. E de outro, um setor conservador muito próximo do Estado e das elites, que tomava enquanto bandeira a defesa de seus interesses e que apoiado pelo alto clero se organizavam politicamente para a defesa de seus princípios conservadores.

Com o Golpe Militar a Igreja em um primeiro momento, de forma generalizada, não se posicionou contrária, do mesmo modo que apoiou o golpe do Estado Novo na esperança de o governo combater as lideranças sindicais que ameaçavam a sua hegemonia como produtora de sentidos à população, a Igreja pautada em seu discurso anticomunismo, altamente difundido e profundamente enraizado na sociedade brasileira, saudando a intervenção do Estado no combate a esta questão. Deste modo a atuação da Igreja, mesmo que sem possuir a intenção, ao longo da história do Brasil construiu no *habitus* do brasileiro o argumento que justificava e validava a intervenção militar.

Logo nos primeiros anos da Ditadura, a Ação Católica Brasileira se tornou alvo da repressão sendo considerada uma organização comunista e as ações do laicato subversivas, fazendo com que o movimento perdesse o apoio institucional. Este fato demonstra o argumento produzido nesta tese, o discurso anticomunismo produzido pela Igreja, e ainda reproduzido, se constituiu enquanto conteúdo significativo de tamanha força que a vinculação de qualquer ação com a ideia de

comunismo já basta para promover uma rejeição e antagonização a ela.

O que se faz importante ressaltar é que durante a ditadura as relações entre o Estado e a Igreja foram alteradas, o governo militar promovia a sua própria validação, não necessitando do trabalho oferecido pela Igreja aos governos anteriores, mas mesmo começando a condenar a violência do Estado, a Igreja não condenou as motivações oficiais do Golpe, o argumento de defesa da pátria contra o comunismo propiciou uma forte aceitação da população, que há muito tempo escutava nos bancos das Igrejas discursos a respeito dos perigos destas teorias.

Sendo assim, consideramos ainda que diversos conteúdos ensinados aos fiéis por meio dos discursos religiosos, sobre a importância do nacionalismo, da reprodução da estrutura social, da manutenção da ordem social, do respeito à autoridade dos governantes e principalmente dos perigos das teorias comunistas, construíram o cenário necessário para a instauração da Ditadura Militar no Brasil, pois os argumentos dos militares repetiam os sentidos dos discursos da Igreja. Mesmo sem ter orquestrado o Golpe, as ações de formação do *habitus* da população ao longo da história do Brasil já se consistiam em uma validação preexistente que legitimava os anseios dos militares.

Com o decorrer da Ditadura foi aumentando o número de integrantes do clero que passaram a se opor ao regime, o projeto desenvolvimentista dos militares se baseava na expansão indiscriminada da produção agrícola, portanto a defesa da população rural e indígena passou a ser um elemento de conflito da Igreja com o Estado. Além disto, diversos representantes religiosos passaram a abrigar, em suas igrejas, encontros de organizações políticas, como a UNE, que sofriam perseguições do Estado, as atitudes de parte do clero se baseavam nas orientações vindas do Vaticano. Ao analisarmos as encíclicas do Papa Paulo VI é possível destacarmos que nos documentos houve uma severa diminuição dos discursos usuais de respeito à soberania dos governos, enquanto surge uma crítica aos nacionalismos que se desenvolviam nos países, além da preocupação com levantes populares gerados pela tirania e pela ofensa aos direitos fundamentais dos indivíduos.

É justamente no bojo de todos estes acontecimentos que ganhavam força as Comunidades Eclesiais de Base, outro espaço de atuação do laicato brasileiro. As CEB's passaram a se constituir enquanto um espaço relativamente seguro para o desenvolvimento de ideias progressistas do catolicismo brasileiro,

além de oferecer um local para o desenvolvimento e a sobrevivência de movimentos sociais. Destacamos que as CEB's também facilitaram a vivência da Teologia da Libertação, permitindo em seus espaços a expressão deste movimento teológico que buscava redefinir a atuação da Igreja pautado em um engajamento político em defesa das camadas populares.

Não se pode negar que a Igreja Católica possuiu um papel de grande importância na resistência à Ditadura, por ser o Brasil um país profundamente religioso, a Igreja ocupava um importante espaço na vida da população. Deste modo os conflitos mais diretos que foram travados com o Estado não foram significados enquanto ataques à instituição, o discurso dos militares de combate aos comunistas que se infiltravam e se escondiam nas igrejas possibilitou que suas ações não fossem caracterizadas enquanto investidas contra a religião. Ainda, analisamos que esta significação tenha sido importante para a população, que mesmo integrando o corpo de fiéis não se vinculava aos movimentos progressistas, ou até mesmo não discordavam do regime, pois possibilitava a manutenção da imagem que haviam construído a respeito da instituição religiosa, uma vez que as perseguições se deram contra indivíduos específicos, personalizando os conflitos de modo a não criar questionamento a respeito da legitimidade da Igreja.

Dada a multiplicidade de movimentos que compõem a Igreja Católica, não podemos considerar que havia uma hegemonia do pensamento progressista, os grupos conservadores católicos continuaram existindo e se organizando, ainda, o Concílio Vaticano II abriu espaço para o desenvolvimento de novos movimentos religiosos que também clamavam por espaço, reconhecimento e legitimidade, como a Renovação Carismática Católica. O que se faz importante destacar sobre a questão que envolve a relação da Teologia da Libertação com a Renovação Carismática Católica, dois movimentos religiosos que coexistiram no Brasil, está no fato que além destes movimentos demonstrarem a pluralidade de perspectivas religiosas existentes na Igreja, eles nos demonstram a pluralidade de perspectivas políticas que haviam entre o rol de fiéis.

A relação entre estes dois movimentos nos demonstra também as cisões ocorridas no interior da Igreja; afirmamos isto analisando que sendo dois movimentos com concepções teológicas diferentes, que implicavam em uma compreensão da Igreja e da vivência religiosa igualmente diferentes, dentro do

campo religioso estes movimentos entraram em disputa pela conquista do poder de imposição da sua visão de mundo e conseqüentemente do poder de condução das ações da Igreja.

Com a Ditadura Militar chegando ao fim, o que se viu ocorrer dentro do campo religioso foi o crescimento do movimento carismático, impulsionado pelas posições do Vaticano que exaltavam as novas práticas desenvolvidas pela Renovação. Há que se destacar que boa parte deste incentivo se encontrava no fato de que além de não se posicionar enquanto oposição ao Estado e de construir uma passividade política nos fiéis, a Renovação alcançou grande sucesso na contenção do trânsito religioso, pois oferecia novas formas de vivência da religiosidade, mais similares às estruturas do mercado e coerentes com os anseios de consumo da população. Já a Teologia da Libertação possuiu a sofrer uma certa perseguição do alto clero, sendo atingida por ações desestruturantes, como a transferência das lideranças religiosas para outras paróquias.

O que constatamos com o fato citado acima é que a visualização do fim do regime militar já se constituiu enquanto fator suficientemente forte para que a Igreja começasse a desmontar os espaços que havia oferecido aos movimentos de contestação da Ditadura, mesmo se opondo à violência promovida pelo Estado, a Igreja ainda possuía em sua estrutura interna um *habitus* religioso que lhe fazia conceber a si mesma enquanto uma estrutura social relacionada ao Estado, desta forma tratou de enfraquecer os movimentos que lhe colocavam em uma posição de conflito. Uma vez que o objetivo de seus questionamentos quanto a adoção da tortura enquanto ferramenta de governo estava próximo de ser alcançado, já não mais fazia sentido para a instituição se caracterizar enquanto desafiadora do poder público.

A própria bandeira política em defesa da anistia nos revela que a Igreja se opunha à violência do Estado, mas não às suas motivações; a anistia concedeu o perdão aos torturados, fato que não foi questionado pela Igreja, demonstrando que seu objetivo se encontrava em acabar com a violência do Estado, mas não responsabilizar os agentes que se utilizaram dela. Outro fato histórico que nos demonstra o sentimento ambíguo em relação ao Regime Militar se encontra no espaço de tempo que ocorreu a abertura política, o processo desde sua sinalização até chegar as vias de fato durou aproximadamente uma década, a possibilidade de um regime ditatorial combatido pela sociedade conseguir escolher o modo e o tempo

de sua saída nos demonstra claramente que para uma parcela muito grande da população e da própria Igreja não houve uma rejeição ao regime, mas a algumas de suas práticas.

Findada a Ditadura Militar no Brasil, se fazia necessário o desenvolvimento de uma nova Constituição. A Igreja voltou a atuar para mais uma vez se fazer representada na legislação brasileira, desta vez em mais de uma posição, toda a atuação de integrantes da Igreja e do laicato em questões sociais, na defesa dos direitos humanos e em outras agendas políticas progressistas alcançaram a nova Constituição. Estes movimentos não só trouxeram os temas para o debate e a conscientização dos fiéis, mas proporcionaram o estabelecimento de organizações engajadas em sua defesa, possibilitando que houvesse, no momento da constituinte, uma organização social em prol destas questões forte o suficiente para pressionar o Estado.

A CNBB produziu um documento onde indicava as posições políticas dos Bispos a respeito da nova Constituição, nos chama a atenção o fato de o documento salientar que os fiéis não poderiam permitir que as eleições de governadores tirassem-lhes o foco da eleição de candidatos à Constituinte, este alerta é coerente com toda a ação da Igreja desde o período da Era Vargas, ela já sabia que por meio das orientações dadas aos fiéis e de sua mobilização popular conseguiria eleger candidatos que levariam o *habitus* formado pela Igreja para o interior do Estado. Cabe destacar ainda que a participação nas eleições foi caracterizada enquanto uma forma de atuação cristã. Portanto no processo educativo fornecido pela Igreja a participação na cidadania política foi significada enquanto uma atitude cristã, imbuindo um caráter religioso a uma ação política.

Contudo, a Igreja conseguiu também incluir na Constituição questões defendidas pela instituição historicamente, referentes ao direito reprodutivo, à família, à sexualidade e ao planejamento familiar, permeando a nova Constituição com questões de um forte caráter conservador. Como já foi dito, a Igreja não se encontrava adepta das linhas progressistas homogeneamente, havia ainda com grande força grupos e movimentos conservadores que se pautavam nos conteúdos religiosos referente a família e à manutenção da ordem social. Desta maneira, ambos os lados que compunham a Igreja neste período alcançaram espaço de participação na construção da nova constituição, possibilitando grandes avanços em relação à garantia de direitos, mas ao mesmo tempo agregando um

caráter conservador em questões concernentes à família.

O processo de construção da nova Constituição contemplou as demandas de diferentes grupos sociais suficientemente organizados para pressionar o Estado e incluir no documento elementos estruturantes de suas visões de mundo, considerando que a Igreja Católica atuou enquanto instituição socializadora de *habitus* e normatizadora dos papéis sociais, acreditamos ser possível analisar que os conteúdos significantes de seus discursos se faziam presentes nas mais variadas organizações da sociedade. Seus valores e a sua concepção sobre a moral e os bons costumes se apresentavam enquanto conteúdos socialmente compartilhados, portanto a concepção a respeito da identidade dos indivíduos e, conseqüentemente de suas relações com o Estado e a própria sociedade, serviram enquanto base norteadora para a defesa dos ideais conservadores – inculcados pela Igreja durante séculos – de diversos movimentos, mesmo daqueles que não possuíam uma vinculação denominacional direta.

Após todas as análises apresentadas neste trabalho, gostaríamos de ressaltar uma questão que a compreensão demonstra de extrema importância, durante todo este período a Igreja Católica se posicionou e atuou em diversos momentos de formas contraditórias, isto se deu pela existência de diversos grupos com as mais diversas perspectivas sobre a religiosidade católica. Desta forma destacamos dois grupos que a análise nos mostrou possuir maior poder de interferência quanto aos rumos da instituição, faz-se necessário afirmarmos que mesmo estes grupos, conservadores e progressistas, eram compostos por diversos outros. A rigidez e severidade do momento histórico vivido possibilitou a aglutinação de pensamentos semelhantes, assim como minimizou por um período a expressão dos pensamentos conservadores.

Toda esta conjuntura se torna possível, pois a Igreja Católica se constitui enquanto uma empresa produtora de bens simbólicos religiosos, desta forma visando um alcance mais amplo da população a Igreja sempre ofertou aos fiéis os mais variados bens religiosos, com as transformações sociais, políticas e econômicas que passava o Brasil, criou-se um cenário onde houve um aumento da demanda dos setores progressistas, após o final da Ditadura Militar a Igreja continuou o seu processo de reforma e modernização. Contudo, a instituição retornou à sua postura clássica, buscando e incentivando movimentos que não oferecessem o risco ocasionar o desgaste da relação com o Estado e que a

mantivesse enquanto uma instituição pertinente na sociedade brasileira que novamente se reestruturava.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, tanto da formação do Estado quanto da identidade da população, está diretamente ligado à Igreja Católica, os percursos históricos da formação de nosso país fizeram com que as duas instituições, política e religiosa, desenvolvessem relações muito próprias e próximas, tornando necessária a compreensão deste relacionamento para se entender elementos fundamentais da sociedade brasileira.

Desde o início da formação do Brasil a Igreja ocupou um espaço privilegiado dentro da estrutura social; nos tempos da colônia coube a ela a responsabilidade de produzir uma normatização da vida social, inculcando na população uma série de conteúdos significantes que legitimavam a dominação exercida pela coroa portuguesa, por meio do discurso religioso. Enquanto uma instituição socializadora, educou a população sobre questões que transcendiam ao campo religioso, dessa forma exerceu a tarefa de produzir uma aceitação ao regime monárquico, obediência à autoridade do rei e conseqüentemente, ensinou os papéis sociais a serem desempenhados por cada habitante.

Por ter sido trazida pelos colonizadores, chegou às terras brasileiras com uma posição de prestígio e relevância; a estrutura social imposta pela coroa já determinava a valoração dos campos sociais, dessa forma a Igreja chegou ao Brasil contando com a legitimação do Estado. Por ser a religião oficial de Portugal, e por consequência da colônia, a Igreja Católica foi imposta à sociedade que se formava, seu papel social e sua validação já estavam estabelecidos, facilitando em muito o exercício de seu papel educativo.

Há que se destacar que o Regime do Padroado possibilitou que desde o começo do desenvolvimento do Brasil a vinculação entre o Estado e a Igreja Católica fosse concebida enquanto algo natural, fazendo com que este tipo de relacionamento fosse reconhecido enquanto regra dentro do sistema cognitivo de interpretação da realidade da população brasileira. Esta mesma relação ainda conferia um alto grau de legitimação às ações e discursos da Igreja, portanto, enquanto instituição religiosa ela não precisou passar por um processo de reconhecimento e validação social de sua dominação no Brasil, pois já foi inserida na sociedade enquanto religião estabelecida e legitimada, dificultando o surgimento de pensamentos questionadores quanto à relevância de seus discursos.

A função de normatizadora da ordem social exercida pela Igreja não pode ser menorizada, foi ela a instituição responsável por inculcar na população a visão de mundo que determinava a compreensão sobre a sociedade e conseqüentemente formava a identidade de cada indivíduo, ensinando-os seus respectivos papéis sociais. Com a formação do *habitus* por meio da socialização a Igreja forneceu as ferramentas de análise para a interpretação da realidade, responsáveis não somente por compreender o mundo ao redor, mas que enquanto estruturas estruturantes produziam as perspectivas de vida dos indivíduos, suas aspirações e limitações.

O processo de Independência do Brasil, em um primeiro momento, não refletiu em grandes impactos para a Igreja, sua situação continuou a mesma, portanto sua atuação na sociedade ainda foi planejada e executada com base nos interesses do Estado. Porém, a Igreja desempenhou um importante papel neste processo, com o surgimento e o crescimento de sentimentos separatistas ela trabalhou ativamente na formação de um sentimento de pertencimento agregando força e reconhecimento ao projeto de uma nação independente.

Após a independência, os discursos religiosos ganharam importância, pois através deles construiu uma legitimidade ao novo governo ao mesmo tempo que o protegia de movimentos contrários a ele. Os discursos religiosos foram utilizados para a produção do consenso, ao construir uma análise da realidade e formar a população com conteúdos arbitrários a Igreja foi capaz de se manter relevante dentro da sociedade, sua relação com o Estado lhe permitiu grande efetividade na conformação da estrutura social.

Ao longo das quase sete décadas do Brasil Imperial a Igreja se manteve atrelada ao Estado pelo Padroado Régio, além das questões já abordadas este regime ainda possibilitou a construção de uma compreensão das ações da Igreja enquanto atos oficiais do Estado, a legitimação por ele oferecida consistia no compartilhamento de uma mesma lógica de reconhecimento, portanto, ao servir enquanto um órgão administrativo do Estado a Igreja alcançava uma legitimidade para suas atuações e seus discursos enquanto posicionamentos oficiais do poder público. Toda esta situação marcou a instituição religiosa, no desenvolvimento da sociedade brasileira as relações com o Estado permitiram que a população a compreendesse enquanto um órgão oficial, portanto os discursos religiosos eram recebidos pela população com a mesma subalternidade da relação de dominação do

governo.

O intervencionismo do Estado em questões institucionais da religião foi responsável por gerar um atrito entre as instituições, as relações abaladas somadas ao crescimento do movimento republicano fizeram com que a Igreja revisasse as alianças estabelecidas até o momento e passasse a discursar em prol do fim do regime imperial. Neste momento, a Igreja mais uma vez serviu enquanto fortalecimento ao pensamento republicano, seus discursos foram responsáveis por produzir um sentimento de nacionalismo e apontar a necessidade de modernização do sistema de governo.

Com a Proclamação da República veio o Estado Laico, pondo um fim à relação institucionalizada com a Igreja, porém, ela entrava neste novo cenário contando com toda a validação imposta durante quase quatro séculos, sua posição na sociedade, enquanto instituição religiosa, estava relativamente garantida, contudo neste momento a Igreja passou a buscar formas de evitar a perda do poder de determinação da visão de mundo. Foi neste sentido que se aprofundaram as alianças com as elites econômicas locais, todo o trabalho exercido para o Estado passou a ser direcionado aos novos grupos dominantes.

Com o começo da República das Oligarquias a Igreja trabalhou no processo de validação das elites locais enquanto grupos dominantes do poder, legitimando o sistema de dominação exercido por eles. Com isso a Igreja teve um grande papel na determinação das relações políticas entre o Estado e a população. Ao naturalizar a estrutura política de um Estado dominado pelas Oligarquias rurais a Igreja acabou por naturalizar ainda mais a relação promíscua entre o público e o privado, reforçando a subalternidade da população e de certa forma ensinando que o Estado lidava com questões de interesse das elites econômicas, conferindo aos oligarcas o reconhecimento de sua posição de superioridade na estrutura social, além de colocar a população em uma situação de dependência das vontades e bondade dos mesmos, afastando assim a concepção de um pertencimento da população ao Estado enquanto cidadãos de direitos.

Os discursos religiosos de validação da estrutura social, legitimação da autoridade do Estado e dos governantes serviu para interiorizar no *habitus* do brasileiro a noção de inferioridade da população comum, desenvolvendo na população a concepção de que o Estado deve proteger as elites econômicas, pensamento que se cristaliza quando em momentos de crise econômica em que a

população possui uma grande facilidade em aceitar, e às vezes até clamar pela intervenção do Estado no sentido de proteger e oferecer ajuda aos donos do capital. Reação que não se vê com mesma força quando se pensa o desmonte das Políticas Públicas Sociais, já que o *habitus* da população não desenvolve uma identidade no trabalhador enquanto cidadão portador de direitos.

A chegada de Vargas ao poder representou a quebra da hegemonia das oligarquias, que continuaram a ser representadas pelo Estado e terem suas demandas atendidas, contudo a realidade mundial impunha uma política econômica voltada para o mercado interno, dessa forma os grupos que subiam de posição dentro da estrutura social alcançam poder suficiente para disputar o poder de imposição da visão de mundo. Neste momento a Igreja intensificou a socialização do sentimento nacionalista visando proporcionar um apoio social ao projeto de desenvolvimento varguista, se mantendo enquanto uma instituição atuante dentro de um momento de reorganização da sociedade brasileira.

Com o projeto de industrialização fazia surgir a necessidade da ampliação da população urbana, ocupando um espaço com relações sociais próprias, coube também à Igreja a responsabilidade de socializar a população para esta nova realidade, além de educá-la enquanto trabalhador urbano. Dessa forma a Igreja trabalhou na formação do *habitus* de um proletariado urbano, significando as novas relações sociais e as identidades, validando e dando sentido às novas relações de exploração e de dominação, inculcando os novos papéis sociais e as suas respectivas posições na estrutura social.

A Era Vargas é considerada nesta pesquisa enquanto o momento da fundação do Estado, pois é quando se desenvolveu uma estrutura administrativa, se realizou o processo de burocratização e racionalização, além do reconhecimento do papel do Estado enquanto representante de toda a nação, havendo o reconhecimento da questão social enquanto assunto do Estado. Como já dito, a Igreja se aliou com o Estado oferecendo a capacidade educativa de seus discursos para legitimar o governo e promover um apoio social ao seu projeto político, portanto no momento de construção do Estado, de todo o aparelho administrativo e de redefinição das relações políticas foi a Igreja Católica que significou este momento para a população apresentando a sua interpretação da realidade, promovendo uma conformação dos papéis sociais e conseqüentemente das relações entre os indivíduos.

Visando manter a sua pertinência na sociedade e alcançar uma nova posição de influência nas decisões do Estado, a Igreja desenvolveu novas formas de intervenção. Com a chegada de Vargas ao poder e a construção de uma nova constituição a Igreja encontrou espaço necessário para restabelecer a aliança com o Estado que havia sido rompida com a Proclamação da República. Diferentemente do local ocupado durante o Regime do Padroado, a Igreja conseguiu desenvolver formas de atuação que lhe garantiram espaço de influência sem se submeter à interferência do governo em assuntos institucionais da religião.

Reconhecendo o seu papel de instituição socializadora, a Igreja passou a desenvolver ações de interferência nas decisões do Estado por meio do laicato, a sua capacidade de formação e de significação se apresentou enquanto ferramenta para a mobilização política de seus fiéis, dessa forma conseguiu definir bandeiras políticas a serem defendidas e aglomerar um grande número de pessoas para pressionar o Estado a atender suas demandas. Conseguiu se fazer presente no momento de construção das leis, garantindo que seus ideais permeassem a estrutura legislativa do país, alcançando de certa forma uma imposição indireta da visão de mundo desenvolvida por ela.

Este é outro ponto importante da definição da relação da população com o Estado, durante o governo que instituiu o sufrágio universal a Igreja mobilizou a população no intuito de cristianizar a Constituição, ditando as bandeiras a serem defendidas e os elementos a serem utilizados nas escolhas de candidatos. Portanto, quando se tem uma ampliação da participação popular nos processos políticos, por meio do voto, a Igreja se encontrava ensinado à população como participar das dinâmicas deste processo. Considerando as pautas defendidas pelos fiéis mobilizados podemos afirmar que no momento de definição da cidadania política a Igreja inculcava na população quais bandeiras eram dignas de defesa, incluindo um caráter conservador na lógica da participação política.

De forma geral as pautas católicas versavam muito sobre a questão da família, concebida dentro de uma lógica moral católica, ao construir um sentimento de patriotismo e exaltar a necessidade de se participar dos processos eleitorais para garantir o desenvolvimento de uma sociedade melhor, a Igreja ensinava a população que os assuntos políticos a serem defendidos eram os assuntos concernente à família, à moral. Este conteúdo significativo do discurso católico se faz extremamente presente nas relações políticas do Brasil nos dias

atuais, a defesa da família se tornou um dos principais argumentos políticos, sendo capaz de mobilizar a população, angariar votos para os candidatos que dele se utiliza e até justificar a legitimidade de legislações conservadoras e discriminatórias.

O período Vargas ainda possibilitou o desenvolvimento de outros elementos da relação política entre o Estado e a população, foi em seu governo que a questão social se tornou assunto do Estado, dessa forma Vargas empreendeu além de uma reforma administrativa, uma reforma legislativa, criando e ampliando legislações de caráter social. Boa parte do apoio da Igreja a seu governo se dava justamente pelo fato de que as legislações do Governo Vargas coadunavam com a doutrina social da Igreja expressa em encíclicas papais. Neste momento, houve uma exaltação da figura do presidente personificando as ações do Estado, mais especificamente, criando uma relação paternalista, em que as Políticas Públicas e as Políticas Sociais foram significadas enquanto atos de bondade do presidente, alienando a noção de dever do Estado e conseqüentemente de cidadão detentor de direitos. A Igreja, ainda, significava os meios que os fiéis deveriam intervir em questões de cunho social, salientando a solidariedade e a caridade enquanto posturas cristãs, capazes de reduzir as desigualdades.

A Igreja ainda inculcava com mais força a completa antagonização à luta de classes, com o desenvolvimento de relações capitalistas de trabalho e a acentuada exploração dos trabalhadores a Igreja significava a conceito de luta de classes como uma tentativa de destruição da ordem social que levaria ao caos, trabalhando uma conformação das relações de exploração e significando a obediência e a docilidade do proletariado enquanto uma forma cristã de se viver. É neste período também, que a Igreja agrega mais força ao seu discurso anticomunismo, utilizado para justificar o golpe que instaurou o Estado Novo e afastar a população trabalhadora de visões de mundo diferente das suas.

O discurso anticomunismo não serviu somente para justificar a ditadura de Vargas, dado o espaço que ganhou nos discursos religiosos, interpretado enquanto um pensamento que ameaçava a vida em sociedade e a integridade da família. Foi interiorizado enquanto inimigo da religião e da sociedade, agregando um aspecto moral à teoria, dessa forma o comunismo foi significado enquanto inimigo coletivo, devendo ser combatido. Este discurso da Igreja se enraizou profundamente no *habitus* do brasileiro a tal ponto que a classificação de qualquer pensamento ou ação enquanto comunista é capaz de mobilizar a

população para combatê-los.

O fim dos Governos Vargas representou a extinção de um projeto de nação pautado na soberania nacional, após sua saída do governo houve uma reestruturação da economia abrindo grande espaço para o capital internacional, promovendo uma transformação nas relações de trabalho que geraram um aumento da exploração e conseqüentemente fizeram emergir conflitos sociais. Neste momento a Igreja se encontrava em uma situação de descentralização do poder de decisão, favorecendo o desenvolvimento de pensamentos progressistas, que enxergavam a necessidade do trabalho religioso se atrelar aos problemas sociais que se agravavam.

Os documentos norteadores oriundos do Vaticano incentivavam a participação dos leigos no trabalho religioso, favorecendo ainda mais o desenvolvimento de um laicato ativo e atuante. Este apoio oficial acabou por fortalecer os movimentos progressistas, pois suas ações compreendiam um grande espaço de envolvimento dos fiéis com uma atuação relativamente mais autônoma. Porém, não se pode ignorar a existência de movimentos conservadores que compartilhavam dos ensinamentos e das posições que a Igreja defendeu durante mais de quatro séculos, e que parte do clero ainda defendia.

Não há consenso entre os pesquisadores desta temática quanto ao posicionamento político específico da Santa Sé nas encíclicas, para alguns autores que em suas análises optaram por focar nos posicionamentos a respeito do capitalismo, mais especificamente de tipo liberal, há uma compreensão de uma Igreja mais crítica aos Estados e de certa forma militante na defesa dos direitos da população, mais precisamente dos trabalhadores. Já outros autores que centralizaram suas interpretações nas questões tocantes à ordem social, à caridade e à luta de classes, acabam por enxergar a manutenção de um discurso apaziguador e naturalizador das desigualdades sociais.

Ambas as interpretações foram possíveis de serem realizadas pela presença de um forte generalismo nas encíclicas papais, principalmente nas produzidas por João XXIII. Analisa-se aqui neste trabalho que este generalismo parte de uma ação intencional, enquanto instituição a Igreja produz uma oferta de bens simbólicos religiosos, sendo assim, ao produzir textos ambíguos ela conseguia ampliar a sua oferta para um número maior de sujeitos, conseguindo agradar e se comunicar com os mais variados grupos, tanto de fiéis e clérigos, quanto de

possíveis almas a serem arrebatadas.

A presença desse generalismo ambíguo nas encíclicas, documentos que norteavam as ações e pregações do clero espalhado pelo mundo, mais especificamente no Brasil, ajudou a acentuar as polarizações dentro do corpo do clero e do de fiéis, pois possibilitou o fortalecimento dos movimentos do laicato mais à esquerda, ao trazer com força a opção de preferência pela defesa dos pobres e oprimidos, assim como da importância da participação política dos leigos nos processos de reivindicação de direitos básicos. Mas, ao mesmo tempo, fortaleceu também os grupos conservadores ao manter com forte espaço em seu discurso elementos anticomunista, caritativo e da harmonia entre as classes, reforçando todo o ideário conservador católico já existente.

A organização dos leigos da Ação Católica Brasileira, divididos e agrupados por critérios de idade e ocupação favoreceu a intensificação dos debates que resultaram na esquerdização de alguns grupos. Ao criar grupos com estas divisões a Igreja reuniu sujeitos semelhantes em um mesmo espaço, que ao pensarem a realidade encontravam similaridades, dores, aflições, desejos e esperanças muito parecidos, possibilitando uma maior identificação e coesão entre os membros que compartilhavam de falas e pensamentos muito parecidos, ao mesmo tempo que dificultou o aparecimento de um discurso dissonante. Sendo assim, a Igreja abriu um terreno fértil para o desenvolvimento e a formação de pertencimento, que resultou em uma unificação das vozes em prol de ideais políticos que conseqüentemente resultaram em ações políticas no campo social.

Desta forma, com o Golpe Militar, a Igreja se encontrava cindida entre movimentos que ocupavam polos opostos, neste momento as alas progressistas católicas representaram a possibilidade de desenvolvimento e de sobrevivência de movimentos contrários à Ditadura Militar, a aproximação com a Teologia da Libertação fortaleceu ainda mais o engajamento do laicato em questões sociais. Não se pode negar a importância da Igreja na resistência aos ditadores, abrigando reuniões clandestinas de organizações políticas, além de trazer temas de debates aos fiéis que versavam sobre a realidade social e incentivavam uma participação mais ativa na sociedade.

Do mesmo modo, não podemos considerar que em um país de dimensões continentais, com uma população altamente variada, havia de alguma forma uma hegemonia do pensamento progressista. A Igreja, durante a maior parte

da história, serviu aos interesses das elites dominantes naturalizando as relações de dominação e inculcando a subalternidade na população, em um país de maioria católica, os bancos de fiéis ainda se encontravam repletos de indivíduos socializados pela Igreja com um *habitus* conservador, tanto daqueles que se mobilizavam e se organizavam em prol da defesa de seus ideais quanto daqueles que optavam por permanecer neutros quanto ao cenário político brasileiro.

Considera-se que a Igreja não tenha atuado na organização do golpe que instaurou a Ditadura Militar no Brasil, contudo, consideramos também, que ela foi responsável pela construção de um cenário que possibilitou a sua ocorrência. Por quatro séculos, a Igreja inculcou e reforçou a obediência à autoridade do Estado e dos governantes, pregou a necessidade de manutenção da ordem social além de naturalizar as estruturas sociais desenvolvidas no Brasil, construiu a concepção de participação política da população e as bandeiras a serem defendidas e impregnou o *habitus* do brasileiro com um discurso anticomunismo.

Todas as questões levantadas acima se constituíram nos argumentos utilizados pelos militares para justificar a Ditadura, proteger a nação e a família brasileira do comunismo, além disso, estes conteúdos socializados pela Igreja propiciaram uma aceitação ao argumento oferecido pelos militares, assim como um respeito à autoridade do Estado durante o Regime. Estes conteúdos se fazem presentes até os dias atuais, quando observamos com facilidade uma tentativa política de ressignificação da Ditadura Militar enquanto uma revolução, ressaltando o argumento de combate ao comunismo.

A Igreja Católica participou ativamente da formação da sociedade brasileira, oferecendo à população as significações da realidade pautada em uma visão de mundo arbitrária. Enquanto elementos interiorizados do *habitus* estes conteúdos transcendem ao espaço religioso e até mesmo às intenções que a própria Igreja tem para eles, portanto ao analisarmos o período da Ditadura Militar é possível enxergarmos melhor esta situação. Do mesmo modo que analisamos que a Igreja não orquestrou o Golpe, mas favoreceu o seu acontecimento, consideramos que não fazia parte da intenção original dos movimentos progressistas um engajamento político que se tornasse em militância, ao abrir espaço e trazer o tema dos problemas sociais para os fiéis a Igreja possibilitou a formação de uma identidade política muito mais ampla do que pretendia, favorecendo a vinculação dos fiéis em movimentos e organizações políticas que foram fundamentais para a resistência e o

combate à Ditadura, assim como no processo de construção da Constituição de 1988.

O engajamento do laicato com as pastorais e outros movimentos católicos favoreceu a vinculação com organizações da sociedade em defesa de demandas políticas, formando uma mobilização social capaz de pressionar o Estado e fazer presente suas demandas na Constituição, representando grandes avanços no tocante aos direitos humanos, ao controle social e outras bandeiras dos movimentos progressistas. Porém, o espaço oferecido e os conteúdos estruturantes do *habitus* socializado há mais de quatrocentos anos também determinaram ações objetivas de parte dos fiéis que engajados em movimentos, organizações ou até mesmo pela força do voto conseguiram permear a Constituição com elementos conservadores, principalmente nos temas que estavam contemplados nas bandeiras políticas da Igreja durante e após a Era Vargas, como as questões referente à família.

Consideramos que a realidade do momento proporcionou o desenvolvimento de uma cisão dentro da Igreja, favorecendo o desenvolvimento de compreensões a respeito do trabalho religioso antagônicas, os movimentos que daí se desenvolveram foram responsáveis tanto por auxiliar na legitimidade do regime ditatorial quanto por combaterem e consistirem em resistência, este cenário possibilitou o alcance da Igreja à nova Constituição de diferentes formas e em diferentes posições. A Igreja se aproximou das demandas e necessidades das populações carentes, incentivou o engajamento de seus fiéis com os movimentos sociais. No entanto, o conteúdo de questões basilares como família, educação, moral etc., permaneceu o mesmo, mantendo o caráter conservador, pautado na doutrina da Igreja e seus dogmas morais.

REFERÊNCIAS

- AZZI, R. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- AZEREDO, J. J. C. **Concordancia das leis de Portugal, e das bullas pontificias, das quaes humas permitem a escravidão dos pretos d’Africa, e outras prohibem a escravidão dos índios do Brazil**. Lisboa. 1808a.
- AZEREDO, J. J. C. **Análise sobre a justiça do comércio e do resgate de escravos da costa da Africa**. Lisboa 1808b.
- BEOZZO, J. O. A Igreja Entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: PIERUCCI, A. F. O. et al. **O Brasil Republicano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. t.3, v.4. p. 271-342.
- BOSCHINI, D. A. **Renovação Carismática Católica em Londrina/PR: a juventude dos grupos de oração**. 2014. 126 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. **Mediações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, P. **Para Uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BRANDÃO, C. R. Fronteira da fé – alguns sistemas de sentido, crenças e religiões no Brasil de hoje. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 18, n. 52, Set/Dez 2004. p. 261-288.
- BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Imperio do Brasil**: outorgada em 25 de março de 1824.
- BRASIL. **Decreto nº119-A** de 7 de janeiro de 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos. Volume II**. Brasília: CNV. 2014. 416 p. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 05/06/2021
- BRUNEAU, T.C. **The Political Transformations of the Brazilian Catholic Church**.

London, Cambridge University Press, 1974.

CARRANZA, B. **Renovação carismática católica: origens, mudanças e tendências.** Aparecida: Editora Santuário, 2000.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil. O longo caminho.** 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

CNBB. **Por uma Nova Ordem Constitucional.** Itaici: 1986. 56 p.

DIEHL, A. A. **Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964).** Porto Alegre: EDIPUC, 1990.

DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

EMMERICK, R. As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro. Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana.** n.5, p. 144-172, 2010.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930: Historiografia e história.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FURTADO, C. et al. **Brasil: tempos modernos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo.** São Paulo/Rio de Janeiro: Vértica/IUPERJ, 1988.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica “Mater et Registra”:** sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã. 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 06/05/2021

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica “Pacem in Terris”:** a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. 1963. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em: 06/05/2021

LABAKI, Amir. **1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica “Inscrutabili Dei Consilio”:** sobre os males da sociedade moderna, suas causas e seus remédios. 1878. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_21041878_inscrutabili-dei-consilio.html. Acesso em: 04/09/2020

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica “Rerum Novarum”:** sobre as condições dos operários. 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso

em: 04/09/2020

MANOEL, I. A. A Ação Católica brasileira: notas para estudo. **Acta Scientiarum Human and Solcial Sciences**, Franca, v. 21, p. 207-215, 1999.

MANOEL, I. A. A Criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da ação católica. In: SOUZA, R. L.; OTTO, C (org.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008. p. 41-60.

MANOEL, I. A. O Ensino da História do Brasil: origens e significados. **Cadernos CIMEAC**, Ribeirão Preto, v. 01, n. 01, p. 44-75, 2011.

MARIZ, C. A Renovação Carismática Católica: uma igreja dentro da igreja?. **Civitas – Revista de Ciências Sociais** v.3, nº1, jun. p. 170-186, 2003

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 9 ed. revista e ampliada. São Paulo: Contextos, 2010.

PAIVA, A.R. **Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

PAULO VI, Papa. **Carta Encíclica “Populorum Progressio”**: sobre o desenvolvimento dos povos. 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 05/06/2021

PIERUCCI, A. F. O; PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PIERUCCI, A. F. O; SOUZA, B. M; CAMARGO, C. P. F. Igreja Católica: 1945-1970. In: PIERUCCI, A. F. O. et al. **O Brasil Republicano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. t.3, v.4. p. 343-380.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica “Quadragesimo Anno”**: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica no XL aniversário da encíclica de Leão XIII “Rerum Novarum”. 1931. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em: 06/05/2021

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica “Divinis Redemptoris”**: sobre o comunismo ateu. 1937. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html acesso em: 06/05/2021

ROSA, L. R. O. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. 2011, 286 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011.

SCHWARCZ, L. M. Nomeando as diferenças: a construção da idéia de raça no Brasil. in. VILLAS BOAS, G; GONÇALVES, M. A. (orgs). **O Brasil na virada do século**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1995. p. 177-191.

SILVA, C. N; LANZA, F. A intolerância religiosa à brasileira: estudo de caso na cidade de Londrina/Paraná. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. v.XXXVII, p.97-118, 2019.

SOFFIATTI, E. S. C. **Igreja Católica, Política e Pio XII: O Estado Democrático**. Jundiaí, Paco Editorial. 2012.

SOFFIATTI, E. S. C. **Pio XII e as origens do Concílio Vaticano II**. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, p245, 2016.

SOUZA FILHO, R. **Gestão pública e Democracia: A burocracia em questão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

WANDERLEY, L. E. Igreja e Sociedade no Brasil: 1950-64/1964-75. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, out, 1978, p. 93-107.

WANDERLEY, L. E. A Igreja Católica em São Paulo (1900-1964): associações operárias católicas, Ação Católica e Partido Democrata-Cristão. In: VILHENA, M. A; PASSOS, J. D. (Orgs.). **A Igreja de São Paulo: presença católica na cidade**. São Paulo: Paulinas/PUC-SP, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.